

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO

O ATLÂNTICO SUL COMO ESPAÇO ESTRATÉGICO-POLÍTICO

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM CIÊNCIAS HUMANAS - ESPECIALIDADE DIREITO.

CYRO BARRETO

FLORIANÓPOLIS - SANTA CATARINA

JUNHO - 1978

ESTA DISSERTAÇÃO FOI JULGADA ADEQUADA PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE MESTRE EM CIÊNCIAS HUMANAS - ESPECIALIDADE DIREITO E APROVADA EM SUA FORMA FINAL PELO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO.



PROFESSOR ALCIDES ABREU - ORIENTADOR



PROFESSOR PAULO HENRIQUE BLASI -
COORDENADOR DO CURSO

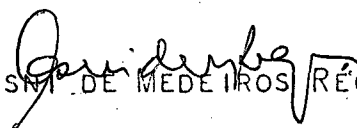
APRESENTADA PERANTE A BANCA EXAMINADORA COMPOSTA DOS PROFESSORES:



ALCIDES ABREU



WALDEMIRO CASCAES



OSNI DE MEDEIROS RÉGIS

PARA
ECY
CRISTINA
GUILHERME

AGRADECIMENTOS

Ao VICE-ALMIRANTE HILTON BERUTTI
AUGUSTO MOREIRA, PRESIDENTE DA ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, PELA ORIENTAÇÃO LÚCIDA E PRAGMÁTICA EMPRESTADA AO NOSSO TRABALHO.

Ao PROFESSOR ALCIDES ABREU, IDEALIZADOR DO "PROJETO ÁFRICA", AO QUAL NOS ENGAJAMOS, EM ESPECIAL E AO EMINENTE COLEGIADO DE PROFESSORES DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, PELA APLICAÇÃO DOS ENSINAMENTOS MINISTRADOS, SEM OS QUAIS NÃO PODERÍAMOS REALIZAR ESTE TRABALHO.

SUMÁRIO

PÁG.

| | | |
|----------|---|----|
| CAPÍTULO | I - ATLÂNTICO: VIABILIDADE | |
| | 1. INTRODUÇÃO..... | 2 |
| | 2. A PERGUNTA QUESTIONÁVEL | 5 |
| CAPÍTULO | II - O MAR NO QUADRO POLÍTICO-JURÍDICO | |
| | 1. ÁGUAS INTERIORES | 12 |
| | 2. MAR TERRITORIAL | 13 |
| | 2.1. DEFINIÇÃO | 13 |
| | 2.2. NATUREZA JURÍDICA | 13 |
| | 2.3. EXTENSÃO | 15 |
| | 2.4. LIMITE BRASILEIRO | 18 |
| | 2.5. NAVEGAÇÃO MARÍTIMA E AÉREA | 19 |
| | 2.6. DIREITO DE PASSAGEM INOCENTE | 22 |
| | 3. ALTO MAR | 23 |
| | 3.1. ZONA CONTÍGUA | 24 |
| | 3.2. GRANDES PROFUNDIDADES MARINHAS | 24 |
| | 3.3. ZONAS DE CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS BIOLÓGICOS DO ALTO MAR | 25 |
| | 3.4. ZONAS DE PESCA | 25 |
| | 3.5. PLATAFORMA CONTINENTAL | 26 |
| | 3.5.1. DEFINIÇÃO | 30 |
| | 3.5.2. SIGNIFICADO | 33 |
| CAPÍTULO | III - REALIDADES E PERSPECTIVAS DO USO DO MAR | |
| | 1. PODER NAVAL | 35 |
| | 2. TRANSPORTE MARÍTIMO | 40 |
| | 2.1. ASPECTOS GERAIS | 40 |
| | 2.2. MODERNIZAÇÃO PORTUÁRIA | 41 |
| | 2.3. EVOLUÇÃO | 42 |
| | 3. PESCA | 43 |
| | 4. EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS MINERAIS | 49 |
| | 5. ENSINO E PESQUISA | 58 |
| | 6. POLUIÇÃO | 60 |

CAPÍTULO IV - ÁFRICA

| | |
|---------------------------------|----|
| 1. ASPECTOS GERAIS | 64 |
| 2. CONCEPÇÃO | 66 |
| 3. AÇÃO BRASILEIRA | 73 |
| 4. BANCOS BRASILEIROS | 77 |
| 5. MERCADO COMUM AFRICANO | 78 |

CAPÍTULO V - ANTÁRTICA

| | |
|----------------------------------|----|
| 1. HORIZONTE AUSTRAL | 80 |
| 2. ASPECTOS GERAIS | 83 |
| 2.1. DENOMINAÇÃO | 83 |
| 2.2. DIVISÕES | 84 |
| 3. ESCALONAMENTO POR ILHAS | 85 |
| 4. AÇÃO BRASILEIRA | 86 |

CAPÍTULO VI - BRASIL: EXERCÍCIO PARA POTÊNCIA 93

CAPÍTULO VII - ESTRATÉGIA : TRÍPLICE ÓTICA

| | |
|--------------------|-----|
| 1. ECONÔMICA | 106 |
| 2. MILITAR | 109 |
| 3. JURÍDICA | 113 |

CONCLUSÕES 121

BIBLIOGRAFIA 127

APÊNDICE 134

RESUMO

A PRESENTE DISSERTAÇÃO PROCEDE A UMA ANÁLISE INTERPRETATIVA DO ENVOLVIMENTO BRASILEIRO NA DEFINIÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DA DEFESA DO ATLÂNTICO SUL.

AS POSSÍVEIS IMPLICAÇÕES DA AÇÃO SUSTENTAM A NECESSIDADE DE UM MELHOR ORDENAMENTO JURÍDICO-INSTITUCIONAL DA ESTRATÉGIA GOVERNAMENTAL PARA FAZER FRENTE ÀS INALIENÁVEIS TRANSFORMAÇÕES DA CONJUNTURA MUNDIAL.

A ÚLTIMA DÉCADA PRESENCIOU UM CRESCENTE DEBATE QUANTO AOS DIREITOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS, AOS MARES E AOS SEUS RECURSOS.

PARA QUE HAJA PAZ NO MUNDO É ESSENCIAL UM MAIOR EQUILÍBRIO NOS DIREITOS DAS NAÇÕES.

NENHUMA POLÍTICA PODE CONTENTAR A TODOS, MAS O ESTABELECIMENTO DE UMA LINHA NORTEADORA SOMENTE TRARÁ VANTAGENS.

OS BENEFÍCIOS ADVINDOS SERÃO MÚLTIPLOS, PRAGMÁTICOS E GARANTIDORES DA ESPERANÇA DE UM FUTURO ATINGÍVEL.

ABSTRACT

THIS DISSERTATION IS AN INTERPRETATIVE ANALYSIS OF BRAZILIAN INVOLVEMENT IN THE PLANNING AND CONSOLIDATION OF THE DEFENSE OF THE SOUTH ATLANTIC.

THE POSSIBLE IMPLICATIONS OF THIS ACTION DEMANDS THE NECESSITY OF A BETTER JURISPRUDENCE IN GOVERNMENT STRATEGY IN ORDER TO CONFRONT THE INALIENABLE CHANGES IN THE WORLD SITUATION.

THE LAST DECADE WITNESSED A GROWING DISCUSSION REGARDING NATIONAL AND INTERNATIONAL RIGHTS TO THE SEAS AND THEIR RESOURCES.

IN ORDER TO HAVE PEACE IN THE WORLD IT IS ESSENTIAL TO HAVE EQUAL RIGHTS AMONG NATIONS.

NO ONE POLICY CAN SATISFY EVERYONE, BUT THE ESTABLISHMENT OF CRITERIA AND RULES CAN AT LEAST BRING CONTRIBUTION TO THE SOLUTION OF THE PROBLEMS.

THE BENEFITS WHICH WILL BE OBTAINED ARE MANY, PRAGMATIC AND WILL WARRANT THE HOPE OF AN ATTAINABLE FUTURE.

CAPÍTULO I

ATLÂNTICO: VIABILIDADE

1. INTRODUÇÃO

"UM DIAGNÓSTICO, CONTUDO, NÃO É UMA PROFECIA. O VALOR DE UM DIAGNÓSTICO NÃO CONSISTE SOBRETUDO NA PREVISÃO COMO TAL, PORÉM NAS RAZÕES QUE A GENTE PODE APRESENTAR EM PROL DE NOSSAS AFIRMAÇÕES. O VALOR DE UM DIAGNÓSTICO CONSISTE NA ACUIDADE DA ANÁLISE DOS FATORES QUE APARENTEMENTE DETERMINAM A MARCHA DOS ACONTECIMENTOS".

K. MANNHEIM

A DISSERTAÇÃO ELABORADA ATENDE A UMA NECESSIDADE PROGRAMÁTICA DO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO DO ESTADO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, EMBASADA NAS LINHAS DE PESQUISA PARA O PERÍODO 1976-1979. SÃO ELAS ABRANGEDORAS DE DOIS CAMPOS DE ATUAÇÃO: INTERNO E EXTERNO. UMA, VOLTADA À CONSTRUÇÃO DO MODELO INSTITUCIONAL E, A OUTRA, AOS MODELOS DA PRESENÇA BRASILEIRA NO MUNDO.

A EMERGIR DESTA ÚLTIMA DEFLUI O DENOMINADO "PROGRAMA BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO AO DESENVOLVIMENTO DOS ESTADOS DA ÁFRICA SUBSAÁRICA, ESPECIALMENTE DOS PAÍSES AFRICANOS DE EXPRESSÃO PORTUGUESA". DECOMPOSTO EM ONZE MÓDULOS, ENCONTRA-SE ENTREGUE À ORIENTA -

ÇÃO DE SEU MENTOR, PROFESSOR ALCIDES ABREU, TITULAR DA DISCIPLINA DE ECONOMIA INTERNACIONAL E, À RESPONSABILIDADE DOS MESTRANDOS A ELE INCORPORADOS.

INSERIDO NESTE CONTEXTO ESTÁ "O ATLÂNTICO SUL COMO ESPAÇO ESTRATÉGICO-POLÍTICO" A RESPONDER PELA TEMÁTICA PROPOSTA DE NÚMERO OITO, A QUAL INTEGRADA AO PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO DAS TENDÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS, SOB O BALIZAMENTO DA CIÊNCIA POLÍTICA E DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO, AMALGAMA-SE AO ENSEJADO PELO "PROJETO ÁFRICA" NA SATISFAÇÃO DOS OBJETIVOS NACIONAIS.

O TEMA É DA MAIS ALTA RELEVÂNCIA E CONCENTRA-SE NA BUSCA DE UM ENFOQUE QUE DIGA RESPEITO AO ESSENCIAL. E, O ESSENCIAL É QUE HAJA RESULTADOS QUE SE COADUNEM COM NECESSIDADES E OBJETIVOS, INTEGRANTES DE UM PROCESSO CONTÍNUO, CONSCIENTE E INCISIVO NA TOMADA DE DECISÕES. A CONCEITUAÇÃO DOS PROBLEMAS, MOTIVO DE NOSSAS PREOCUPAÇÕES E O MODO COMO OS FORMULAMOS SÃO, POIS, DEPENDENTES - DA NOSSA FILOSOFIA E VISÃO DO MUNDO. ORA, O MOMENTO MUNDIAL ESTÁ EM RITMO DE TRANSFORMAÇÃO E NUNCA PRESENCIAMOS MUDANÇAS TÃO VIGOROSAS E RÁPIDAS COMO NO SÉCULO ATUAL. DENTRO DE UMA AMBIÊNCIA COMO ESSA, SOMOS FORÇADOS A FAZER AS NOSSAS ESCOLHAS A PARTIR DE UM PAINEL DE POSSIBILIDADES DIVERSAS DE OPÇÕES. ASSISTIMOS E GERAMOS TRANSFORMAÇÕES NOS CONCEITOS DE ORGANIZAÇÃO, FILOSOFIA E PERCEÇÃO PLANETÁRIA. CADA PESSOA TRAZ CONSIGO UM MODELO MENTAL DO MUNDO COMO UMA REPRESENTAÇÃO SUBJETIVA DA PROJEÇÃO DA REALIDADE EXTERIOR. INDEPENDENTEMENTE DO MODELO TOMADO A SOCIEDADE OFERECE poucas RAÍZES NO SENTIDO DE UM RELACIONAMENTO AUTÊNTICO E DURADOURO, MAS, OFERECE EM TROCA, MAIS OPORTUNIDADES TRANSITÓRIAS.

ASSIM SENDO, NESTE PROCESSO EVOLUTIVO, O PENSAR ANALÍTICO E MECANICISTA FOI SUBSTITUÍDO PELO ESTUDO DOS SÍMBOLOS E DA LINGUAGEM, DA COMUNICAÇÃO E DO CONTROLE E, POR ISSO, O COMPORTAMENTO NÃO PODE SER EXPLICADO PLENAMENTE DENTRO DE UM ESBOÇO DETERMINISTA. PARA TANTO, DESENVOLVEU-SE UM NOVO QUADRO CONCEITUAL, O QUAL FOI APLICADO AO ESTUDO DOS SISTEMAS.

QUALQUER PERSPECTIVA JAMAIS PODERÁ SER ANALISADA SEPARADA OU ISOLADAMENTE, MAS SEMPRE COMO PARCELA DE UM TODO ABRANGENTE E ABSORVENTE, ESTRUTURADO DENTRO DE UM SISTEMA. JÁ QUE AS PARTES NÃO TÊM INDIVIDUALIDADE PRÓPRIA, É PRECISO CONSIDERAR O SISTEMA NÃO COMO UM CONGLOMERADO DE PARTES, COMO UM FENÔMENO ISOLADO EM UM CONTEXTO ESTREITO, PORÉM, ENTENDÊ-LO COMO INTERAÇÃO ESTABELECIDADA, ONDE OS VÁRIOS "INPUTS", CONVERTIDOS NUM PROCESSAMENTO, FLUIRÃO PARA O SIGNIFICADO PRECISO, CLARO E OBJETIVO DOS "OUTPUTS". É PRECISO PARTIR DA VISÃO DOS PROBLEMAS MAIS GERAIS E FUNDAMENTAIS DO NOSSO SISTEMA, PARA COMPREENDER O MUNDO QUE NOS CERCA E ORIENTAR NOSSAS DECISÕES E AÇÕES.

É EXATAMENTE NESTA MOLDBURA, QUE SITUAMOS NOSSO POSICIONAMENTO. ESTAS CONSIDERAÇÕES CARACTERIZAM-SE PELA GENERALIDADE E ABSTRAÇÃO, TODAVIA SÃO NECESSÁRIAS PARA QUE SE TENHA UMA ÓTICA CORRETA DO PROPOSTO.

"O ATLÂNTICO SUL COMO ESPAÇO ESTRATÉGICO-POLÍTICO" É UMA PARCELA DE UM TODO ESTRUTURADO. SEM FUGIR DA UNIDADE É A RESPOSTA À DIVERSIDADE DO MUNDO EM TRANSFORMAÇÃO.

A HISTÓRIA É TESTEMUNHA DE QUE A DEPENDÊNCIA DAS NAÇÕES EM RELAÇÃO AO MAR CRESCE EXPONENCIALMENTE. AS MANIFESTAÇÕES CLÁSSICAS DESTA INTERAÇÃO SEMPRE SE FIZERAM SENTIR NA OBTENÇÃO DE ALIMENTOS, TRANSPORTES E AÇÕES MILITARES. HODIERNAMENTE, ATINGE À EXPLORAÇÃO INTENSIVA DE OUTROS RECURSOS MARÍTIMOS. A ACELERADA E VOLUÇÃO DESTA DEPENDÊNCIA É CAUSA E EFEITO DOS AVANÇOS CIENTÍFICOS E TECNOLÓGICOS RELACIONADOS COM O MAR. POR OUTRO LADO, TORNA-SE PROVOCADORA DE TENSÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS E JURÍDICAS, CUJO DESFECHO CONFIGURA-SE DE FORMA IMPREVISÍVEL.

O BRASIL CONFRONTA COM O OCEANO ATLÂNTICO, QUE É LIMITADO AO NORTE PELO ÁRTICO, A LESTE PELA EUROPA E ÁFRICA, AO OESTE PELA AMÉRICA E AO SUL PELO CONTINENTE ANTÁRTICO. OCUPA CERCA DE 27% DA SUPERFÍCIE TOTAL DOS 361 MILHÕES DE QUILOMETROS QUADRADOS DE TODA

A ÁREA OCEÂNICA DO NOSSO PLANETA. NOSSO PAÍS ESTÁ LOCALIZADO NA LATITUDE APROXIMADA DE 4º N A 34º S. A "GARGANTA" ENTRE O SALIENTE DO NORDESTE BRASILEIRO E A LIBÉRIA, NA ÁFRICA, MEDE CERCA DE 1.500 MILHAS, PRATICAMENTE A DISTÂNCIA DO RIO DE JANEIRO A FORTALEZA, PELO MAR. DE RECIFE A LUANDA (ÂNGOLA), CIDADES LOCALIZADAS QUASE NA MESMA LATITUDE, TEMOS CERCA DE 2.900 MILHAS.

ESTAS DIMENSÕES SÃO ENORMES PARA RESPALDAR A ADOÇÃO DAS 200 MILHAS DE MAR TERRITORIAL, PORÉM NÃO SÃO SUFICIENTEMENTE GRANDIOSAS PARA NOS DISPENSAR DE CONHECER E ACOMPANHAR O QUE SE PASSA NESTA AMPLIDÃO. A POSIÇÃO DE POTÊNCIA EMERGENTE ABRANGE AS POSSIBILIDADES QUE O ATLÂNTICO SUL OFERECE EM TODA A EXTENSÃO DE SEUS 7.500 QUILÔMETROS DE LITORAL E INFERE A NECESSIDADE DE INVESTIR CRESCENTEMENTE NO MAR, COMPATIBILIZANDO SUAS POTENCIALIDADES ÀS CIRCUNSTÂNCIAS ANTAGÔNICAS, DENTRO DOS INTERESSES BRASILEIROS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

2. A PERGUNTA QUESTIONÁVEL

QUAL A IMPORTÂNCIA DO ATLÂNTICO SUL
COMO ESPAÇO ESTRATÉGICO-POLÍTICO ?

PARA QUE SE EQUACIONE A RESPOSTA ADEQUADA À PROPOSIÇÃO É NECESSÁRIO FIXAR UM PRÉVIO ENTENDIMENTO. PARA TANTO CONSIDERAMOS O ATLÂNTICO SUL COMO ESPAÇO ESTRATÉGICO-POLÍTICO E, PORTANTO, AO ELEGÊ-LO ADMITIMOS A PRESENÇA DE ÓBICES OU PRESSÕES E, CONSEQUENTEMENTE, A ADOÇÃO DE MEDIDAS QUE GEREM AÇÕES DESTINADAS À CONQUISTA OU MANUTENÇÃO DE OBJETIVOS ESTABELECIDOS. REPRESENTA, ASSIM, UMA EXTENSÃO FÍSICA E GEOGRÁFICA QUE PODE SER VOCACIONADA E OPERADA

NO ALCANCE DE METAS.

NESTE QUADRO É VÁLIDO EM TERMOS DA REALIDADE BRASILEIRA, CONFIGURÁ-LO NO CONJUNTO TRIANGULAR ABRANGIDO PELA AMÉRICA LATINA, ÁFRICA E ANTÁRTICA.

A INTENÇÃO BRASILEIRA DE MARCAR PRESENÇA ALÉM DAS SUAS FRONTEIRAS POLÍTICAS É A LEGITIMAÇÃO DA NOSSA VOCAÇÃO NACIONAL. O BRASIL É UM PAÍS PARA O QUAL SE ABREM OPÇÕES AMPLAS. O MECANISMO OPERACIONAL QUE PERMITIRÁ CONCRETIZAR A INTENÇÃO EM FATO É A EXPANSÃO NATURAL DA NOSSA POSTURA DE POTÊNCIA EMERGENTE, OCUPANDO NUM CRITÉRIO DE ASSUNÇÃO MODERADA UM STATUS SIGNIFICATIVO NO CONTEXTO MUNDIAL. EMBORA HAJAM FATORES LIMITANTES, INTERNOS E EXTERNOS, A AFLUÊNCIA BRASILEIRA É UMA EVIDÊNCIA CONSTATÁVEL. DAÍ VER-SE COMPELIDO A EXERCITAR SEU PODER COORDENADOR NUM CAMPO DE AÇÃO MAIOR DO QUE A NAÇÃO QUE LHE SERVE DE BASE.

NO FATO DE SER A GRANDE CIVILIZAÇÃO DOS TRÓPICOS, CONVIVER - PACIFICAMENTE ENTRE RAÇAS E COMUNIDADES DIVERSAS, PARTICIPAR NO COMÉRCIO INTERNACIONAL INDEPENDENTEMENTE DE QUALQUER DEFINIÇÃO IDEOLÓGICA, ESTAR COMPROMETIDO COM UM ESTILO LIBERAL E DEMOCRÁTICO DE VIDA, IDENTIFICAMOS AS CREDENCIAIS QUE INFORMAM A AÇÃO POLÍTICA DA MENSAGEM BRASILEIRA NO ATLÂNTICO SUL.

APÓS A DESCOLONIZAÇÃO PORTUGUESA NA ÁFRICA, DECORRENTE DAS NOVAS POSIÇÕES POLÍTICAS ASSUMIDAS POR ANGOLA, GUINÉ-BISSAU E MOÇAMBIQUE, O ATLÂNTICO SUL PASSOU A SER OBJETO DE MAIORES CONSIDERAÇÕES. TODAVIA, O SIGNIFICADO QUE HOJE LHE É DADO NOS CAMPOS DA POLÍTICA EXTERNA E DA SEGURANÇA NACIONAL, TEM SUAS RAÍZES HISTÓRICAS NA IDADE MÉDIA. COM A EVOLUÇÃO MAIS ACENTUADA DOS PAÍSES DA EUROPA OCIDENTAL NA ÉPOCA DAS "GRANDES CONQUISTAS", O ATLÂNTICO SUL VEIO GRADATIVA E IRREVERSIVELMENTE OBTENDO POSIÇÃO DESTACADA ENTRE AS ÁREAS ESTRATÉGICAS MAIS IMPORTANTES DO SISTEMA PLANETÁ-RIO.

PARA SE TER UMA IDÉIA MAIS NÍTIDA DA EVOLUÇÃO DESSES FATOS É DE SE DESTACAR QUE NO HEMISFÉRIO NORTE ENCONTRA-SE A MAIOR CONCENTRAÇÃO DE MASSAS CONTINENTAIS DO GLOBO TERRESTRE E QUE, DESDE OS PRIMÓRDIOS, ALI ESTÃO SITUADOS VERDADEIROS POLOS DE IRRADIAÇÃO DE CIVILIZAÇÕES E DA CULTURA. ATÉ O SÉCULO XV, O INTERCÂMBIO COMERCIAL MARÍTIMO COM O ORIENTE ESTAVA CIRCUNSCRITO ÀQUELA ÁREA GEOGRÁFICA, CUJAS VIAS MARÍTIMAS SE LIMITAVAM AO OCEANO ÍNDICO E AOS MARES MEDITERRÂNEO E VERMELHO. ALIJADOS PELO DOMÍNIO DOS GENOVÊSES, VENEZIANOS E MOUROS, OS POVOS IBÉRICOS VIRAM-SE COMPELIDOS A APERFEIÇOAR AS TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO DE NAVIOS, DE NAVEGAÇÃO E DO PREPARO DE HOMENS PARA O DESAFIO MARÍTIMO. A ESCOLA DE SAGRES É UM MARCO REPRESENTATIVO DESTA ÉPOCA, PERMITINDO AS GRANDES DESCOBERTAS E VIAGENS EXPLORATÓRIAS CARACTERIZADORAS DO CICLO DA NAVEGAÇÃO OCEÂNICA TORNADO POSSÍVEL, DENTRE OUTROS, POR BARTOLOMEU DIAS, VASCO DA GAMA, CRISTÓVÃO COLOMBO E FERNÃO DE MAGALHÃES.

INJUNÇÕES DE NATUREZA VARIADA CONDICIONAVAM AS ROTAS DE SUAS VIAGENS. ALIADAS ÀS CIRCUNSTÂNCIAS DAS GRANDES TEMPESTADES E DAS CORRENTES MARÍTIMAS QUE ALTERAVAM O RUMO DOS NAVIOS OU DAS CALMARIAS QUE PARALISAVAM AS EXPEDIÇÕES POR LONGOS PERÍODOS, TAIS ROTAS, SOFRERAM INFLUÊNCIAS DE ORDEM POLÍTICO-ECONÔMICA. INICIADA EM FIM DO SÉCULO XVIII, A REVOLUÇÃO INDUSTRIAL PERMITIU A LIBERTAÇÃO DA ESCRAVIZAÇÃO AO REGIME DOS VENTOS PELA PROPULSÃO MECÂNICA DOS NAVIOS, ASSEGURANDO-LHES VELOCIDADES CONSTANTES E TORNANDO POSSÍVEL O ESTABELECIMENTO DE LINHAS MARÍTIMAS REGULARES ENTRE AS METRÓPOLES E SUAS POSSESSÕES, ADVINDO COM ISTO UMA NOVA ETAPA DO EXPANSIONISMO COLONIALISTA. O APARECIMENTO DA MÁQUINA TROUXE A MORTE COMERCIAL DA VELA, POSTO QUE, EM NÃO DEPENDENDO DO VENTO, TORNOU-SE MUITO MAIS CONFIÁVEL.

DAÍ EM DIANTE FOI INCREMENTADO O TRANSPORTE DE MERCADORIAS PELO MAR, ACENTUADAMENTE PELO ATLÂNTICO, DENOMINADO O "OCEANO DO MUNDO OCIDENTAL", COM MUITA PROPRIEDADE PELO VICE-ALMIRANTE BE

RUTTI MOREIRA (1).

APESAR DE NÃO BANHAR OS CHAMADOS PAÍSES DESENVOLVIDOS, A PARTE MERIDIONAL DO ATLÂNTICO JÁ ERA ANTERIORMENTE A ESTA FASE E À ABERTURA DOS CANAIS DE SUEZ E DO PANAMÁ, A VIA OBRIGATÓRIA ENTRE OS GRANDES MERCADOS CONSUMIDORES OCIDENTAIS E AS FONTES DE MATÉRIAS-PRIMA DO RESTO DO PLANETA. MESMO APÓS A ABERTURA DAQUELES CANAIS E A DESPEITO DO DESVIO DE ALGUMAS LINHAS E, POSTERIORMENTE, PELO FECHAMENTO TEMPORÁRIO DE SUEZ PROVOCADO PELA GUERRA EGÍPCIO-ISRAELENSE DE 1967, O SEU TRÁFEGO NÃO DEIXOU DE CRESCER. ENQUANTO NA PRIMEIRA GUERRA MUNDIAL FOI PALCO DE DECISIVAS BATALHAS NAVAIS, DRAMATIZADO PELA ESTRUTURA LOGÍSTICA DOS ALIADOS E O PODERIO SUBMARINO DOS GERMÂNICOS, EPISÓDIOS COMO OS DAS ILHAS FALKLANDS, PRENUNCIAVAM O IMPORTANTE PAPEL QUE O ATLÂNTICO SUL, NO CENÁRIO ESTRATÉGICO MUNDIAL, VIRIA A ASSUMIR.

A 26 DE OUTUBRO DE 1917, O BRASIL FOI ENVOLVIDO NESTE CONFLITO - COMO DECURSO DO TORPEDEAMENTO DE NAVIOS MERCANTES NACIONAIS. SOB O COMANDO DO CONTRA-ALMIRANTE PEDRO DE FRONTIN, A MARINHA ENVIOU, AOS MARES CONFLAGRADOS, UMA FORÇA NAVAL FORMADA PELOS CRUZADORES BAHIA E RIO GRANDE DO SUL, CONTRATORPEDEIROS SANTA CATARINA, PARAÍBA, RIO GRANDE DO NORTE E PIONI, TENDER BELMONTE E PELO AVISO LAURINDO PITTA. ESTA DIVISÃO NAVAL TEVE SOB SUA RESPONSABILIDADE O PATRULHAMENTO DA ÁREA COMPREENDIDA ENTRE DAKAR E CABO VERDE. NO CUMPRIMENTO DESTA MISSÃO, A MARINHA DE GUERRA DO BRASIL PERDEU 250 OFICIAIS E MARINHEIROS, PORÉM EM RAZÃO DELA FICOU EVIDENCIADA A MOBILIDADE DE NOSSO PODER MARÍTIMO E O EMPREGO DE SUAS FORÇAS NAVAIS EM ÁGUAS, INCLUSIVE DO ATLÂNTICO NORTE. DECORRE DAÍ, O FORTALECIMENTO DA POSIÇÃO BRASILEIRA ENCABEÇADA PELO ENTÃO DELEGADO EPITÁCIO PESSOA À CONFERÊNCIA DE PAZ EM VERSALHES.

JÁ NA SEGUNDA GRANDE GUERRA, O BRASIL QUE NELA ENTROU OFICIALMEN

(1) MOREIRA, HILTON BERUTTI AUGUSTO. O BRASIL E SUAS RESPONSABILIDADES NO ATLÂNTICO SUL. CONFERÊNCIA PROFERIDA NA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. RIO DE JANEIRO, 3 OUT. 1972.

TE EM 19 DE AGOSTO DE 1942, TIVERA BEM ANTES AFUNDADOS EM SUAS Á GUAS TERRITORIAIS, 5 NAVIOS MERCANTES PELA AÇÃO BÉLICA DE SUBMARINOS DO EIXO. NOSSA NEUTRALIDADE NÃO FOI RESPEITADA PELOS BELIGERANTES, MUITO EMBORA A MARINHA DE GUERRA ESTIVESSE COM SUAS FORÇAS ENGAJADAS NO PATRULHAMENTO DO ATLÂNTICO SUL. CERCA DE 5.000 MILHAS MARÍTIMAS, DA TRINIDADE AO RIO GRANDE DO SUL FORAM CONSTANTEMENTE PATRULHADAS POR MILHARES DE HOMENS, TRIPULANDO 40 NAVIOS DA MARINHA, AO LADO DE AVIÕES DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA, SOB O COMANDO DE SOARES DUTRA E ARY PARREIRAS. ALÉM DISSO, ESCOLTAVAM COMBOIOS COSTEIROS E OCEÂNICOS. TRAVARAM NESTA MISSÃO INÚMEROS - COMBATES PERDENDO MAIS DE 600 OFICIAIS E PRAÇAS E 3 DE SEUS NAVIOS: O CRUZADOR BAHIA, A CORVETA CAMAQUÁ E O NAVIO TRANSPORTE VITAL DE OLIVEIRA. CONTRIBUIU TAMBÉM PARA ESTE ESFORÇO DE GUERRA ALIADO, O DESEMPENHO DA MARINHA MERCANTE, TRANSPORTANDO MATERIAIS ESTRATÉGICOS E CONCORRENDO EM PERDAS COM 971 VIDAS HUMANAS E 31 NAVIOS. NESSE MISTER, SUAS EMBARCAÇÕES PERCORRERAM A ÁREA INÚMERAS VEZES SEM ESCOLTA E QUALQUER PROTEÇÃO. AINDA CENTENAS DE AVIÕES FORAM EMPREGADOS EM VARIADAS MISSÕES, RESULTADO DE NUMEROSAS BASES AÉREAS CONSTRUÍDAS NO LITORAL BRASILEIRO E AFRICANO, BEM COMO NAS ILHAS DE FERNANDO DE NORONHA E ASCENSÃO.

DURANTE O SEGUNDO CONFLITO MUNDIAL AS OPERAÇÕES AERO-NAVAIS SE DESENNOLARAM DENTRO DE UM VASTO PANORAMA QUE ABRANGEU A PROTEÇÃO ÀS LINHAS DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA, PRINCIPALMENTE AO LONGO DO NOSSO LITORAL E A CAÇA AOS SUBMARINOS E NAVIOS CORSÁRIOS QUE ATACAVAM OS COMBOIOS MARÍTIMOS E DEMANDAVAM OU REGRESSAVAM DAS COSTAS DO BRASIL, ÁFRICA E OCEANO ÍNDICO.

A IMPORTÂNCIA DO ATLÂNTICO SUL FICOU DEMONSTRADA AINDA EM BATALHAS NAVAIS COMO A DE MAR DEL PLATA E, PRINCIPALMENTE, PELO GRANDE NÚMERO DE COMBOIOS QUE TRANSPORTAVAM ARMAMENTOS E TROPAS - PARTIDOS DOS ESTADOS UNIDOS PARA OS TEATROS DE OPERAÇÕES BÉLICAS LOCALIZADOS NO ORIENTE MÉDIO E SUL DA URSS, OS QUAIS OBSTACULIZADOS PELOS INIMIGOS NO RUMAR DIRETAMENTE PARA O SEU DESTINO, TINHAM QUE SER DESVIADOS AO LONGO DA COSTA NORDESTINA BRASILEIRA, ESCOLTADOS PELAS FORÇAS NAVAIS, EM DEMANDA AO SUL DA ÁFRICA A CAMINHO DO

MAR VERMELHO.

UMA SÉRIE DE FATORES A PARTIR DA SEGUNDA CONFLAGRAÇÃO MUN
DIAL AMPLIOU A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICO-POLÍTICA E ECONÔMICA DO
ATLÂNTICO SUL.

nesse leque situam-se o aumento do fluxo de transportes, especial-
mente o de petróleo; a construção de navios mercantes de grande
tonelagem como os superpetroleiros e os supergraneleiros, provoca
da pelo fechamento do Canal de Suez; a decisão brasileira de am
pliar a largura de seu mar territorial para 200 milhas, juntamen-
te com outras nações latino americanas; a independência e inclina-
ção das antigas colônias portuguesas banhadas pelo Atlântico, para
regimes de esquerda apoiadas pela URSS e Cuba; a adesão do Bra
sil ao Tratado da Antártica em 1975 e, a expansão marítima russa
facilitada pela possibilidade de obter bases em países africanos
na década de 70.

A LUZ DESSES DADOS NÃO SE CONSTATAM FUNDAMENTOS CONCRETOS PA-
RA UMA REVERSÃO OU MINIMIZAÇÃO DA IMPORTÂNCIA DO ATLÂNTICO SUL, -
BEM COMO DO CRESCENTE ENVOLVIMENTO BRASILEIRO, DE SUAS RESPONSABILIDADES E ATRIBUIÇÕES NA ÁREA. (VIDE MAPA Nº 1 NO APÊNDICE).

O FATO DO BRASIL ESTAR INTIMAMENTE LIGADO E PRESO A COMPRO
MISSOS DE COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE REGIONAL COM A ASSOCIAÇÃO -
LATINO AMERICANA DE LIVRE COMÉRCIO, A FORMAÇÃO DE UM NOVO SISTE-
MA ECONÔMICO LATINO AMERICANO E DE UM PACTO AMAZÔNICO, ALÉM DE ES
TAR INTEGRADO AO TRATADO INTERAMERICANO DE ASSISTÊNCIA RECÍPROCA,
NÃO O INIBE, ANTES O IMPULSIONA A ULTRAPASSAR OS LIMITES REGIO-
NAIS PARA PROJETAR VETORES NAS MAIS DIVERSAS DIREÇÕES. AO INVESTI-
GAMOS A PROBLEMÁTICA DO ATLÂNTICO SUL, POR RAZÕES DE ORDEM ESTRA
TÉGICA CONFERIMOS MAIOR SIGNIFICADO AOS COMPONENTES DO MAR E ÀS
QUESTÕES AFRICANA E ANTÁRTICA, COMO SUPORTE DA MARCHA QUE SE PRE
TENDE EMPREENDER E DO RESULTADO QUE SE PLANEJA ALCANÇAR.

CAPÍTULO II

O MAR NO QUADRO POLÍTICO-JURÍDICO

O DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO DO MAR É PRODUTO DE UMA CODIFICAÇÃO ALCANÇADA NO ANO DE 1958 EM GENEBRA ATRAVÉS DE QUATRO CONVENÇÕES E DE UMA SÉRIE POSTERIOR DE CONFERÊNCIAS INTERNACIONAIS. APRESENTA CONTUDO, RELEVANTES PROBLEMAS SOBRE OS QUAIS AS NAÇÕES NÃO LOGRARAM, ATÉ O PRESENTE MOMENTO, CONCLUIR UMA ORIENTAÇÃO UNIFORME, COMO NAS QUESTÕES DOS FUNDOS MARINHOS E DA LARGURA DO MAR TERRITORIAL.

NA REALIDADE SÃO QUESTÕES COMO ESTAS QUE CONSTITUEM PONTOS CRÍTICOS E CONTROVERSOS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

FACE ESTA COMPLEXIDADE E PARA QUE SE COMPREENDA A PROBLEMÁTICA DO ATLÂNTICO SUL É NECESSÁRIA UMA ANÁLISE SOBRE OS ESPAÇOS MARÍTIMOS EM QUE SE ENCONTRA DIVIDIDO O MAR PERANTE O UNIVERSO JURÍDICO.

I. ÁGUAS INTERIORES

SÃO AQUELAS SITUADAS ENTRE A COSTA E O LIMITE INTERIOR DO MAR. NELAS LOCALIZAM-SE AS BAÍAS DA GUANABARA, DE TODOS OS SANTOS E AS DA ILHA DE SANTA CATARINA, ENTRE OUTRAS, ASSIM COMO PORTOS, ANCORADOUROS E GOLFOS.

O LIMITE EXTERIOR DAS ÁGUAS INTERIORES VARIA DE ACORDO COM O TIPO DE RECORTE DA COSTA. POR EXEMPLO, NOS PORTOS, AS ÁGUAS INTERIORES VÃO ATÉ AS OBRAS MAIS EXTERNAS. ESTÃO SUBMETIDAS A SOBERANIA DO ESTADO COSTEIRO DE MODO PLENO, QUE AÍ A EXERCE SEM SOFRER RESTRIÇÕES DE ORDEM INTERNACIONAL, EXCETO SOBRE OS NAVIOS DE GUERRA ESTRANGEIROS QUE GOZAM DE IMUNIDADE JURISDIÇÃOAL.

O LIMITE É A LINHA DE BASE A PARTIR DE ONDE COMEÇA A LARGURA DO MAR TERRITORIAL.

2. MAR TERRITORIAL

2.1. DEFINIÇÃO

CHAMA-SE MAR TERRITORIAL À ZONA QUE SE SITUA ENTRE AS ÁGUAS INTERIORES E O ALTO MAR, SOBRE A QUAL O ESTADO EXERCE SUA SOBERANIA. TAL NÃO SE VERIFICA COM O ALTO MAR, TÃO POUCO COM A ZONA CONTÍGUA CONSIDERADA COMO INTEGRADA NO ALTO MAR APESAR DE SUJEITAR-SE A REGIME JURÍDICO PRÓPRIO.

A LARGURA DO MAR TERRITORIAL É CONTADA A PARTIR DE UMA LINHA DE REFERÊNCIA CHAMADA LINHA DE BASE, GERALMENTE COINCIDENTE COM A LINHA DA BAIXA MAR, ATÉ UMA DISTÂNCIA VARIÁVEL DE PAÍS A PAÍS, PORÉM NA MAIORIA DOS CASOS FIXADA EM 3, 6, 12 OU 200 MILHAS, ENQUA^{DR}ANDO-SE O BRASIL NESTE ÚLTIMO (VIDE MAPA Nº 2 NO APÊNDICE).

NEM SEMPRE A LINHA DE BASE ACOMPANHA AS REENTRÂNCIAS DO LITORAL, PARTICULARMENTE QUANDO ESTAS NÃO SÃO MUITO LARGAS. NO CONCEITO DE MAR TERRITORIAL SÃO INDISCUTÍVEIS OS DIREITOS DO ESTADO COSTEIRO SOBRE O MESMO, QUE ABRANGEM SOLO, SUBSOLO, ÁGUAS SOBREJACENTES E O ESPAÇO AÉREO. A CONTROVÉRSIA EXISTENTE ESTÁ NA LARGURA DA REFERIDA FAIXA QUE DOMINA AS NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS POR NÃO DEFINIREM QUAL É A LINHA BASE E A DISTÂNCIA DA ALUDIDA LINHA LIMITANDO AO LADO DO MAR A ÁREA EM TELA.

2.2. NATUREZA JURÍDICA

DUAS SÃO AS CORRENTES NA LITERATURA JURÍDICA: UMA CONSIDERA O MAR TERRITORIAL COMO PARTE DO ALTO MAR E, A OUTRA, COMO PARTE DO TERRITÓRIO DO ESTADO MARGINAL.

VERIFIQUEMOS AS DUAS DOUTRINAS:

A) MAR TERRITORIAL COMO PARTE DO ALTO MAR.

ESTA TEORIA EXPOSTA POR G. DE LA PRADELLE EM 1898 ESTÁ ALICERÇADA EM DUAS IDÉIAS BÁSICAS:

I - O MAR É RES COMMUNIS, O SOBERANO DO MAR É A COMUNIDADE

INTERNACIONAL OU A SOCIEDADE DE ESTADOS;

2 - O ESTADO RIBEIRINHO TEM SOBRE O MAR TERRITORIAL UM SIM
PLES FEIXE, UM CONJUNTO DE SERVIDÕES (2).

DECORRE DA ACEITAÇÃO DESTE SISTEMA QUE O ESTADO RIBEIRINHO NÃO TEM COMPETÊNCIA LEGISLATIVA E TÃO POUCO EXERCE SUA JURISDIÇÃO SOBRE O MAR TERRITORIAL. ASSIM NÃO PODERÁ CERCEAR A PASSAGEM DE NAVIOS PÚBLICOS OU PARTICULARES DE OUTRAS BANDEIRAS; OS NASCIDOS NOS NAVIOS NO MAR TERRITORIAL NÃO SERÃO NACIONAIS DO ESTADO RIBEIRINHO, EM VIRTUDE DO JUS SOLI. O ESTADO RIBEIRINHO, ENTRETANTO, PARA PROTEGER OS SEUS INTERESSES, TORNA-SE BENEFICIÁRIO DE CERTAS SERVIDÕES, PODENDO PROIBIR OS NAVIOS DOS DIFERENTES ESTADOS DA PRÁTICA DE ATOS DE BELIGERÂNCIA EM SUAS ÁGUAS TERRITORIAIS, DO EXERCÍCIO DE CONTRABANDO, ALÉM DA APLICAÇÃO DE MEDIDAS DE ORDEM ALFANDEGÁRIA E SANITÁRIA. TAIS MEDIDAS SÃO INERENTES A NECESSIDADE DE PROTEÇÃO DO PRÓPRIO ESTADO, COMO RESTRIÇÕES IMPOSTAS AO SOBERANO DO MAR OU MELHOR À COMUNIDADE DOS ESTADOS.

ESTA TEORIA SOFREU CRÍTICAS DE VÁRIOS AUTORES ENTRE OS QUAIS ESTÃO L. CAVARÉ PARA QUEM O DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO SÓ RE CONHECE SERVIDÕES CONVENCIONAIS, NÃO ADMITINDO A EXISTÊNCIA DE SERVIDÕES FUNDADAS SOBRE O SIMPLES DIREITO NATURAL (3).

PARA GIDEL " S'IL Y AVAIT DES SERVITUDES EN DROIT INTERNATIONAL, ELLES NE SAURAIENT ÊTRE QUE CONVENTIONNELLES: OR C'EST SUR LA NOTION DE SERVITUDES NATURELLES, DÉCOULANT DE LA QUALITÉ DE

(2) PRADELLE, G. DE LA. RÉVUE GÉNÉRAL DE DROIT INTERNATIONAL PUBLIC. PARIS, 1898. TOME V, P.264-84; 309-47.

(3) CAVARÉ, LOUIS. TRAITÉ DE DROIT INTERNATIONAL PUBLIC. PARIS, EDITIONS A. PEDONE, 1951. TOME II, P.496.

RIVERAIN, QUE LE SYSTÈME DE G. DE LA PRADELLE EST BÂTI" (4).

EM DROIT INTERNATIONAL PUBLIC, CHARLES ROUSSEAU OBSERVA QUE "LA SERVITUDE INTERNATIONALE SE CARACTÉRISE PAR UNE RESTRICTION À L'INDEPENDANCE D'UN ÉTAT DÉTERMINÉ, SUR LE TERRITOIRE DUQUEL UN AUTRE ÉTAT EXERCE UNE COMPÉTENCE RÉGLEMENTAIRE (LEGISLATIVE OU ADMINISTRATIVE) ET ÉVENTUELLEMENT JURIDICTIONNELLE. ELLE IMPLIQUE NÉCESSAIREMENT, AINSI QUE L'A OBSERVÉ LA COUR PERMANENTE D'ARBITRAGE DANS SA SENTENCE DU 7/9/1910, - LA CONCESSION EXPRESSE D'UN DROIT SOUVERAIN" (5).

EXEMPLO, AS PESCARIAS ENTRE A INGLATERRA E ESTADOS UNIDOS NO ATLÂNTICO NORTE.

B) O MAR TERRITORIAL COMO PARTE DO TERRITÓRIO DO ESTADO RIBEIRINHO.

O ESTADO MEDIANTE ESTE SISTEMA EXERCE SOBRE SUAS ÁGUAS TERRITORIAIS UM DIREITO DE SOBERANIA, O QUE É ACEITO PELOS JURISCONSULTOS E PELO DIREITO POSITIVO.

ESTA TEORIA FOI DEFENDIDA DOUTRINARIAMENTE POR GIDEL QUE CONSIDERAVA O MAR TERRITORIAL COMO "TERRITOIRE SUBMERGE" POR RACIOCINAR QUE EXISTE UMA PARIDADE JURÍDICA ENTRE O TERRITÓRIO DO ESTADO E O MAR TERRITORIAL (6).

2.3. EXTENSÃO

EXAMINADAS AS NORMAS QUE FIXAM A NATUREZA JURÍDICA DO MAR TERRITORIAL, FOCALIZAREMOS CRITÉRIOS PARA A DETERMINAÇÃO DO SEU

(4) GIDEL, G. LA MER TERRITORIALE ET LA ZONE CONTIGÜE. IN: RECUEIL DES COURS DE L'ACADÉMIE DE DROIT INTERNATIONAL, 1934. TOME 48, P. 198.

(5) ROUSSEAU, CHARLES. DROIT INTERNATIONAL PUBLIC. PARIS, SIREY, - 1953, P. 233.

(6) GIDEL, G. OP. CIT. P. 201.

LIMITE.

A NOÇÃO DE QUE O ESTADO POSSUIA CERTOS DIREITOS SOBRE AS ÁGUAS ADJACENTES AS SUAS COSTAS MARÍTIMAS SURTIU NO SÉCULO XIII. TAL NOÇÃO TINHA POR ESCOPO A REPRESSÃO À PIRATARIA, A SALVAGUARDA DOS RECURSOS MARÍTIMOS E A COBRANÇA DE IMPOSTOS DE NAVEGAÇÃO.

BERTOLDO DE SASSO FERATO FIXOU O LIMITE EM DOIS DIAS DE NAVEGAÇÃO. O EQUIVALENTE A 100 MILHAS, O QUE ERA SEGUIDO PELAS REPÚBLICAS ITALIANAS.

COUBE AO HOLANDÊS CORNELIUS VAN BYNKERSHOEK, EM 1703, INDICAR COMO BASE QUE A AUTORIDADE TERRITORIAL DO ESTADO, ESTENDIA-SE AO LONGO DE TODAS AS SUAS COSTAS SOBRE UMA LARGURA DO MAR EQUIVALENTE AO RAIO DE AÇÃO DE UM TIRO DE CANHÃO (7). ESTA REGRA EM FIM DO SÉCULO XVIII FOI COMPLETADA E TRADUZIDA NUMA MEDIDA NUMÉRICA - POR GALIANI AO DEFENDER QUE EM MATÉRIA DE PRESA E NEUTRALIDADE, O ALCANCE MÁXIMO DO CANHÃO ERA DE 3 MILHAS NÁUTICAS OU O EQUIVALENTE A UMA LÉGUA MARINHA E TAMBÉM A VIGÉSIMA PARTE DE UM GRAU DE LATITUDE GEOGRÁFICA NO EQUADOR (8).

PARA RAUL PEDERNEIRAS "A NORMA COSTUMEIRA MARCA O MAR TERRITORIAL NUMA FAIXA DE 3 MILHAS MARÍTIMAS DE LARGO, CONTADAS DA TERRA NA BAIXA MAR" (9).

ESTA DELIMITAÇÃO FOI RECONHECIDA PELO PRÓPRIO DIREITO POSITIVO. O TRATADO DE GOND, FIRMADO EM 24 DE OUTUBRO DE 1818 ENTRE A GRÃ-BRETANHA E ESTADOS UNIDOS RESERVAVA A ZONA DE PESCA EXCLUSIVAMENTE AOS SEUS NACIONAIS. MAIS TARDE, EM 19 DE OUTUBRO DE 1912, AS

(7) BYNKERSHOEK, CORNELIUS VAN. DE DOMINI MARIS, 1702. APUD MONDIN, TITO. MAR TERRITORIAL. IN: MAR TERRITORIAL. BRASÍLIA, SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL, 1972. P.469.

(8) GALIANI, DEI DOVERI DEI PRINCIPI NEUTRALI, 1782. APUD ID. IBID. P.469.

(9) PEDERNEIRAS, RAUL. DIREITO INTERNACIONAL COMPENDIADO. RIO DE JANEIRO, ZAHAR EDITORES, 1965.

INSTRUÇÕES FRANCESAS SUSTENTARAM QUE PARA APLICAÇÃO DA CONVENÇÃO Nº XIII DE HAIA, DE 18 DE OUTUBRO DE 1907 SOBRE DIREITOS E DEVERES DAS POTÊNCIAS NEUTRAS EM CASO DE GUERRA MARÍTIMA, AS ÁGUAS TERRITORIAIS DEVERIAM SER CONSIDERADAS COMO "NE S'ÉTENDANT JAMAIS A MOINS DE TROIS MILLES DES CÔTES, DE ILES, OU DE BANCS DÉCOUVERTS, QUE EN DÉPENDENT, À COMPTER DE LA BAISSÉ MER ET JAMAIS AU DÉLÀ DE LA PORTÉE DU CANON".

EM 1931 A SOCIEDADE DAS NAÇÕES, EM HAIA, ADOTOU O LIMITE DAS 10 MILHAS NUMA FÓRMULA SUBSTITUTIVA DAS ANTERIORES 3 MILHAS, ACEITA EM GERAL E DAS 6 MILHAS, POR ALGUNS ESTADOS. POR SEU TURNO EM 28.09.1941, A COMISSÃO INTERAMERICANA DE NEUTRALIDADE APROVOU A RECOMENDAÇÃO REFERENTE À EXTENSÃO DE ÁGUAS TERRITORIAIS QUE FOI Apreciada PELA 11ª REUNIÃO DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES DAS REPÚBLICAS DOMINICANAS. EI-LA NA ÍNTEGRA:

"A SOBERANIA DE CADA ESTADO SE ESTENDE, NAS RESPECTIVAS COSTAS MARÍTIMAS, ATÉ UMA DISTÂNCIA DE 12 MILHAS, CONTADAS DA LINHA DA MAIS BAIXA MARÉ NA COSTA FIRME OU NAS MARGENS DAS ILHAS QUE FORMAM PARTE DO TERRITÓRIO NACIONAL, FICANDO ENTENDIDO QUE, NO QUE RESPEITA AOS GOLFOFOS, BAÍAS, ESTUÁRIOS, RIOS, ESTREITOS, CANAIS, ETC., SE DEVEM APLICAR AS NORMAS QUE POR CONSUETUDINÁRIAS OU CONVENCIONAIS RAZÕES O DIREITO INTERNACIONAL ESTABELECE".

COTEJANDO A DOCTRINA E O DIREITO POSITIVO, VERIFICAMOS QUE NÃO FOI RESPEITADO O PRINCÍPIO DAS 3 MILHAS E QUE NÃO EXISTE UMA REGRA DEFINITIVA PARA A FIXAÇÃO DAS ÁGUAS TERRITORIAIS E QUE CADA ESTADO PASSOU A LIMITÁ-LO CONSOANTE SUAS NECESSIDADES E INTERESSES. PORTANTO, NA FIXAÇÃO DA LARGURA DO MAR TERRITORIAL, COEXISTEM DUAS NORMAS FUNDAMENTAIS: A DOS ESTADOS RIBEIRINHOS E OS DA COMUNIDADE INTERNACIONAL.

HÁ CONTUDO, UMA COINCIDÊNCIA NO FATO DE NENHUM PAÍS TER FIXA
DO UMA DISTÂNCIA INFERIOR A 3 MILHAS.

2.4. LIMITE BRASILEIRO

O BRASIL QUE SEMPRE SE CINGIU NO CENÁRIO MUNDIAL A UMA POS
ÇÃO CONSERVADORA SOBRE A MATÉRIA, PELA SUA ADEÇÃO DURANTE MUITO
TEMPO À NORMA DAS 3 MILHAS, FOI GRADATIVAMENTE NAS ÚLTIMAS DÉCA-
DAS COMPATIBILIZANDO SUAS CRESCENTES NECESSIDADES POLÍTICAS, ECO-
NÔMICAS E SOCIAIS A UMA AFIRMAÇÃO MAIS EFETIVA DA SOBERANIA NACIO
NAL PELA AMPLIAÇÃO DO LIMITE DO SEU MAR TERRITORIAL.

NESTA ORDEM APROVOU:

- A) O REGULAMENTO DA DIRETORIA DE PESCA E SANEAMENTO DO LITO-
RAL, FORMALIZADO PELO DECRETO Nº 16.183, DE 25.06.1923 -
QUE CONSIGNAVA NO SEU ART. 2º: - CONSIDERA-SE COMO MAR
TERRITORIAL BRASILEIRO A FAIXA MARÍTIMA DE 3 MILHAS, A
PARTIR DO LITORAL. ESSA DISTÂNCIA DE 3 MILHAS SERÁ CONTA
DA PARA FORA DAS LINHAS RETAS QUE UNIREM AS PONTAS MAIS
SALIENTES DO LITORAL, DISTANTES NO MÁXIMO 10 MILHAS UMA
DAS OUTRAS;
- B) O DECRETO LEI Nº 44, DE 18.11.1966 QUE ESTABELECEU QUE O
MAR TERRITORIAL BRASILEIRO COMPREENDIA UMA FAIXA DE 6 MI
LHAS;
- C) O DECRETO LEI Nº 553 DE 25.04.1969 QUE ESTENDIA PARA 12
MILHAS MARÍTIMAS DE LARGURA;
- D) O DECRETO LEI Nº 1.098 DE 25.03.1970 QUE ALTEROU O LIMITE
DO MAR TERRITORIAL PARA 200 MILHAS;
- E) O DECRETO LEI Nº 68.459 DE 18.04.1971 QUE REGULAMENTOU A

PESCA, TENDO EM VISTA O APROVEITAMENTO RACIONAL E A CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS VIVOS DO MAR TERRITORIAL BRASILEIRO AMPLIANDO EM SEU ART. 1º AS ZONAS DE PESCA PARA 100 MILHAS, CONDICIONADAS ATÉ O LIMITE DAS 200 MILHAS.

COM ESTAS MEDIDAS, O BRASIL DEIXOU DE LADO A INÉRCIA LEGISLATIVA POR IMPERATIVO DE SEGURANÇA NACIONAL E DETERMINAÇÃO DE SALVAGUARDAR SEUS RECURSOS NATURAIS. FOI POR ESTE ATO SOBERANO QUE FORTALECEU A CRESCENTE TENDÊNCIA DOS PAÍSES AMERICANOS DE IMPOR UMA UNIFORME PADRONIZAÇÃO JURÍDICA DE CAPITAL IMPORTÂNCIA PARA O RECONHECIMENTO PELA COMUNIDADE INTERNACIONAL, DO LEGÍTIMO DIREITO DOS ESTADOS LITORÂNEOS AO APROVEITAMENTO INTEGRAL DE SUAS ZONAS MARÍTIMAS.

2.5. NAVEGAÇÃO MARÍTIMA E AÉREA

OS NOVOS DIREITOS DOS ESTADOS RIBEIRINHOS ORIUNDOS DA INSTITUIÇÃO DA PLATAFORMA CONTINENTAL E DA AMPLIAÇÃO DAS SUAS ÁGUAS TERRITORIAIS, POR FORÇA DE SUAS NECESSIDADES NACIONAIS ESTÃO INTIMAMENTE ASSOCIADOS AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. SÃO, POIS, INSTRUMENTOS AFIRMATIVOS DE SUA SOBERANIA E INDEPENDÊNCIA. POR VIA DE CONSEQUÊNCIA GERAM PROBLEMAS NO CAMPO DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS, PRINCIPALMENTE NO QUE SE RELACIONA À NAVEGAÇÃO MARÍTIMA E AÉREA.

O STATUS DOS NAVIOS E AERONAVES ESTÁ LIGADO DIRETAMENTE A SUA NACIONALIDADE, CATEGORIA E SITUAÇÃO, TANTO NO ALTO MAR COMO EM ÁGUAS TERRITORIAIS. A OUTORGA DA NACIONALIDADE DO VEÍCULO MARÍTIMO, AÉREO OU ESPACIAL É IMANENTE A CADA ESTADO. A BANDEIRA CONFIGURA-SE COMO MANIFESTAÇÃO OSTENSIVA DA NACIONALIDADE, DO REGISTRO PARA O NAVIO OU DA MATRÍCULA PARA A AERONAVE OU SATÉLITE. A PROPÓSITO A CONVENÇÃO DE GENEBRA DE 1958 CONSOLIDOU PRINCÍPIOS -

CORRENTES DE DIREITO INTERNACIONAL NO SEU ART. 5º:

"CADA ESTADO FIXA AS CONDIÇÕES, SEGUNDO AS
QUAIS CONFERE A SUA NACIONALIDADE AOS NAVIOS
E LHE CONCEDE MATRÍCULA E O DIREITO DE ARVO -
RAR A SUA BANDEIRA. OS NAVIOS TÊM A NACIONALI -
DADE DO ESTADO, CUJA BANDEIRA TENHAM O DIREITO
DE ARVORAR. ENTRE O ESTADO E O NAVIO DEVE EXIS -
TIR UM VÍNCULO SUBSTANCIAL. O ESTADO DEVE PRIN -
CIPALMENTE EXERCER, DE MODO EFETIVO, JURISDI -
ÇÃO E CONTROLE NOS PLANOS TÉCNICO, ADMINISTRA -
TIVO E SOCIAL, SOBRE OS NAVIOS QUE ARVOREM A
SUA BANDEIRA. AOS NAVIOS AOS QUAIS HAJA CONCE -
DIDO O DIREITO DE ARVORAR A SUA BANDEIRA, O Es -
TADO ENTREGARÁ OS COMPETENTES DOCUMENTOS".

O MESMO PRINCÍPIO FOI ESTABELECIDO PARA OS MÍSSEIS E SATÉLI -
TES ARTIFICIAIS PELO TRATADO DE LONDRES, MOSCOU E WASHINGTON DE
27.01.1967, RATIFICADO PELO BRASIL, CUJO ART. 8º OBRIGA A CADA Es -
TADO A TER UM REGISTRO EM QUE FIGURE O OBJETO LANÇADO NO ESPAÇO -
CÓSMICO, COM OS RESPECTIVOS DADOS DE IDENTIFICAÇÃO.

O STATUS DOS NAVIOS E AERONAVES MILITARES BRASILEIROS ESTÁ
DISCIPLINADO PELO DECRETO LEI Nº 2.784 DE 20.11.1940, LEI Nº 2180
DE 05.02.1954 E PELA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1 DE 1969, ART. 173
E PARÁGRAFOS.

O DISPOSTO NO PARÁGRAFO 3º DO ART. 2º DO CÓDIGO DE APLICAÇÃO
DE NORMAS JUDICIAIS, ESTABELECE:

- REPUTAM-SE PRATICADOS NO BRASIL ATOS ORIGINA -
DOS DE TERRITÓRIO NACIONAL. SE OS ATOS PARTI -
REM DO TERRITÓRIO BRASILEIRO E ATINGIREM SUAS
CONSEQUÊNCIAS NO TERRITÓRIO ESTRANGEIRO, SERÃO
CUMULATIVAMENTE DO DOMÍNIO DAS LEIS BRASILEI -
RAS E ESTRANGEIRAS.

NO TOCANTE AS NAVES MARÍTIMAS E AÉREAS, DE OUTRA ESPÉCIE, IS TO É, NÃO MILITARES SÓ SERÃO CONSIDERADOS TERRITÓRIO DE SUA NACIONALIDADE, SE EM ALTO MAR OU EM TERRITÓRIO QUE NÃO PERTENÇA A NINGUÉM. POR OUTRO LADO, EM ÁGUAS TERRITORIAIS, TAIS NAVIOS E AERONAVES CONSIDERAM-SE EM TERRITÓRIO DO ESTADO SUBJACENTE E, ENTÃO CONFIGURAM-SE TERRITÓRIO BRASILEIRO, QUER NELE NAVEGANDO, ANCORADOS OU EM POUSO. PELO QUE SE VÊ, A REGRA É AMPLA E ABRANGE QUAISQUER NAVIOS PRIVADOS, INCLUSIVE OS DE ESTADO, NÃO MILITARES, NO EXERCÍCIO DE ATIVIDADES PRIVADAS, COMERCIAIS, INDUSTRIAIS E OUTRAS.

PARA O PROFESSOR HAROLDO VALLADÃO O NOVO CÓDIGO DO AR FOI INFELIZ EM SEU ART. 3º QUANDO EQUIPARA AS NAVES MILITARES ÀS PÚBLICAS, O QUE NÃO ERA ADOTADO NOS ARTS. 4º E 5º DO CÓDIGO ANTERIOR (10).

É H. ACCIOLY QUE APONTA COMO SOLUÇÃO DAR AO TEXTO INTERPRETAÇÃO RESTRITIVA, ACONSELHADA EM MATÉRIA DE NAVIOS PÚBLICOS, PARA NÃO OS QUALIFICAR COMO OS QUE PERTENÇAM AO ESTADO, MAS COMO OS QUE EXERCEM FUNÇÃO PÚBLICA, DE POLÍCIA, ALFÂNDEGA, E NÃO POR EXEMPLO PARA SERVIÇO POSTAL (11).

A CONVENÇÃO DE GENEBRA DE 1958 DISPÕE NO ART. 9º QUE OS NAVIOS PERTENCENTES A UM ESTADO OU EXPLORADOS POR ELE, GOZAM EM ALTO MAR DE IMUNIDADE DE JURISDIÇÃO SE ESTIVEREM A SERVIÇO GOVERNAMENTAL, NÃO COMERCIAL E NO ART. 21, SOBRE O MAR TERRITORIAL. DESTA MANEIRA, OS FATOS QUE OCORREM A BORDO DE NAVIOS OU AERONAVES EM TERRITÓRIO NACIONAL, NASCIMENTOS, ÓBITOS, CONTRATOS, CRIMES, CASAMENTOS, CONSIDERAM-SE REALIZADOS NO BRASIL.

(10) VALLADÃO, HAROLDO. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO. RIO DE JANEIRO, 1971.P.440-54.

(11) ACCIOLY, HILDEBRANDO. TRATADOS E VERDROSS, ALFREDO. DERECHO INTERNACIONAL PÚBLICO. APUD VALLADÃO, HAROLDO. NAVEGAÇÃO E SOBREVÔO DE AERONAVES NO MAR TERRITORIAL. IN: O MAR, DIREITO E ECOLOGIA. RIO DE JANEIRO, FUND. GETÚLIO VARGAS, 1973.P.15.

É EVIDENTE, SE DELES AS AUTORIDADES BRASILEIRAS TOMAREM CO
NHECIMENTO PARA A DEVIDA MANIFESTAÇÃO LEGAL. INCIDENTES DE POUCA
MONTA, SEM REPERCUSSÃO EXTERNA, A JUÍZO DA AUTORIDADE BRASILEIRA,
PODEM SER SOLUCIONADOS PELAS AUTORIDADES DO NAVIO OU DA AERONAVE.

2.6. DIREITO DE PASSAGEM INOCENTE

EMBORA SE CONSTITUA NUM PRINCÍPIO TRADICIONAL, O DIREITO DE
PASSAGEM INOCENTE RESTRANGE DE CERTA FORMA A SOBERANIA DE UM ESTA
DO SOBRE O SEU MAR TERRITORIAL. ELE É DADO A TODOS OS NAVIOS MER
CANTES ESTRANGEIROS EM TEMPO DE PAZ, UMA VEZ QUE HÁ MEDIDAS ESPE-
CÍFICAS NO ESTADO DE GUERRA.

O ESTADO COSTEIRO PELO SEU PODER DE POLÍCIA SUBMETE ESSES
NAVIOS SEM DISCRIMINÁ-LOS NO TRATAMENTO, INDEPENDENTE DA NACIONA-
LIDADE. TODAVIA HÁ QUE SE SALVAGUARDAR OS INTERESSES DO ESTADO RI-
BEIRINHO NO QUE SE REFERE À SEGURANÇA E À ORDEM PÚBLICA. SE VIOLA
DAS AS LEIS DO ESTADO RIBEIRINHO POR UM NAVIO ESTRANGEIRO, ESSE
PODE PERSEGUI-LO ATÉ QUE SE REFUGIE NAS ÁGUAS DE SEU PRÓPRIO MAR
TERRITORIAL OU DE UMA TERCEIRA POTÊNCIA. O CHAMADO DIREITO DE PER
SEGUIÇÃO (HOT PURSUIT) É PREVISTO PELO DECRETO LEI Nº 1.098 DE
25.03.1970, PRECISAMENTE NA FORMA DE SEU ART. 3º:

- É RECONHECIDO AOS NAVIOS DE TÔDAS AS NACIONA-
LIDADES O DIREITO DE PASSAGEM INOCENTE NO MAR
TERRITORIAL BRASILEIRO.

PARÁGRAFO 1º - CONSIDERA-SE PASSAGEM INOCENTE
O SIMPLES TRÂNSITO PELO MAR
TERRITORIAL, SEM O EXERCÍCIO DE
QUAISQUER ATIVIDADES ESTRANHAS
À NAVEGAÇÃO E SEM OUTRAS PARA-
DAS QUE NÃO AS INCIDENTES À

MESMA NAVEGAÇÃO.

PARÁGRAFO 2º- NO MAR TERRITORIAL TODOS OS NA
VIOS DEVEM CUMPRIR OS REGULAMEN-
TOS BRASILEIROS DESTINADOS A GA
RANTIR A PAZ, A BOA ORDEM E A SE
GURANÇA, BEM COMO EVITAR A POLUI-
ÇÃO DAS ÁGUAS E O DANO AOS RECUR-
SOS DO MAR.

PARÁGRAFO 3º- O GOVERNO BRASILEIRO ESTABELECE-
RÁ OS REGULAMENTOS QUE POR MOTI-
VOS DE SEGURANÇA LHE PAREÇA NE
CESSÁRIO FAZER OBSERVAR POR NA
VIOS DE GUERRA E OUTROS NAVIOS
DE ESTADO ESTRANGEIRO.

ESSES PRECEITOS NÃO SOFREM RESTRIÇÕES DO ART. 14º DA CONVEN-
ÇÃO DE GENEBRA DE 1958 SOBRE O ALTO MAR, APESAR DE NÃO RATIFICADA
PELO NOSSO PAÍS. CABE AO GOVERNO BRASILEIRO, AUTORIZADO PELO CON
GRESSO NACIONAL, CONCEDER LICENÇA ESPECIAL AOS NAVIOS E AERONAVES
DE GUERRA PARA TRANSITAR PELAS NOSSAS ÁGUAS TERRITORIAIS, COMO -
CONSEQUÊNCIA DO ART. 44 Nº 2 DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1.

3. ALTO MAR

POR ALTO MAR ENTENDE-SE TÔDAS AS PARTES DO MAR NÃO INCLUÍDAS
NO MAR TERRITORIAL OU NAS ÁGUAS INTERIORES DE UM ESTADO.

RESSALVANDO-SE AS NORMAS ESTABELECIDAS EM CONVENÇÕES QUE TRA-
TAM DE SEGURANÇA, ALÉM DO EXERCÍCIO DE CONTROLE ADMITIDO PARA AS
ZONAS CONTÍGUAS, O RÉGIME JURÍDICO DO ALTO MAR CONFIGURA-SE COMO
DE PLENA LIBERDADE DE UTILIZAÇÃO. O PRINCÍPIO FOI ESTRATIFICADO -
EM 1958 PELA CONVENÇÃO DE GENEBRA, FICANDO O ALTO MAR ABERTO A

TÔDAS AS NAÇÕES E, AO MESMO TEMPO, VETANDO O DIREITO DE QUALQUER ESTADO DE SUBMETER A SUA SOBERANIA QUALQUER PARTE DESTA ÁREA. PELA MESMA CONVENÇÃO A LIBERDADE DO ALTO MAR, ABRANGE ENTRE OUTROS ASPECTOS, A LIBERDADE DE PESCA, NAVEGAÇÃO E SOBREVÔO.

3.1. ZONA CONTÍGUA

É UMA ZONA CONSTITUÍDA POR UMA FAIXA DE MAR ADJACENTE AO MAR TERRITORIAL. JURIDICAMENTE FAZ PARTE DO ALTO MAR. NELA É EXERCIDO O CONTROLE PELO ESTADO PARA REPRIMIR OU PREVENIR INFRAÇÕES AS SUAS LEIS DE POLÍCIA ADUANEIRA, FISCAL, SANITÁRIA OU DE MIGRAÇÕES COMETIDAS EM SEU TERRITÓRIO.

A LARGURA DA ZONA CONTÍGUA FOI FIXADA NA CONVENÇÃO DE GENEBRA COMO SENDO DE 12 MILHAS, INCLUINDO O MAR TERRITORIAL E ZONA CONTÍGUA. OS ESTADOS QUE DEFENDEM AS 200 MILHAS DE MAR TERRITORIAL NÃO ESTABELECEM ZONAS CONTÍGUAS POR ENTENDEREM DESNECESSÁRIAS.

3.2. GRANDES PROFUNDIDADES MARINHAS

A ASSEMBLÉIA GERAL DA ONU EM 1970 AO PROMULGAR SUA DECLARAÇÃO DE PRINCÍPIOS SOBRE O FUNDO DOS MARES LIMITA-SE A AFIRMAR QUE O FUNDO DOS MARES E DOS OCEANOS, BEM COMO SEU SUBSOLO E OS RECURSOS DA ZONA, SÃO PATRIMÔNIO COMUM DA HUMANIDADE. NENHUM ESTADO PODE REIVINDICAR OU EXERCER SOBERANIA OU DIREITOS SOBERANOS SOBRE PARTE ALGUMA DELA.

É UM PROBLEMA EM ABERTO NA ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS QUE SE CONVENCIONOU CHAMAR DE "A CRISE ATUAL DO DIREITO DO MAR".

3.3. ZONAS DE CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS BIOLÓGICOS DO ALTO MAR

ENQUANTO OS RECURSOS DO MAR FORAM CONSIDERADOS INESGOTÁVEIS, HAVIA LIBERDADE DE PESCA DE MODO PLENO, SEM RESTRIÇÕES. QUANDO SE VERIFICOU O ERRO PELA CONSTATAÇÃO, FOI NECESSÁRIO QUE SE FIZESSEM REGULAMENTAÇÕES CONVENCIONAIS. EM GENEBRA, 1958, FOI CONCLUÍDA U MA CONVENÇÃO SOBRE PESCA E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS VIVOS DO ALTO MAR. UM ESTADO EM NOME DA CONSERVAÇÃO DESTES RECURSOS PODE EXERCER COMPETÊNCIAS EM MATÉRIA DE PESCA, ALÉM DE SUAS ÁGUAS TERRITORIAIS, ISTO É, NO ALTO MAR, CRIANDO VERDADEIRAS ZONAS DE CONSERVAÇÃO, MESMO PORQUE JÁ É RECONHECIDO CONVENCIONALMENTE O "INTERESSE ESPECIAL" DO ESTADO NO ALTO MAR COSTEIRO.

3.4. ZONAS DE PESCA

ESTÃO LOCALIZADAS APÓS O MAR TERRITORIAL E NELAS O ESTADO - POSSUI APENAS O DIREITO EXCLUSIVO DE PESCA.

A FIGURA JURÍDICA DO MAR PATRIMONIAL É UMA AMPLIAÇÃO DO CONCEITO DE ZONA DE PESCA. VISA A RESERVA DE DIREITOS SOBRE TODOS OS RECURSOS DA ÁREA, GARANTINDO A LIBERDADE DOS MARES QUANTO A TUDO QUE NÃO SE RELACIONE COM A EXPLORAÇÃO DAQUELES RECURSOS.

POR OUTRO LADO, COMO EXPLICA RANGEL, NÃO HÁ PORQUE CONFUNDIR MAR TERRITORIAL COM MAR PATRIMONIAL, EXPRESSÃO ESTA PROPOSTA RECENTEMENTE NO ÂMBITO DO COMITÊ JURÍDICO INTERAMERICANO (12). O MAR PATRIMONIAL NÃO COINCIDE COM O MAR TERRITORIAL, MAS O ABRANGE, JUNTAMENTE COM UMA ZONA SITUADA ALÉM DESTA E CUJA EXTENSÃO É DETERMINADA UNILATERAL - PORÉM NÃO ARBITRARIAMENTE - PELO ESTADO

(12) RANGEL, VICENTE MAROTTA. REGIME JURÍDICO DO MAR TERRITORIAL. IN: O MAR, DIREITO E ECOLOGIA. RIO DE JANEIRO, FUND. GETÚLIO VARGAS, 1973. P.9-10.

RIBEIRINHO. O LIMITE MÁXIMO DO MAR PATRIMONIAL É DETERMINADO PELA MARCA DAS 200 MILHAS MARÍTIMAS, CONTADAS A PARTIR DO LITORAL.

A PARTE DO MAR PATRIMONIAL LOCALIZADA ALÉM DO MAR TERRITORIAL TAMBÉM DENOMINADA "ZONA EXCLUSIVA DE PESCA" NÃO SE INTEGRA NO TERRITÓRIO DO ESTADO RIBEIRINHO A CUJA SOBERANIA, NÃO SE ENCONTRA SUJEITA. DEFERIDA A COMPETÊNCIA DESSE ESTADO, COM EXCEÇÃO DA EXPLORAÇÃO DA PESCA, SUBSISTE NESSA ÁREA AMPLA LIBERDADE DE NAVEGAÇÃO, DE SOBREVÔO E COLOCAÇÃO DE CABOS, DE OLEODUTOS SUBMARINOS, LIBERDADES ESSAS QUE NÃO ENCONTRAM LIMITAÇÕES, A NÃO SER DE INTERFERIREM NOS DIREITOS PATRIMONIAIS DO ESTADO COSTEIRO.

CONVÉM SALIENTAR QUE EMBORA O MAR PATRIMONIAL SE REPORTE AO CRITÉRIO DAS 200 MILHAS, ISTO NÃO SE COADUNA COM O PRINCÍPIO DEFENDIDO PELO BRASIL ATRAVÉS DO DECRETO LEI Nº 1.098 DE 25.03.70. DEVE-SE AINDA FAZER UMA DISTINÇÃO DAS ZONAS DE PESCA PREVISTAS NA PROPOSTA OFERECIDA AO COMITÊ JURÍDICO INTERAMERICANO COM AQUELAS ENUMERADAS NO DECRETO LEI Nº 68.459 DE 13.04.1971. PELO DIPLOMA BRASILEIRO AS ZONAS DE PESCA SÃO TERRITÓRIO DO ESTADO COSTEIRO, AO PASSO QUE PELO CJI SÃO PARTE INTEGRANTES DO ALTO MAR.

3.5. PLATAFORMA CONTINENTAL

O USO DA TERMINOLOGIA PLATAFORMA CONTINENTAL É ATRIBUÍDO SEGUNDO ALGUNS AUTORES A MURRAY E PARA OUTROS A HUGH ROBERT MILL. VÁRIOS ESTUDIOSOS UTILIZAM OUTRAS EXPRESSÕES ALÉM DESSA, COMO PLATAFORMA LITORAL, PLATAFORMA SUBMARINA, ETC.

A CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA DE 1969 ADOTA A EXPRESSÃO QUE ESTÁ CONSAGRADA NA CONVENÇÃO DE GENEBRA DE 1958, POR TRATAR-SE DA ÚNICA CODIFICAÇÃO SOBRE A MATÉRIA NO CAMPO INTERNACIONAL.

A CRÍTICA QUE SE FAZ À PLATAFORMA CONTINENTAL, EXPRESSÃO QUE ADOTAMOS, É A DE QUE A MESMA NÃO ABRANGERIA A PLATAFORMA DAS ILHAS. ESTA CRÍTICA NO ENTENDIMENTO DO PROFESSOR CELSO DE ALBUQUERQUE MELLO É INJUSTA PORQUE A EXPRESSÃO CONTINENTE ABRANGE TAMBÉM AS ILHAS. POR EXEMPLO: AS ILHAS DA GRÃ-BRETANHA ESTÃO NO CONTINENTE EUROPEU (13).

NA REALIDADE, AS EXPRESSÕES DEPOIS DE CONSAGRADAS INCORPORAM UM SENTIDO JURÍDICO PRÓPRIO QUE MUITAS VEZES NÃO CORRESPONDE AO LITERAL. NÃO SERIA DEMASIADO OBSERVAR QUE QUALQUER EXPRESSÃO QUE SE VALHA DA PALAVRA PLATAFORMA NÃO É TOTALMENTE CORRETA, UMA VEZ QUE ESTA ÁREA NÃO É LISA, CONFORME INDICA A PRÓPRIA PALAVRA. (VIDE MAPA Nº 3 NO APÊNDICE).

FOI SOMENTE A PARTIR DE 1945 QUE A NOÇÃO DE PLATAFORMA CONTINENTAL SE INCORPOROU AO CAMPO DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO. A PARECEU EM DOCUMENTO OFICIAL INICIALMENTE EM DUAS IMPORTANTES PROCLAMAÇÕES ASSINADAS PELO PRESIDENTE TRUMAN, DATADAS DE 28.09.45. ANTERIORMENTE, EXISTIRAM ALGUMAS MANIFESTAÇÕES DOUTRINÁRIAS E HISTÓRICAS QUE FAZIAM REFERÊNCIAS À PLATAFORMA. CONVÉM RESSALTAR QUE A QUESTÃO NÃO MERECEU MAIOR APREÇO DURANTE A ANTIGUIDADE E NEM MESMO NA IDADE MÉDIA.

É COM VALIN QUE SE ENCONTRA MANIFESTAÇÃO A RESPEITO. PROPUNHA QUE O MAR TERRITORIAL FOSSE DELIMITADO PELO LUGAR ONDE A SONDA NÃO TOCASSE MAIS O FUNDO (14).

COUBE A PORTUGAL ATRAVÉS DO DECRETO DE 9 DE NOVEMBRO DE 1910, A INICIATIVA DO PRIMEIRO ATO GOVERNAMENTAL EM QUE A PLATAFORMA É TO

(13) MELLO, CELSO D. ALBUQUERQUE. PLATAFORMA CONTINENTAL. IN: O MAR, DIREITO E ECOLOGIA. RIO DE JANEIRO, FUND. GETÚLIO VARGAS, 1973. P.39-72.

(14) VALIN. NOUVEAU COMMENTAIRE SUR L'ORDONNANCE DE LA MARINE DU MOIS D'AOUT 1681. APUD MONDIN, TITO. PLATAFORMA SUBMARINA. IN: MAR TERRITORIAL. BRASÍLIA. SERVIÇO GRÁFICO DO SENADO, 1972. TOMO II, P.479.

MADA EM CONSIDERAÇÃO. EIS A ÍNTEGRA:

" CONSIDERANDO QUE A PESCARIA EFETUADA COM -
GRANDES REDES CÔNICAS DE MUITA PROFUNDIDADE, A
LÉM DE 100 TOESAS DENTRO DOS LIMITES DA PLATA-
FORMA CONTINENTAL É EXTREMAMENTE PREJUDICIAL À
FORMAÇÃO DE CARDUMES, PORQUE ESTE MÉTODO DES-
TROÍ AS FONTES DE ALIMENTOS DO FUNDO DO MAR,
E COM ISSO OS PEIXINHOS RECÉM DESOVADOS, QUE
SERVEM DE ALIMENTO AOS MAIORES - E ASSIM É
MANTIDO E DESENVOLVIDO UM PROCESSO, QUE RAPIDA-
MENTE CONDUZ À DESTRUÇÃO DA FAUNA MARINHA, AO
LONGO DAS COSTAS ASSIM AFETADAS. COMO CONSE-
QUÊNCIA, TORNAR-SE-Á IMPOSSÍVEL SUBSTITUIR OS
MANANCIAIS DE PEIXES ALÉM DE UMA PROFUNDIDADE
DE 100 TOESAS, O HABITAT DOS GRANDES PEIXES, O
QUE IMPORTA NA DESTRUÇÃO DE UMA IMPORTANTE -
FONTE DE RIQUEZAS. CONSIDERANDO QUE ISTO TEM
OCORRIDO AO LONGO DA VASTA E CONTÍNUA PLATAFOR-
MA CONTINENTAL, ONDE TAL SISTEMA TEM SIDO EM-
PREGADO, VINDO DA BAÍA DE BISCAIA, SUBINDO RU-
MO NOROESTE AO LONGO DAS COSTAS DA FRANÇA, BÉL-
GICA, HOLANDA E ALEMANHA, ATÉ A COSTA DA NORUE-
GA ONDE SE VOLTA PARA O SUDOESTE E SE ESTENDE
PARA DENTRO DE 50 MILHAS DA COSTA OESTE DA IR-
LANDA, O QUE SIGNIFICA QUE MUITOS NAVIOS PES-
QUEIROS, PERTENCENDO AQUELES ESTADOS ESTÃO ATIN-
GINDO O TOTAL ESVAZIAMENTO DOS RECURSOS DA PLA-
TAFORMA CONTINENTAL, COMO JÁ ACONTECEU NO CASO
DO MARROCOS" (15).

(15) TRADUÇÃO DO TEXTO EM UNITED NATIONS LEGISLATIVE SERIES. LAWS
AND REGULATIONS ON THE RÉGIME OF THE HIGH SEAS. NEW YORK,
1951. VOL. 1, P. 19-21.

OUTRAS MANIFESTAÇÕES SURTIRAM EM FAVOR DA PLATAFORMA EM 1916 NA ESPANHA E NA RÚSSIA. TOMANDO CONHECIMENTO DA MATÉRIA A ARGENTINA TAMBÉM SE PRONUNCIOU NO MESMO ANO, PRIMEIRAMENTE E, DEPOIS EM 1918, NAS SEGUINTE OBRAS: "INTERESSES ARGENTINOS EN EL MAR" , DE R. STORNI E "EL MAR TERRITORIAL Y LAS INDUSTRIAS MARITIMAS" DE JOSÉ LEÓN SUAREZ. SOBRE O ASSUNTO TIVEMOS AINDA O MEMORANDUM SOVIÉTICO DE 04.11.1924 E O TRATADO ANGLO-VENEZUELANO DE 26.02.42. SEGUIRAM-SE APÓS 1945 VÁRIAS DECLARAÇÕES DE CARÁTER ESTATAL QUE CITAMOS AQUI, EM ORDEM CRONOLÓGICA, APENAS COM OBJETIVO DESCRITIVO:

01. PROCLAMAÇÕES DO PRESIDENTE DOS ESTADOS UNIDOS - 28.09.1945
02. DECLARAÇÕES DO PRESIDENTE DO MÉXICO - 29.10.1945
03. DECRETO DA REPÚBLICA ARGENTINA- 11.10.1946
04. DECRETO DO PANAMÁ - 17.12.1946
05. DECLARAÇÃO DO PRESIDENTE DO CHILE - 23.06.1947
06. DECRETO SUPREMO DO PRESIDENTE DO PERU - 01.08.1947
07. LEI DA ISLÂNDIA - 05.04.1948
08. DECRETOS DA COSTA RICA - 27.07.1948 E 02.11.1949
09. "ORDERS IN COUNCIL" DAS BAHAMAS E JAMAICA- 26.11.1948
10. DECLARAÇÃO DA GUATEMALA - 01.08.1949
11. LEGISLAÇÃO DA NICARÁGUA
12. ACORDO DO GOVERNO DO IRAN SUBMETIDO AO MAJLIS - 19.05.1949
13. PRONUNCIAMENTO REAL DA ARÁBIA SAUDITA - 28.05.1949
14. LEGISLAÇÃO DE NOVE SULTANATOS DO GOLFO PÉRSICO - JUN. 1949
15. PETROLEUM ACT DAS FILIPINAS - 18.06.1949
16. DECRETO LEGISLATIVO DE HONDURAS-07.03.1950

17. DECRETO DO PAQUISTÃO - 09.03.1950
18. DECLARAÇÃO DE EL SALVADOR - 14.09.1950
19. "ORDER IN COUNCIL" DA HONDURAS BRITÂNICA -
09.10.1950
20. DECRETO DO PRESIDENTE DO BRASIL - 08.11.1950
21. "ORDER IN COUNCIL" DAS ILHAS FALKLANDS -
21.12.1950.

PROCURAMOS COM ISTO DEMONSTRAR O QUANTO ESTE INSTITUTO É RE
CENTE, ACARRETANDO POR CONSEQUÊNCIA UMA REGULAMENTAÇÃO INTERNACIO
NAL CARENTE E IRRISÓRIA.

SEGUNDO CELSO DE ALBUQUERQUE MELLO "AS NORMAS PERTINENTES FORAM
CODIFICADAS POR UMA CONVENÇÃO LEVADA A EFEITO SOB OS AUSPÍCIOS DA
ONU EM 1958, NÃO RATIFICADA PELO BRASIL E POR VÁRIOS OUTROS ESTA
DOS" (16). NÃO HÁ, PORTANTO, UMA UNIFORMIDADE PONDERÁVEL NA PRÁ-
TICA INTERNACIONAL.

3.5.1. DEFINIÇÃO

DEFINE-SE A PLATAFORMA SUBMARINA DE FORMA CIENTÍFICA E JURÍ-
DICA. AS CIENTÍFICAS ESTÃO FUNDAMENTADAS NOS CRITÉRIOS: BATIMÉTRI-
CO (PROFUNDIDADE), MORFOLÓGICO (PELAS CARACTERÍSTICAS), GEOLÓGICO,
BIOLÓGICO E PRIMEIRA RUPTURA.

É MARCEL SIBERT QUEM DEFINE A PLATAFORMA COMO SENDO LEVEMEN-
TE INCLINADA ONDE O CONTINENTE SE PROLONGA ALÉM DO MAR TERRITO -
RIAL ATÉ A RUPTURA DAS GRANDES PROFUNDIDADES (17).

(16) MELLO, CELSO D. ALBUQUERQUE. OP. CIT. P.39

(17) SIBERT, MARCEL. TRAITÉ INTERNATIONAL PUBLIC. PARIS, DALLOZ,
1951. P.738

PARTICIPAM DESTES ENTENDIMENTO TRATADISTAS COMO PODESTÁ COSTA E CHARLES ROUSSEAU.

PARA HILDEBRANDO ACCIOLY "OS CONTINENTES, SEGUNDO OS GEÓLOGOS, EM MUITAS REGIÕES PARECEM ASSENTAR SOBRE UMA ESPÉCIE DE BASE OU PLATAFORMA SUBMERSA, QUE SE PROLONGA EM DECLIVE ATÉ CHEGAR A UMA PROFUNDIDADE DE PERTO DE 200 METROS OU APROXIMADAMENTE 100 BRAÇAS OU 600 PÉS, DAÍ CAINDO SUBITAMENTE PARA AS PROFUNDEZAS ABISMAIS" (18).

A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA NÃO DEFINE O QUE SEJA PLATAFORMA CONTINENTAL. NEM O DECRETO Nº 28.840 DE 18.11.1950 A DEFINIU, MUITO EMBORA A DECLARASSE "INTEGRADA AO TERRITÓRIO NACIONAL". UM COMUNICADO PARTINDO DA DIVISÃO POLÍTICA DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EM DEZEMBRO DE 1950, FOI A ÚNICA DEFINIÇÃO QUE FIXOU O SEU LIMITE:

"O CONCEITO GEOGRÁFICO DA PLATAFORMA SUBMARINA RESULTA DE MODERNAS PESQUISAS GEOLÓGICAS - QUE VIERAM DEMONSTRAR ASSENTAREM OS CONTINENTES EM UMA BASE SUBMERSA, QUE SE PODE ESTENDER, ALÉM DAS ÁGUAS TERRITORIAIS, ATÉ SOB O ALTO MAR, BAIXANDO GRADATIVAMENTE EM CERTA EXTENSÃO ATÉ UMA LINHA CALCULADA COMO ESTANDO ENTRE 180 E 200 METROS DE PROFUNDIDADE, A PARTIR DA QUAL DESCE SUBITAMENTE PARA AS ZONAS DE MAIOR PROFUNDIDADE DOS MARES".

TAIS DEFINIÇÕES COINCIDEM NO CRITÉRIO DA PROFUNDIDADE (200 METROS) E DA INCLINAÇÃO PARA AS PROFUNDEZAS MARÍTIMAS. A MAIS ACEITA NO CAMPO JURÍDICO INTERNACIONAL É A CONSAGRADA PELA CONVEN

(18) ACCIOLY, HILDEBRANDO. MANUAL DE DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO. SÃO PAULO, EDIT. SARAIVA, 1966.P.243.

ÇÃO DE GENEVRA DE 1958, COMO PONTO REFERENCIAL E QUE ESTABELECEU:

"PARA OS EFEITOS DOS PRESENTES ARTIGOS, A EX
PRESSÃO PLATAFORMA CONTINENTAL É UTILIZADA PA
RA DESIGNAR:

A) O LEITO DO MAR E O SUBSOLO DAS REGIÕES SUB-
MARINAS ADJACENTES ÀS COSTAS SITUADAS FORA
DO MAR TERRITORIAL, ATÉ UMA PROFUNDIDADE DE
200 METROS OU ALÉM DESTE LIMITE, ATÉ O PON
TO EM QUE A PROFUNDIDADE DAS ÁGUAS SOBREJA-
CENTES PERMITA O APROVEITAMENTO DOS RECUR -
SOS NATURAIS DAS REFERIDAS REGIÕES;

B) O LEITO DO MAR E O SUBSOLO DAS REGIÕES SUB
MARINAS ANÁLOGAS, QUE SÃO ADJACENTES ÀS COS
TAS DAS ILHAS".

CONFORME SE CONSTATA, ESSA DEFINIÇÃO É MAIS VANTAJOSA PARA
NÓS QUE A FIXADA PELO COMUNICADO BRASILEIRO, POR OFERECER UMA NO
ÇÃO MAIS AMPLA E ESTAR INSERIDA COMO A ÚNICA CODIFICAÇÃO EXISTEN-
TE NO PLANO INTERNACIONAL. APESAR DE NÃO SERMOS SIGNATÁRIOS DA
CONVENÇÃO DE GENEVRA DE 1958, A CONSTITUIÇÃO DE 1969 COLOCA A PLA
TAFORMA COMO SENDO UM DOS BENS DA UNIÃO, FICANDO POR CONSEQUENTE,
SOB A JURISDIÇÃO FEDERAL A EXEMPLO DA ORIENTAÇÃO AMERICANA DADA
PELO GUTER CONTINENTAL SHELF LANDS ACT, DE 1953.

DIVERSOS ESTADOS, PRINCIPALMENTE DA AMÉRICA E ÁSIA, INCORPO-
RARAM COMO O BRASIL A SUA PLATAFORMA, NÃO REIVINDICANDO APENAS A
JURISDIÇÃO E CONTROLE, MAS A SOBERANIA, JÁ QUE DE MODO GERAL A IN
TEGRAM NO TERRITÓRIO NACIONAL.

3.5.2. SIGNIFICADO

A PLATAFORMA CONTINENTAL NÃO É UM PROBLEMA NOVO, MAS ASSUNTO POLÊMICO NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. NUM PANORAMA HISTÓRICO PODE MOS CONSTATAR QUE TEM SIDO OBJETO DE CONFLITO ENTRE AS NAÇÕES; SOB O PRISMA GEOGRÁFICO LEVANTA A QUESTÃO DAS RELAÇÕES DA COMUNIDADE COM O MEIO AMBIENTE AO CONSIDERARMOS A FAIXA HOMEOSTÁTICA ENTRE OS RECURSOS TERRESTRES E MARÍTIMOS E, POLITICAMENTE, ASSOCIA- SE AO "AFFAIRE" NACIONALISMO VERSUS INTERNACIONALISMO. ENTRETANTO, É PELO SETOR ECONÔMICO QUE SE TORNA ALVO DE DISCUSSÕES POR REFLE TIR JUSTAMENTE OS PROBLEMAS RELATIVOS A EXIGUIDADE DOS RECURSOS A LIMENTARES, DA EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA E DA DESIGUALDADE ENTRE AS NA ÇÕES. A PLATAFORMA ESTÁ FADADA A REPRESENTAR UM MAIOR EQUILÍBRIO ENTRE ESTADOS DE DESNÍVEIS ECONÔMICOS NATURAIS.

O DIREITO INTERNACIONAL MARÍTIMO VIVE O CONFLITO ENTRE DUAS CORRENTES DOUTRINÁRIAS: A DOGMÁTICA E A DO PRAGMATISMO JURÍDICO - ECONÔMICO. A PRIMEIRA NÃO ADMITE QUALQUER EXCEÇÃO POR ESTAR LIGA- DA AO PRINCÍPIO DA LIBERDADE DO MAR. POR SEU TURNO, A OUTRA, PRO CURA SITUAR O SUPOSTO DOGMA EM CONCORDÂNCIA COM AS ATUAIS NECESSI- DADES. E, NÃO PODERIA SER MAIS RACIONAL, POIS, A INFLEXIBILIDADE DAS POSIÇÕES PRIVILEGIADAS E MAIS TRADICIONAIS DOS MAIS PODEROSOS DEVERÁ DAR LUGAR AS EXIGÊNCIAS RENOVADORAS DE UMA MAIOR IGUALDADE ENTRE AS NAÇÕES SOB O BALIZAMENTO DO DIREITO INTERNACIONAL.

DE QUALQUER FORMA A CONTROVERSA NOÇÃO DE PLATAFORMA CONTINEN- TAL AINDA SE ENCONTRA EM EVOLUÇÃO, DEPENDENDO DA CONCEITUAÇÃO DE "GRANDES PROFUNDIDADES MARINHAS" QUE FATALMENTE TENDERÁ PARA UM REGIME DE INTERNACIONALIZAÇÃO. ENQUANTO NÃO HOUVER UMA CODIFICA- ÇÃO DEFINITIVA SOBRE A MATÉRIA, FACE AS LIMITAÇÕES DA CONVENÇÃO - DE GENEBRA OS ESTADOS PODERÃO AGIR DE FORMA UNILATERAL. SANADO ES TE IMPASSE, O PAPEL DA PLATAFORMA CONTINENTAL SERÁ DOS MAIS RELE- VANTES NA DINÂMICA DOS PAÍSES SUBDESENVOLVIDOS OU EM VIAS DE DE SENNVOLVIMENTO.

CAPÍTULO III

REALIDADE E PERSPECTIVAS DO USO DO MAR

I. PODER NAVAL

O PODER NAVAL COMO INTEGRANTE DA HISTÓRIA, SEMPRE ESTEVE IN CORPORADO AOS OBJETIVOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS DAS NAÇÕES. NA A PLICAÇÃO DESTE PODER, CARACTERIZADO PELA SUA MAIOR FLEXIBILIDADE E MOBILIDADE, OS ESTADOS SE EXPANDEM E MANTÉM ÁREAS DE INFLUÊN - CIAS, ALÉM FRONTEIRAS. A PERDA OU O DECLÍNIO DESTE PODER, TAMBÉM TEM OCORRIDO DESDE A IDADE CLÁSSICA AOS TEMPOS MODERNOS PARA OU TRAS POTÊNCIAS, IGUALMENTE MARÍTIMAS. COMO EXEMPLOS CITAMOS: CAR TAGO E INGLATERRA, RESPECTIVAMENTE, PARA ROMA E ESTADOS UNIDOS.

A ASCENSÃO DE NOVOS ESTADOS MARÍTIMOS É PROJETIVA DE SUAS POTENCIALIDADES E CONDIÇÕES ECONÔMICAS, UTILIZADAS NA AFIRMAÇÃO DA SOBERANIA E NA CONSOLIDAÇÃO DE SEU PRESTÍGIO EXTERNO. A DISPU - TA PELA PREPONDERÂNCIA NOS MARES DOS ESTADOS UNIDOS E UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS É DEMONSTRATIVA DESTA REALIDADE. EM BUSCA DA HEGEMONIA MARÍTIMA E NO ALCANCE DE SEUS PROPÓSITOS EX PANSIONISTAS, ESTA ÚLTIMA VEM ESTABELECEENDO BASES FORA DE SEU TER - RITÓRIO E AMPLIANDO RAPIDAMENTE OS MEIOS FLUTUANTES E AÉREOS DE SUA MARINHA QUE JÁ OPERAM NO MEDITERRÂNEO E SE POSICIONAM DO ÍNDI CO AO ATLÂNTICO SUL.

A CONSTATAÇÃO DESTE FATO, REAFIRMA A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DO PODER NAVAL.

POR OUTRO LADO, É VÁLIDO O RACIOCÍNIO DE FERNANDO MANOEL FON - TES DIEGUES QUANDO LEMBRA:

"SER POTÊNCIA MARÍTIMA NUNCA SIGNIFICOU EM PRIMEIRO LUGAR, DISPOR DE ELEVADO NÚMERO DE NA VIOS DE GUERRA OU DE VOLUMOSO E POTENTE ARMA - MENTO NAVAL. NA REALIDADE, O PODER NAVAL PRO GREDIA E SE MOSTRAVA IMPERATIVO À MEDIDA QUE AS ATIVIDADES MARÍTIMAS SE DESENVOLVIAM: ERA UMA DECORRÊNCIA NATURAL DA DEPENDÊNCIA ECONÔMI

CA EM RELAÇÃO AOS FARTOS RECURSOS OU MEIOS O
 FERECIDOS PELO MAR. A PRESENÇA DOS BARCOS DE
 PESCA NOS OCEANOS, AS CONTINGÊNCIAS DO COMÉR
 CIO INTERNACIONAL, AS SOLICITAÇÕES DE TRANSPORT
 TE OCEÂNICO ASSEGURANDO, POR SUA VEZ, A IMPORT
 TÂNCIA DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO NAVAL É QUE
 PROPORCIONAVAM OS FUNDAMENTOS EM QUE O EXERCÍC
 CIO DO PODER MARÍTIMO PODERIA SOLIDIFICAR-SE"
 (19).

ESTE RACIOCÍNIO EXPLICA, EM PARTE, A DERROTA DO JAPÃO PARA -
 OS ESTADOS UNIDOS NA 2ª GRANDE GUERRA, EM VIRTUDE DE SUA FRACA MAR
 RINHA MERCANTE, INEXPRESSIVA PARTICIPAÇÃO NO COMÉRCIO INTERNACION
 AL E ISOLAMENTO DE SEU SISTEMA DE FORÇA, O QUE NÃO ERA A SITUA-
 ÇÃO NORTE-AMERICANA.

O EMPREGO DAS FORÇAS NAVAIS SOFRE, HOJE EM DIA, UMA CONSTAN-
 TE ALTERAÇÃO DITADA PELA EVOLUÇÃO DA ORDEM INTERNACIONAL E PELO -
 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO. TAL FATO, NÃO COLOCA POR TERRA, NEM
 MINIMIZA A PROCEDÊNCIA DAS OUTRAS CONCEPÇÕES DE MANHAN NA SUA "INF
 LUÊNCIA DO PODER MARÍTIMO NA HISTÓRIA", SOBRE OS OBJETIVOS BÁSI-
 COS DO PODER NAVAL QUANTO AO CONTROLE DO MAR, A PROTEÇÃO DO COMÉR
 CIO MARÍTIMO EM TEMPO DE PAZ E À GARANTIA DAS LINHAS DE COMUNICA-
 ÇÃO MARÍTIMA EM TEMPOS DE GUERRA.

FAZEM PARTE DE SUAS TAREFAS NUM SENTIDO MAIS OFENSIVO, A CON-
 DIÇÃO DE PODER NEGAR O CONTROLE DAS ÁREAS OU O USO DAS LINHAS DE
 COMUNICAÇÃO MARÍTIMAS A OUTROS PAÍSES, ALÉM DO EMPREGO EM ÁREAS -
 DISTANTES EM APOIO A ALIADOS OU COAÇÃO DE INIMIGOS. SOMAM-SE A ES-
 SAS LINHAS MESTRAS INDICATIVAS DE UM PODER NAVAL, DOIS NOVOS OBJE-

(19) DIEGUES, FERNANDO MANOEL FONTES. O USO DO MAR: TENDÊNCIAS E
 PERSPECTIVAS ATUAIS. IN: MAR TERRITORIAL. BRASÍLIA, SERVIC
 ÇO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL, 1972. TOMO II, P.615-35.

TIVOS:

- A) O EXERCÍCIO DO PODER DISSUASÓRIO PELA UTILIZAÇÃO DO MAR COMO PONTO PARA SEUS SISTEMAS DE ARMAS ESTRATÉGICAS;
- B) A PROTEÇÃO OU A EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS MARINHOS.

CONSCIENTE DA NECESSIDADE POLÍTICO-MILITAR E DA RESPONSABILIDADE QUE LHE CABE NO ATLÂNTICO SUL, O BRASIL CAMINHA A PASSOS LARGOS PARA SE TORNAR UMA POTÊNCIA MARÍTIMA. NESTE QUADRO, AVULTA A MISSÃO DA MARINHA DE GUERRA, DETENTORA DO PODER NAVAL, IMPORTANTE COMPONENTE DO PODER MARÍTIMO, QUE INTEGRA TODA A SORTE DE RECURSOS RELACIONADOS A MASSA LÍQUIDA.

A PAR DESSA RESPONSABILIDADE GRADATIVA, PORÉM, AINDA NÃO CONDIZENTE COM O SEU STATUS DE POTÊNCIA EMERGENTE, A MARINHA BRASILEIRA SOFRE UM PROCESSO DE RENOVAÇÃO DE SEUS MEIOS FLUTUANTES, AÉREOS E ANFÍBIOS. PARA TANTO VEM EXPANDINDO E MODERNIZANDO SUAS BASES NAVAIS E SE APRIMORANDO NA SELEÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE SEU PESSOAL. ISSO SE DEVE À DOCTRINA ESTRATÉGICA DA "SEGURANÇA COM ENVOLVIMENTO", QUE CUIDOU, DEFENDIDA PELA REVOLUÇÃO DE 64, DE EDITAR A REFORMA ADMINISTRATIVA PELO DECRETO LEI Nº 200, DE 1967, ATRIBUINDO EXPRESSAMENTE À MARINHA, AS RESPONSABILIDADES DE:

- A) ORIENTAR E CONTROLAR A MARINHA MERCANTE E DEMAIS ATIVIDADES CORRELATAS NO QUE INTERESSA À SEGURANÇA NACIONAL;
- B) PROVER A SEGURANÇA DA NAVEGAÇÃO;
- C) ESTUDAR E PROPOR DIRETRIZES PARA A POLÍTICA MARÍTIMA.

ASSIM, NOTA-SE O EXPRESSIVO CRESCIMENTO DA NOSSA MARINHA MERCANTE CUJA TONELAGEM PASSOU DE 1,5 MILHÕES DE TPB EM 1960 PARA 4,2 MILHÕES EM 1974 E DEVERÁ, APÓS A CONCLUSÃO DO PROGRAMA DE CONSTRUÇÃO NAVAL PREVISTO PELO II PND PARA O PERÍODO 1975/1979,

ALCANÇAR CERCA DE 9,5 MILHÕES.

ESSE CRESCIMENTO, SEGUNDO O MINISTRO GERALDO AZEVEDO HENNING "É CREDITADO AOS ESFORÇOS DOS ESTALEIROS NACIONAIS QUE SE TRADUZ NO AUMENTO PROGRESSIVO DOS ÍNDICES DE NACIONALIZAÇÃO E NUMA CAPACIDADE ANUAL DE PRODUÇÃO ESTIMADA EM CERCA DE UM MILHÃO DE TONELADAS" (20).

A PROMULGAÇÃO DA LEI Nº 3.381 DE 1958, QUE CRIOU O FUNDO DA MARINHA MERCANTE ALOCOU NOVOS RECURSOS PARA O DESENVOLVIMENTO DESTES SETOR. COM O ADVENTO DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO NAVAL QUE INICIOU A PRODUÇÃO DE NAVIOS EM 1960, HOVE "UM REVIGORAMENTO DO SETOR, PORÉM FOI DE 1967 PARA CÁ QUE A NAVEGAÇÃO, PRINCIPALMENTE A DE LONGO CURSO, MELHOROU SUBSTANCIALMENTE SUA EFICIÊNCIA, DECORRENTE DA ENTRADA DA EMPRESA PRIVADA NO RAMO", CONFORME ASSINALA O ALMIRANTE MACEDO GUIMARÃES (21).

EM QUE PESEM OS ESFORÇOS DA SUNAMAN, SETORES COMO O DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E DE MOTORES MARÍTIMOS, CARECEM DE AÇÕES RELACIONADAS COM A NACIONALIZAÇÃO DA CONSTRUÇÃO NAVAL. A FIM DE PROVIDER O SEU DESENVOLVIMENTO E FABRICAÇÃO NO PAÍS FOI CONSTITUÍDO EM 1975 UM GRUPO DE TRABALHO PARA ESTUDAR E PROPOR A CRIAÇÃO DE UM GRUPO INTERMINISTERIAL PERMANENTE DE PADRONIZAÇÃO E NACIONALIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS DE COMUNICAÇÃO, NAVEGAÇÃO E AUTOMAÇÃO DE USO MARÍTIMO (GRUPEM).

(20) HENNING, GERALDO AZEVEDO. MARINHA, SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO. IN: PORTOS E NAVIOS. RIO DE JANEIRO, JUN. 1976. V. XIX, N.202, P.8-10.

(21) GUIMARÃES, JOSÉ CELSO DE LA ROCQUE DE MACEDO SOARES. TRANSPORTES NO BRASIL. RIO DE JANEIRO, ARTE, 1976. P.54

CONCOMITANTEMENTE, A MARINHA EMPENHA-SE JUNTO AOS MINISTÉRIOS DAS COMUNICAÇÕES E INDÚSTRIA E COMÉRCIO E COM A SECRETARIA DO PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA NA IMPLANTAÇÃO DEFINITIVA DE UMA INDÚSTRIA ELETRÔNICA DIGITAL E DE SISTEMAS, O QUE REPERCUTIRÁ POSITIVAMENTE NA SEGURANÇA E NO DESENVOLVIMENTO NACIONAL. PARALELAMENTE, VERIFICA-SE O REAPARELHAMENTO DOS PORTOS, COMO RESULTADO DO PROGRAMA DOS CORREDORES DE EXPORTAÇÃO E DA ÊNFASE GOVERNAMENTAL ÀS TROCAS INTERNACIONAIS.

COMPETE À MARINHA, A TAREFA DE PROTEGER A PLATAFORMA CONTINENTAL E O MAR TERRITORIAL DAS 200 MILHAS. NO EXERCÍCIO DESSE CONTROLE ASSEGURA A SOBERANIA, NUMA ENORME ÁREA, IMPEDINDO ATIVIDADES SUSPEIRAS DE NAVIOS QUE ATENDEM CONTRA A SEGURANÇA NACIONAL QUANDO CAMUFLADAMENTE ESTUDAM E EXPLORAM OS RECURSOS MARÍTIMOS BRASILEIROS OU SE PREPARAM PARA O DESEMBARQUE DE ARMAS E PESSOAS ENVOLVIDAS NA ATIVIDADE SUBVERSIVA. A ESTRATÉGIA MARÍTIMA BRASILEIRA INCLUI TAMBÉM A DEFESA DAS CIDADES, COMPLEXOS INDUSTRIAIS, BASES E ARSENAIS MILITARES LOCALIZADOS NA FAIXA LITORÂNEA E, A PARTICIPAÇÃO NA PROTEÇÃO DAS LINHAS DE COMUNICAÇÕES MARÍTIMAS INTERNACIONAIS DO INTERESSE DO PAÍS. QUANTO À DEFESA DESTA ÁREA, CUJO TRÁFEGO MARÍTIMO É INTENSO E IMPORTANTE PARA O OCIDENTE, ELA ESTÁ PLANEJADA EM TORNO DE UMA ESTRATÉGIA DE ALIANÇAS QUE ENVOLVEM OS PAÍSES AMERICANOS INTERESSADOS E QUE É OBJETO DE CONSIDERAÇÕES JURÍDICO-MILITARES, NESTE TRABALHO.

NESTAS CONDIÇÕES E, LEVANDO EM CONTA A DEPENDÊNCIA NACIONAL, EM CERCA DE 98% DE SEU COMÉRCIO EXTERNO, VIA MARÍTIMA, CABE AO BRASIL REFLETIR SOBRE OS RISCOS A QUE ESTÁ SUJEITO E OS MEIOS QUE TERÁ DE EMPREGAR PARA O FORTALECIMENTO DE SEU PODER NAVAL NO HEMISFÉRIO SUL.

2. TRANSPORTE MARÍTIMO

2.1. ASPECTOS GERAIS

ATUALMENTE, O TRANSPORTE MUNDIAL DE MERCADORIAS SE PROCESSA POR NAVIOS EM VOLUME SUPERIOR A 80%. A PARTICIPAÇÃO DESTES TIPO DE TRANSPORTE SOBE A 94%, SE CONSIDERARMOS SUA ATUAÇÃO NO TRÁFEGO INTERNACIONAL EM TONELADAS-MILHA. O RELATÓRIO "COMMODITY TRANSPORTATION AND ECONOMIC DEVELOPMENT LABORATORY" DO CÉLEBRE MIT - MASSACHUSETTS INSTITUTE OF TECHNOLOGY, ATESTA QUE DE UM VALOR TOTAL DE CERCA DE 500 BILHÕES DE DÓLARES ANUAIS DE TROCAS COMERCIAIS, 60 BILHÕES SÃO DISPENSADOS EM TRANSPORTE MARÍTIMO.

O TRANSPORTE NATURAL DO BRASIL É O MARÍTIMO, DEVIDO À EXTENSÃO DE SEU LITORAL E À LOCALIZAÇÃO DE SEUS GRANDES CENTROS DE PRODUÇÃO NESSA ORLA. SEU COMÉRCIO EXTERIOR, VIA MARÍTIMA REGISTRA UM ÍNDICE SUPERIOR A MÉDIA MUNDIAL, POR SER DA ORDEM DE 98%. DESDE 1967, A SUNAMAN TEM TENTADO UMA MAIOR PARTICIPAÇÃO DA BANDEIRA BRASILEIRA NO MERCADO DE FRETES QUE HOJE ATINGE A 50% NESTE COMPLEXO SETOR, ONDE SE DEPARAM MÚLTIPLOS E DIFÍCEIS OBSTÁCULOS, REPRESENTADOS PELAS GRANDES EMPRESAS E ORGANIZAÇÕES DE PAÍSES INDUSTRIALIZADOS QUE DOMINAM QUASE INTEIRAMENTE O TRÁFEGO MARÍTIMO.

EIS AQUI, ALGUMAS DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS RESTRITIVAS NO CAMPO DOS TRANSPORTES MARÍTIMOS:

- A) CONFERÊNCIAS DE FRETES - SÃO DESTINADAS AO ESTABELECIMENTO DE TARIFAS QUE SERVEM AOS INTERESSES DOS GRANDES ARMADORES, DE SUAS COMPANHIAS OU DE SEUS PAÍSES, MUITAS VEZES EM PREJUÍZO DOS USUÁRIOS. A TESE DE QUE O ACESSO ÀS CARGAS DEVE SER GARANTIDO A TODOS OS TRANSPORTADORES, NÃO É APLICÁVEL, EMBORA MUITO PROPALADA. PELO CONTRÁRIO, EXISTE FORTE DISCRIMINAÇÃO CONTRA MUITOS DOS USUÁRIOS, ESPECIALMENTE DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO. NESTE PARTICULAR, A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA ESTÁ CHEIA DE FATOS CONCRETOS PELAS RESTRIÇÕES IMPOSTAS NAS CONFERÊNCIAS DE FRETES

JAPÃO-ÁFRICA E BRASIL-EUROPA.

- B) TERMOS DE EMBARQUES - AS PRÁTICAS COMERCIAIS PELAS QUAIS, OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO EXPORTAM, DEIXANDO A ESCOLHA DO NAVIO A CRITÉRIO DOS EXPORTADORES E IMPORTADORES DOS PAÍSES DESENVOLVIDOS, QUE NA MAIORIA DOS CASOS, SE INCLINAM A FAVOR DOS NAVIOS NACIONAIS DE SEUS PAÍSES.
- C) PRÁTICAS COMERCIAIS RESTRITIVAS - PELAS QUAIS SÃO CONSTITUÍDAS ASSOCIAÇÕES ENTRE IMPORTADORES E ARMADORES DE PAÍSES DESENVOLVIDOS, REVERTENDO EM PREJUÍZO DOS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO, TANTO PARA AS EXPORTAÇÕES COMO PARA AS IMPORTAÇÕES.
- D) VINCULAÇÕES FINANCEIRAS - É HOJE GENERALIZADA A PRÁTICA - PELA QUAL MERCADORIAS ADQUIRIDAS COM FUNDOS ESTRANGEIROS DEVEM SER TRANSPORTADAS POR NAVIOS DOS PAÍSES QUE CONCEDEM TAIS EMPRÉSTIMOS. SOB ESTE ASPECTO, CERTOS ACORDOS FINANCEIROS ESTÃO CONDICIONADOS AO EMBARQUE EM NAVIOS DE DETERMINADAS BANDEIRAS.

A POSIÇÃO BRASILEIRA ESTÁ A EXIGIR UMA ATUAÇÃO MAIS EFETIVA NAS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS E A REFORMULAÇÃO DAS PRÁTICAS DE NOSSO COMÉRCIO NO EXTERIOR.

2.2. MODERNIZAÇÃO PORTUÁRIA

O TRANSPORTE MARÍTIMO PARA SER EFICIENTE NÃO DEPENDE SÓ DE NAVIOS, MAS DE PORTOS MODERNOS PARA QUE AS MERCADORIAS EXPORTADAS OU IMPORTADAS SEJAM ESCOADAS MAIS RAPIDAMENTE. A MAIORIA DOS PORTOS BRASILEIROS NÃO TEM CALADO PARA RECEBER NAVIOS DE GRANDE PORTE E CARECEM DE UMA INFRA-ESTRUTURA, ISTO É, DE PÁTIOS RODOVIÁRIOS, DE ARMAZÉNS GERAIS E DE APOIO INDUSTRIAL, O QUE PROVOCA UMA GRANDE DEFASAGEM EM RELAÇÃO À MODERNA TÉCNICA PORTUÁRIA DOS OU

TROS PAÍSES.

O FUNDO PORTUÁRIO NACIONAL, CRIADO PELA LEI Nº 3.421 DE 10 DE JULHO DE 1958, TEM PROPICIADO RECURSOS PARA OBRAS DE RECUPERAÇÃO DOS PRINCIPAIS PORTOS NACIONAIS. AS OBRAS NESTA ÁREA SÃO DEMORADAS E DE ALTO CUSTO. TODAVIA, A EFICIÊNCIA OPERACIONAL QUE SE BUSCA, DEPENDE DA MODIFICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO E DE MELHORES CONDIÇÕES PARA O PESSOAL EMBARCADO. O EXCESSO DE ÓRGÃOS PÚBLICOS E DE LEIS ANTIQUADAS REPRESENTAM UM DESESTÍMULO AO USUÁRIO DO TRANSPORTE MARÍTIMO.

MALGRADO OS ESFORÇOS DESPENDIDOS, A NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM, NÃO SE DESENVOLVE NO PAÍS; REPOUSANDO A CAUSA DO FRACASSO NA INEFICIÊNCIA PORTUÁRIA E NA BUROCRACIA EMPERRANTE. NESTE SENTIDO, SE IMPÕE A EXECUÇÃO DE UMA POLÍTICA UNIFORME E COORDENADA NOS SETORES PORTUÁRIOS E DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA.

2.3. EVOLUÇÃO

O DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO VEM TORNANDO POSSÍVEL A GERAÇÃO SUCESSIVA DE NOVOS TIPOS DE EMBARCAÇÕES, IDEALIZADAS SEGUNDO AS NECESSIDADES DO TRANSPORTE MARÍTIMO.

APÓS O FECHAMENTO DO CANAL DE SUEZ, A NECESSIDADE DE TRANSPORTAR MAIOR VOLUME DE CARGAS A GRANDES DISTÂNCIAS, OBRIGOU O DESENVOLVIMENTO DE NOVAS TÉCNICAS DE CONSTRUÇÃO DE NAVIOS. SURTIRAM RAPIDAMENTE, OS SUPERPETROLEIROS DE 300.000 OU MAIS TONELADAS - "DEADWEIGHT". AS DIFICULDADES DE OPERAÇÃO DESTES GIGANTES DOS MARES, ESBOÇAM AGORA UMA NOVA TENDÊNCIA MUNDIAL PARA A SUA DIMINUIÇÃO, QUE AINDA NÃO É SATISFATÓRIA. A MELHORIA TÉCNICA DE CARREGAMENTO DE NAVIOS, PROPORCIONADA PELO ADVENTO DOS "CONTAINERS" PASSOU A OCUPAR DESDE 1950, UM PAPEL IMPORTANTE NO TRANSPORTE DE CAR

GA. A EFICIÊNCIA E RENTABILIDADE DOS NAVIOS GRANELEIROS, TAMBÉM MUITO DEVEM À CONSTRUÇÃO DOS "OBOS" (ORE BULK OIL SHIPS). ATRAVÉS DESTES TIPO HOUVE UM BARATEAMENTO NOS FRETES. OUTRA INOVAÇÃO DEU-SE COM OS NAVIOS TIPO "ROLL ON AND ROLL OFF", QUE CARREGAM CAMINHÕES OU SIMPLEMENTE CARRETAS, PERMITINDO MAIS INTEGRAÇÃO ENTRE O TRANSPORTE TERRESTRE E O MARÍTIMO.

A INTRODUÇÃO DOS NAVIOS TIPO "LASH" (LIGHTER ABORD SHIP) AMPLIOU AINDA MAIS ESTAS CONDIÇÕES PELO TRANSPORTE DE BARCAÇAS QUE DESCARREGADAS NO MAR, OFERECE MAIOR FLEXIBILIDADE AOS PORTOS CONVENÇIONAIS.

OS PORTOS E TERMINAIS, POR SUA VEZ, SE ADAPTAM AO PROCESSO - RENOVADOR DE CARREGAMENTO, ESPECIALIZANDO-SE PARA OS "CONTAINERS" E GRANÉIS LÍQUIDOS E SÓLIDOS. PARA DAR VAZÃO À DEMANDA PORTUÁRIA, NO SETOR DE GRANÉIS E "CONTAINERS" FOI CRIADO O "TRANSHIPMENT", HOJA DE LARGA UTILIZAÇÃO. TRATA-SE COMO O NOME INDICA DE TRANSFERÊNCIA DE CARGA DE UM GRANDE NAVIO PARA OUTRO MENOR, SÓ POSSÍVEL EFICIENTEMENTE POR INTERMÉDIO DE TERMINAIS APROPRIADOS. ESTA TÉCNICA OPERACIONAL DE MANUSEIO DE CARGAS ESTÁ INTIMAMENTE LIGADA À NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM E DE SEU FUTURO NO BRASIL. APESAR DE TERMOS ACOMPANHADO ESSE DESENVOLVIMENTO NA ÁREA DOS GRANÉIS, NÃO DISPOMOS AINDA, DE CONDIÇÕES PARA O TRANSPORTE DE CARGAS EMBALADAS, O QUE NOS COLOCA EM DESIGUALDADE PARA PARTICIPARMOS DO MERCADO DE FRETES.

3. PESCA

A PESCARIA GANHA IMPORTÂNCIA NA ORDEM JURÍDICA PELAS SUAS CONOTAÇÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS.

A PROMULGAÇÃO, PELO ENTÃO PRESIDENTE HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO, DO DECRETO LEI Nº 221, DE 28.02.1967, QUE DISPÕE SOBRE A

PROTEÇÃO E ESTÍMULO DA PESCA, AMPLIOU SUBSTANCIALMENTE A EXPLORAÇÃO, INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DOS PESCADOS COM A INTRODUÇÃO DO REGIME DE INCENTIVOS FISCAIS. ANTERIOR À VIGÊNCIA DESSE DIPLOMA LEGAL, OUTRA IMPORTANTE MEDIDA FORA ADOTADA NO ESTÍMULO - À PESCA. ATRAVÉS DO DECRETO Nº 58.696, DE 22.06.1966 PASSOU ESSA ATIVIDADE A SER CONSIDERADA COMO INDÚSTRIA DE BASE, PARA QUE A MESMA SE BENEFICIASSE DE APLICAÇÕES DA REDE BANCÁRIA NACIONAL. TAIS NORMAS PERMITIRAM, APESAR DE ALGUMAS OPERAÇÕES FINANCEIRAS - DESORDENADAS E DISSIPADAS PELO DESPREPARO DE AVENTUREIROS NO RAMO A FORMAÇÃO DE CENTENAS DE INDÚSTRIAS DE PESCA NO PAÍS.

A AMPLIAÇÃO DO MAR TERRITORIAL DE 12 PARA 200 MILHAS, PELO DECRETO LEI Nº 1.098 DE 25.03.1970, REPRESENTOU A PROTEÇÃO JURÍDICA QUE OS FATOS ECONÔMICOS ESTAVAM A EXIGIR DO BRASIL, INTERNA E EXTERNAMENTE. MAS FOI PELO DECRETO LEI Nº 68.459 DE 18.04.1971, QUE A PESCA FOI REGULAMENTADA, TENDO EM VISTA O APROVEITAMENTO RACIONAL E A CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS VIVOS DO MAR TERRITORIAL BRASILEIRO, AO AMPLIAR PELO SEU ART. 1º AS ZONAS DE PESCA DE 100 PARA 200 MILHAS. ESSA REGULAMENTAÇÃO FEITA EXCLUSIVAMENTE PELO BRASIL DIVIDE O MAR TERRITORIAL EM DUAS ZONAS, CADA UMA COM LARGURA DE 100 MILHAS. NA ZONA PRÓXIMA AO DOMÍNIO TERRESTRE, "A PESCA PERTENCE EXCLUSIVAMENTE AOS NACIONAIS", ENQUANTO NA OUTRA ZONA, "AS ATIVIDADES PESQUEIRAS PODERÃO SER EXERCIDAS POR EMBARCAÇÕES DE PESCA NACIONAIS E ESTRANGEIRAS".

ESSE DIREITO EXCLUSIVO DE PESCA, QUE DECORRE DA SOBERANIA DO ESTADO, DEVE SER ENTENDIDO EM SEU SENTIDO LATO, ISTO É, O ESTADO PODE REGULAMENTAR TODO E QUALQUER TIPO DE PESCA EXISTENTE NO SEU ESPAÇO MARÍTIMO.

DENTRO DESSA ORIENTAÇÃO, É QUE O BRASIL PELO ART. 1º, PARÁGRAFO - 3º DO MESMO DIPLOMA PREVÊ:

"A EXPLORAÇÃO DE CRUSTÁCEOS E DEMAIS RECURSOS VIVOS QUE MANTÉM ESTREITAS RELAÇÕES DE DEPENDÊNCIA COM O FUNDO SUBJACENTE AO MAR TERRITO

RIAL BRASILEIRO, É RESERVADA AS EMBARCAÇÕES NA
CIONAIS DE PESCA".

A PRÓPRIA LEGISLAÇÃO BRASILEIRA PERMITE, NO ENTANTO QUE POR ACORDOS ESPECIAIS, TAIS RECURSOS POSSAM SER PESCADOS POR ESTRAN - GEIROS. POR ISSO É QUE ASSINOU VÁRIOS ACORDOS BILATERAIS, DESTA - CANDO-SE O RELATIVO A PESCA NO MAR TERRITORIAL BRASILEIRO COM TRI - NIDADE E TOBAGO, EM 24.08.71 E COM OS PAÍSES BAIXOS, EM 19.08.71. EXPERIÊNCIA NESTE CAMPO JÁ HOUVERA, EM DATAS ANTERIORES, SIDO EFE - TIVADAS COM O URUGUAI E A ARGENTINA, PELOS DECRETOS LEIS N°S 412 DE 09.01.69 E 453 DE 05.02.69. O BRASIL NÃO SE FURTOU TAMBÉM A ASSINAR DIVERSOS ACORDOS INTERNACIONAIS, COMO O PROTOCOLO PARA RE - GULAMENTAÇÃO DA PESCA DA BALEIA E A CONVENÇÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DO ATUM E AFINS DO ATLÂNTICO, FORMALIZADOS PELOS DE - CRETOS N°S 28.524 DE 19.08.50 E 478 DE 27.02.69.

ENQUANTO TAIS MEDIDAS REPRESENTAVAM A AFIRMAÇÃO DA SOBERANIA E INDEPENDÊNCIA NACIONAL NO PLANO EXTERNO, INTERNAMENTE, A INEXPE - RIÊNCIA GOVERNAMENTAL E EMPRESARIAL LEVOU A UM DESCOMPASSO A CAP - TURA, INDUSTRIALIZAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO. A MATÉRIA PRIMA PASSOU A ESCASSEAR E O SETOR SECUNDÁRIO A DEMONSTRAR CAPACIDADE OCIOSA A PESAR DOS BENEFÍCIOS E DAS LEIS FEDERAIS.

TAL FATO, LEVOU OS INDUSTRIAIS BRASILEIROS A FORMULAR UM ME - MORIAL DIRIGIDO EM 1972 E PUBLICADO A 28 DE MARÇO NO "ESTADO DE SÃO PAULO", AO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, FORMULANDO UMA SÉRIE DE SUGESTÕES E REIVINDICAÇÕES, DAS QUAIS RESSALTAMOS:

- A) REFORMA ESTRUTURAL DA SUDEPE;
- B) DIMENSIONAMENTO DAS RESERVAS PESQUEIRAS PA - RA UM PLANEJAMENTO DE CONTROLE ADEQUADO DE SUA OPERAÇÃO;
- C) EXECUÇÃO DE PROGRAMAS INTENSIVOS DE PREPARA - ÇÃO DE MÃO DE OBRA QUALIFICADA, CAPAZ DE O

PERAR EM EQUIPES E MANUSEAR EQUIPAMENTO DE MODERNA FROTA PESQUEIRA QUE, AOS POUCOS, - VAI SE INTRODIZINDO NO PAÍS;

- D) PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA DOS INCENTIVOS FISCALIS PRECONIZADOS NO ART. 8º DO DECRETO - LEI Nº 221 DE 28.02.1967.

EM FACE DESSA SITUAÇÃO, A PRODUÇÃO NACIONAL QUE ATINGIU NO ANO DE 1969 CERCA DE 500 MIL TONELADAS, NÃO CHEGOU A META GOVERNAMENTAL DOS 2 MILHÕES DE TONELADAS ANUAIS, APESAR DA UTILIZAÇÃO - CRESCENTE DOS INCENTIVOS FISCAIS (VIDE MAPA Nº 4 NO APÊNDICE).

A SUDEPE, POR SEU TURNO, PROPÔS A CRIAÇÃO DE PEIXES NAS REPRESAS DAS USINAS DA ELETROBRÁS QUE PASSARÃO A PRODUZIR, ALÉM - ENERGIA ELÉTRICA, PROTEÍNAS MAIS BARATAS E EM MAIOR QUANTIDADE, PARA A POPULAÇÃO, O QUE INTEGRA O PROJETO HIDRELÉTRICO DE ITAIPU. OUTRA MEDIDA DE ALTO SIGNIFICADO PARA OS ESTALEIROS NACIONAIS QUE COMPETEM POR MELHORES CONDIÇÕES COM OS ESTALEIROS ESTRANGEIROS - FOI A ASSINATURA DO PROTOCOLO ENTRE A SUDEPE E O SINDICATO DA INDÚSTRIA DE CONSTRUÇÃO NAVAL DO RIO DE JANEIRO, ACORDANDO A COMPRA DE DOIS BARCOS NACIONAIS PARA CADA UM IMPORTADO. O CUSTO DO NACIONAL NÃO PODE, ENTRETANTO, EXCEDER O DO SIMILAR ESTRANGEIRO - EM MAIS DE 20%.

TAIS MEDIDAS, ESTÃO LONGE DE COMPATIBILIZAR A POTENCIALIDADE BRASILEIRA ESTIMADA EM 1.400 MILHÕES DE TONELADAS DE PESCADO ANUAL COM A DEMANDA EXTERNA E INTERNA. A PRODUÇÃO DO PESCADO REPRESENTA UMA SÉRIA PREOCUPAÇÃO NA ANÁLISE DE TODAS AS QUESTÕES QUE SENSIBILIZAM ESTE SETOR. DE NADA ADIANTA O APARATO LEGAL, O AUMENTO DA FROTA PESQUEIRA, A CONSTRUÇÃO DE TERMINAIS, A SOFISTICAÇÃO DA APARELHAGEM, SE NÃO PARTIRMOS PARA A INTRODUÇÃO DE TÉCNICAS DE CRIAÇÃO E PRESERVAÇÃO DE PEIXES EM NOSSAS ÁGUAS, A EXEMPLO DE PAÍSES COMO JAPÃO, ESPANHA E PORTUGAL, DENTRE OUTROS.

A FINITUDE DOS RECURSOS VIVOS DO MAR É UMA REALIDADE. É O VICE-ALMIRANTE PAULO DE CASTRO MOREIRA DA SILVA, DIRETOR DO INSTITUTO DE PESQUISAS DA MARINHA E PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO DE ESTUDOS DO MAR, QUE CHAMA A ATENÇÃO PARA O PROBLEMA, QUANDO AFIRMA - QUE:

"NA REALIDADE ACREDITAR QUE O MAR É UM SÍMBOLO DE FERTILIDADE, É UMA TREMENDA ILUSÃO. NA VERDADE, O OCEANO, ESSA EXTENSÃO QUE COBRE DOIS TERÇOS DA SUPERFÍCIE DA TERRA, SÓ FORNECE 1% DO ALIMENTO DA HUMANIDADE. OS 99% RESTANTES - VÊM DA AGRICULTURA E DA PECUÁRIA" (...) "QUANDO A GENTE PERGUNTA PORQUE MOTIVO O MAR OFERECE TÃO POUCO SENDO TÃO GRANDE, VERIFICA-SE, COM CONSTERNAÇÃO, QUE É PRECISAMENTE PORQUE ELE ESTÁ SENDO EXPLORADO NO NÍVEL TECNOLÓGICO, - 10.000 ANOS ATRASADO EM RELAÇÃO À TERRA" (22).

MANIFESTAÇÕES DESTE TEOR É QUE DESPERTAM O PAÍS PARA A MAGNITUDE DA PROBLEMÁTICA PESQUEIRA E PERMITIRAM ESTUDOS PARA A FUTURA CRIAÇÃO DA PRIMEIRA UNIVERSIDADE DO MAR, COM O APOIO DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. SURTIU EM 1972, UMA INICIATIVA PIONEIRA, INTEGRADA DENTRO DE UM PLANO GLOBAL DENOMINADO "PROJETO CABO FRIO", TENDO COMO META A CRIAÇÃO DE UMA SÓLIDA INFRA-ESTRUTURA MATERIAL PARA UM NOVO COMPLEXO INDUSTRIAL PESQUEIRO INSTALADO NA REGIÃO DO MESMO NOME, MEDIANTE A PRODUÇÃO DE GELO, ÁGUA DO MAR CONCENTRADA E ÁGUA DOCE, A CUSTOS BAIXOS E EM GRANDE QUANTIDADE. A ÁGUA DE REFRIGERAÇÃO, UM PRODUTO RESIDUAL DESTA ATIVIDADE, SERÁ UTILIZADA PARA AUMENTAR A PRODUTIVIDADE PRIMÁRIA (PEIXES), DAS ENSEADAS INTERIORES, COM VISTAS A AMPLIAR A PRODUÇÃO SECUNDÁRIA (DE PEIXES MAIORES, ALIMENTADOS PELOS PRIMEIROS).

(22) SILVA, PAULO DE CASTRO MOREIRA ET ALII. O MAR, DIREITO E ECOLOGIA. RIO DE JANEIRO, FUND. GETÚLIO VARGAS, 1973. P. 109 19.

É UMA EXPERIÊNCIA DE FERTILIZAÇÃO DO MAR QUE COMPLETA UM FENÔMENO QUE JÁ OCORRE EM CABO FRIO - O DA RESSURGÊNCIA (REVOLVIMENTO DAS ÁGUAS DO MAR, COMBINANDO O FITOPLÂNCTON DA SUPERFÍCIE COM OS NITRATOS E FOSFATOS QUE SE ACUMULAM NO FUNDO).

EXPERIMENTOS DESTA NATUREZA, EXIGEM UM COMPLETO ESTUDO DAS ATUAIS CONDIÇÕES DAS ENSEADAS BRASILEIRAS E A COMPREENSÃO DOS FATORES METEOROLÓGICOS, BIOLÓGICOS E OCEANOGRÁFICOS, SOMADOS A UM COMPLEXO DE LABORATÓRIOS. NÃO É ESSA A ÚNICA ATUAÇÃO EXPERIMENTAL DE APROVEITAMENTO DOS RECURSOS DO MAR. O INSTITUTO OCEANOGRÁFICO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO MANTÉM BASES AUXILIARES DE PESQUISA NOS MUNICÍPIOS DE UBATUBA, CANANÉIA E SANTOS E DISPÕE DE UMA FLOTLHA DE EMBARCAÇÕES VARIADAS QUE INCLUI O NAVIO OCEANOGRÁFICO "PROFESSOR W. BERNARD", DE GRANDE PORTE E EQUIPADO PARA TRABALHAR TANTO NA PLATAFORMA CONTINENTAL, COMO NO ALTO MAR. EM UBATUBA TENTA-SE A CRIAÇÃO DE SARDINHAS, LINGUADOS E PESCADAS, ENQUANTO CANANÉIA DEDICA-SE À CRIAÇÃO DE CAMARÕES ROSA E BRANCO, APROVEITANDO AS CONDIÇÕES ECOLÓGICAS QUE TORNAM AQUELA ÁREA UM VERDADEIRO CRIADOURO DE INÚMERAS ESPÉCIES DE PEIXES, MOLUSCOS E CRUSTÁCEOS DE ALTO VALOR ECONÔMICO. UM OUTRO CENTRO DE CIÊNCIA DO MAR VINCULADO À FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE, FUNCIONA NO RIO GRANDE DO SUL, A QUAL FOI A PRIMEIRA A INSTALAR UM CURSO DE GRADUAÇÃO SUPERIOR EM OCEANOLOGIA, NA AMÉRICA LATINA. NA CIDADE PORTUÁRIA DE RIO GRANDE ENCONTRA-SE EM PLENA EXECUÇÃO, O PROJETO ATLÂNTICO, UM PROGRAMA DE PROSPECÇÃO E EXPLORAÇÃO RACIONAL DAS RIQUEZAS MARINHAS QUE PREVÊ A IMPLANTAÇÃO DE DOIS POLOS TECNOLÓGICOS, UM NO COMPLEXO PESQUEIRO DE SUA ÁREA E OUTRO EM SANTA CATARINA. NESTE ESTADO, O PROJETO EXECUTADO PELA ACARPESC - ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE ASSISTÊNCIA PESQUEIRA DE SANTA CATARINA - JÁ RECOMENDA UM PROGNÓSTICO OTIMIZANTE NA CRIAÇÃO DE CAMARÕES E PEIXES EM TANQUES CONSTRUÍDOS AO LONGO DO LITORAL. ESSE PLANO EM DESENVOLVIMENTO É UM TRABALHO CONJUNTO DA SUDEPE, SUDESUL E DAS UNIVERSIDADES PONTIFÍCIA CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL E FEDERAL DE SANTA CATARINA, QUE ESTÃO CONTRIBUINDO COM RECURSOS FINANCEIROS E HUMANOS SOB A COORDENAÇÃO DA ACARPESC.

MAIS RECENTEMENTE, EM 1976, FOI ANUNCIADA OFICIALMENTE PELO BIÓLOGO KANDAR SINDARAJAH, PROFESSOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA, A DESCOBERTA DE UMA MÁXI-OSTRA, INÉDITA NO MUNDO CIENTÍFICO, NO ESTUÁRIO DO RIO PARAÍBA DO NORTE. "PODE SER APROVEITADA, NA ALIMENTAÇÃO, FABRICAÇÃO DE TINTAS E AINDA NA PRODUÇÃO DE CIMENTO. SUA COLHEITA ANUAL, DE FORMA ROTINEIRA, ATINGE 2,5 TONELADAS POR HECTARE. CIENTIFICAMENTE, PODERÁ DUPLICAR APÓS 3 ANOS DE TRABALHO, DESDE QUE VENHA A SER ESTIMULADA A NÍVEL GOVERNAMENTAL" (23).

DEPREENDE-SE QUE O DESENVOLVIMENTO DA PESCA PARA SE CONSTITUIR NUMA FONTE SUPRIDORA DE ALIMENTOS PARA UMA POPULAÇÃO QUE NO ANO 2.000 ESTARÁ POR VOLTA DOS 200 MILHÕES DE HABITANTES, DEPENDE DE UM PLANEJAMENTO EFICAZ, QUE SE AMPARE NO AVANÇO TECNOLÓGICO E CIENTÍFICO ELIMINANDO AS FORMAS PRIMÁRIAS E OBSOLETAS DE EXPLORAÇÃO.

TUDO LEVA A CRER QUE, DENTRE AS INDÚSTRIAS EXTRATIVAS DO OCEANO, A PESCA, ECONOMICAMENTE, IRÁ PERDURAR POR MUITO TEMPO E QUE A PRODUÇÃO DE ALIMENTOS MARINHOS CRESCERÁ MAIS RAPIDAMENTE NOS PRÓXIMOS ANOS.

4. EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS MINERAIS

ESTADOS COMO O BRASIL, ECONÔMICA E TECNOLÓGICAMENTE TEM TODO O INTERESSE EM EXPANDIR A EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS MARÍTIMOS. ESTA POSIÇÃO FICOU DEFINIDA, INICIALMENTE PELO DECRETO Nº 28.840 DE 08.11.1950 QUE INTEGROU A PLATAFORMA CONTINENTAL E INSULAR AO TER

RITÓRIO NACIONAL. ACORDE COM O ART. 1º DA CONVENÇÃO DE GENEBRA ,
ESSAS ÁREAS MARÍTIMAS FORAM INCLUÍDAS ENTRE OS BENS DA UNIÃO, NA
CONSTITUIÇÃO DE 1967 E NA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 1 DE 1969.

DURANTE A REUNIÃO DO COMITÊ ESPECIAL DA ONU, REALIZADO NO
RIO DE JANEIRO DE 18 A 30 DE AGOSTO DE 1968, PARA A IDENTIFICAÇÃO
E DEFESA DOS INTERESSES NACIONAIS, SOB A ÉGIDE DO MINISTÉRIO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, O CHANCELER MAGALHÃES PINTO, ABRINDO OS TRA
BALHOS PRESTOU A SEGUINTE DECLARAÇÃO:

"MUITOS PAÍSES DÃO ÊNFASE AO DIREITO À EXPLORA
ÇÃO E UTILIZAÇÃO POR PARTE DE TODOS, SEM DIS
CRIMINAÇÃO, DOS RECURSOS DO FUNDO DO MAR. OU
TROS TÊM PREOCUPAÇÕES VÁLIDAS EM GARANTIR QUE
ESSA EXPLORAÇÃO E UTILIZAÇÃO SE FAÇAM EM BENE
FÍCIO DE TODA A HUMANIDADE E, EM ESPECIAL, DOS
PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO. AO GOVERNO BRASILEI
RO PARECE NÃO EXISTIR INCOMPATIBILIDADE INTER
NACIONAL, NEM É JUSTO QUE ESTA SUFOQUE AQUELA.
É INDISPENSÁVEL ESTABELEECERMOS UMA RELAÇÃO EN
TRE A LIBERDADE DE EXPLORAÇÃO E A SUPERVISÃO A
DEQUADA DO EXERCÍCIO DESSA LIBERDADE PELA COMU
NIDADE INTERNACIONAL, COM VISTAS A RESGUARDAR
INTERESSES FUNDAMENTAIS NESSE PATRIMÔNIO COMUM.
A ADOÇÃO DE UM CONCEITO INQUALIFICADO DE LIBER
DADE DE EXPLORAÇÃO AFETARIA DESFAVORAVELMENTE
OS INTERESSES DOS PAÍSES QUE AINDA NÃO DISPÕEM
DE UM GRAU DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO CA
PAZ DE GARANTIR-LHES, EM CURTO PRAZO, OS BENE
FÍCIOS DO DESBRAVAMENTO DO FUNDO DO MAR. TODA
FORMA DE DISCRIMINAÇÃO É INACEITÁVEL. MAS É NE
CESSÁRIO TER PRESENTE QUE A FORMA DE DISCRIMI
NAÇÃO MAIS GRAVE E POTENCIALMENTE MAIS PERIGO
SA SERIA AQUELA QUE BENEFICIASSE EXCLUSIVAMEN
TE, PELA LIBERDADE INQUALIFICADA DE EXPLORAÇÃO
AS NAÇÕES ECONÔMICA E TECNOLOGICAMENTE MAIS A

DIANTADAS".

POSICIONOU-SE, MAIS UMA VEZ, O BRASIL SOBRE O PROBLEMA DO REGIME JURÍDICO PARA A EXPLORAÇÃO E UTILIZAÇÃO DAS RIQUEZAS QUE JAZEM NAS ÁGUAS E NO FUNDO DOS OCEANOS.

A EXPEDIÇÃO DO DECRETO LEI Nº 1.098 DE 25.03.1970, VEIO TORNAR EFETIVA A POSIÇÃO PROCLAMADA EM 1968 PELA FALTA DE DEFINIÇÃO PRECISA DOS ACORDOS INTERNACIONAIS SOBRE O USO DO MAR, O QUE AINDA PERSISTE. O DECRETO CONSEGUIU SOLUCIONAR A QUESTÃO DA LINHA BÁSICA, O QUE NÃO FOI DETERMINADO PELA CONVENÇÃO DE GENEBRA SOBRE A ORIGEM DA MEDIÇÃO DA LARGURA DO MAR TERRITORIAL. ESSE COMPORTAMENTO JURÍDICO DO BRASIL, NAS ÚLTIMAS DÉCADAS, NADA MAIS É DO QUE UMA ADAPTAÇÃO DO SEU REGIME JURÍDICO ÀS NOVAS EXIGÊNCIAS NACIONAIS PARA FAZER FRENTE À PROBLEMÁTICA INTERNACIONAL E AOS DIVERSOS INTERESSES EM JOGO, VOLTADOS À CONQUISTA DO FUNDO DO MAR, TANTO PARA FINS ECONÔMICOS, QUANTO MILITARES.

AS NAÇÕES UNIDAS REALIZAM, NOS ÚLTIMOS ANOS UM ENORME ESFORÇO NESTE SENTIDO, COM A FINALIDADE DE CRIAR UMA NOVA ORDEM JURÍDICA INTERNACIONAL APLICÁVEL À ESPÉCIE, EM BUSCA DE SOLUÇÕES QUE EVITEM CONFLITOS E PERMITAM O DESENVOLVIMENTO HARMONIOSO DOS NOVOS ESPAÇOS QUE COMPREENDEM TRÊS QUARTOS DA SUPERFÍCIE DO PLANETA. SEUS MEMBROS AO APROVAREM A RESOLUÇÃO Nº 2.574, DE 15.12.1959 DECIDIRAM PROIBIR O INÍCIO DE ATIVIDADES EM PROFUNDEZAS MARINHAS ABAIXO DE 200 METROS, ENQUANTO NÃO FOSSE PROCLAMADO UM REGIME INTERNACIONAL.

EM 1969 A ONU ADOTOU UMA RESOLUÇÃO PEDINDO MORATÓRIA NA EXPLORAÇÃO DO FUNDO DO MAR. ERA APENAS UMA RECOMENDAÇÃO, SEM OBRIGAÇÃO LEGAL. NO ANO SEGUINTE, PELA RESOLUÇÃO Nº 2.743 DE 17.12.1970 INTRODUZIU UM ELEMENTO NOVO, AO DECLARAR QUE O FUNDO DO MAR E SUBSOLO, COM SEUS RECURSOS MARINHOS É "HERANÇA COMUM DA HUMANIDADE", ACONSELHANDO A "NÃO APROPRIAÇÃO POR ESTADOS OU PESSOAS NATURAIS

OU JURÍDICAS", ALÉM DA JURISDIÇÃO NACIONAL. REFERIA-SE DIRETAMENTE AO FUNDO DO MAR PROFUNDO, ISTO É, ALÉM DAS ÁGUAS TERRITORIAIS E DA PLATAFORMA CONTINENTAL DOS ESTADOS RIBEIRINHOS. A DELIMITAÇÃO DESTA ZONA É QUE AINDA NÃO FOI REGULADA DEFINITIVAMENTE PELOS ACORDOS INTERNACIONAIS. VEM EVOLUINDO COM A CONVOCAÇÃO DA CONFERÊNCIA SOBRE AS LEIS DO MAR, CUJA ÚLTIMA SESSÃO LEVADA A EFEITO EM MAIO DE 1977, NA CIDADE DE NOVA IORQUE, CONTOU COM A PARTICIPAÇÃO DE 150 PAÍSES, O MAIOR NÚMERO JÁ REUNIDO PARA DEBATER UM SÓ TEMA.

MAIS UMA VEZ, FICARAM FLAGRANTES AS DESIGUALDADES DE CONCEPÇÃO ENTRE NAÇÕES INDUSTRIALIZADAS E AS EM DESENVOLVIMENTO. ESSAS REPRESENTADAS NO CHAMADO "GRUPO DOS 77", PRETENDEM O ESTABELECIMENTO DE UMA AUTORIDADE INTERNACIONAL SOBERANA, ENQUANTO AS DESENVOLVIDAS, POSTULAM TAMBÉM AS PRERROGATIVAS DE SUAS EMPRESAS PARTICULARES. A CIRCUNSTÂNCIA DE QUE A INICIATIVA PRIVADA É POSSUIDORA DE "KNOW-HOW" FORÇA A CONCESSÃO DE GARANTIAS COMO SEGURANÇA DE POSSE E DE CONTROLE, LIBERDADE DE ACESSO E PROTEÇÃO CONTRA ATOS ILEGAIS DE TERCEIROS, ALÉM DE UMA ADMINISTRAÇÃO NÃO DISCRIMINATÓRIA. OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO ESTÃO INCLINADOS A PARTICIPAR PLENAMENTE NA TOMADA DE DECISÕES, EM VIRTUDE DE SUA CAPACIDADE NUMÉRICA DE VOTAÇÃO NO SEIO DA ONU. ASSIM, SÓ ASSINARÃO ACORDOS QUE LHE GARANTAM UMA PARTICIPAÇÃO EFETIVA.

TENTANDO ROMPER ESSE IMPASSE, O CONGRESSO AMERICANO COMEÇA A DISCUTIR UMA LEI QUE UNILATERALMENTE AMPARE AS EMPRESAS AMERICANAS, QUE SE AVENTURAREM NA EXPLORAÇÃO DO FUNDO DO MAR. TAL PROJETO ESTÁ AMPARADO PELA DOUTRINA INTERNACIONAL DO RES NULLIUS. ALIÁS A POSIÇÃO NORTE AMERICANA RELACIONADA AO FUNDO DO MAR SOFRE MODIFICAÇÕES PORQUE SUAS EMPRESAS ESTÃO SENDO TÃO ONERADAS PELO PRÓPRIO GOVERNO QUE TALVEZ, A ACEITAÇÃO DE UMA AUTORIDADE INTERNACIONAL REDUZISSE O PAGAMENTO. PROCEDERIA A ARGUMENTAÇÃO DE QUE "MAIS VALE PAGAR MENOS À ONU COMO GESTORA DESSE PATRIMÔNIO COMUM DA HUMANIDADE, DE QUE TANTO AO ERÁRIO ESTADUNIDENSE", CONFORME ENTENDI

MENTO DO VICE-ALMIRANTE MOREIRA DA SILVA (24).

DECORRENTE DOS INTERESSES PARTICULARES A CADA NAÇÃO OU GRUPO DELAS, NÃO SE VISLUMBRA AINDA UM DENOMINADOR COMUM, O QUE NOS LEVA A CONCLUIR QUE A ECPLORAÇÃO DOS RECURSOS MARÍTIMOS ENVOLVE UMA GAMA DE MOTIVAÇÕES E INCOMPATIBILIDADES DE ORDEM JURÍDICA, ECONÔMICA, CIENTÍFICA E POLÍTICO-MILITAR.

"DE FATO, A DÉCADA DE 60 ACRESCENTOU UMA NOVA DIMENSÃO À PERSPECTIVA QUE A HISTÓRIA NOS HAVIA ACOSTUMADO A DISCERNIR. AOS POUCOS, A TECNOLOGIA MODERNA FOI PERMITINDO A ADOÇÃO DE NOVAS FORMAS DE EXPLORAÇÃO ECONÔMICA DO MAR: A OCEANOGRRAFIA FOI DESCORTINANDO FRONTEIRAS E A PONTANDO POSSIBILIDADES; A ENGENHARIA OCEÂNICA APOIANDO-SE NA HIDROGRAFIA E NA OCEANOGRRAFIA, AMPLIOU SUA ÁREA DE ATUAÇÃO E, A POSSE, OUTORA TRANSITÓRIA E VIRTUAL, FOI CADA VEZ MAIS SE TORNANDO EFETIVA, QUANDO NÃO, DEFINITIVA"(25).

EMBORA SEJA A PESCA, O ELEMENTO ASSOCIATIVO DO ASSUNTO, NO INSTANTE PRESENTE, PETRÓLEO E GÁS, SÃO OS RECURSOS MAIS IMPORTANTES DO PONTO DE VISTA ECONÔMICO.

EM 1973, AS RESERVAS PETROLÍFERAS LOCALIZADAS EM PLATAFORMAS SUBMARINAS ERAM DA ORDEM DE 173 BILHÕES DE BARRIS, COM A PRODUÇÃO ELEVANDO-SE A 3,3 BILHÕES DE BARRIS, ALÉM DE 59 MILHÕES DE PÉS CÚBICOS DE GÁS, ANUAIS. PORTANTO, 18% DA PRODUÇÃO MUNDIAL DE PETRÓLEO E 10% DA DE GÁS, SÃO EXTRAÍDOS DO FUNDO DO MAR. PARA O PERÍO-

(24) SILVA, PAULO DE CASTRO MOREIRA. RECURSOS DO MAR. IN: SEGURANÇA & DESENVOLVIMENTO. RIO DE JANEIRO, REVISTA DA ADESG, - 1975. N.162, P.134.

(25) DIEGUES, FERNANDO MANOEL FONTES. OP. CIT. P.615-35.

DO 1970/1985 ESTAVAM PREVISTOS INVESTIMENTOS NO VALOR DE 450 BILHÕES DE DÓLARES EM 80 PAÍSES, ABRANGENDO 780 CAMPOS DE GÁS E PETRÓLEO. EM RAZÃO DA DEMANDA MUNDIAL, A INDÚSTRIA SE APROFUNDA NA BUSCA DE NOVAS RESERVAS (26).

A SOFISTICAÇÃO DA TECNOLOGIA PROVOCOU, NESTE CAMPO UM "BOOM" NA INDÚSTRIA DE SUBMARINOS PARA USO EM CONSTRUÇÃO, QUANDO SUBSTITUEM-SE OS MODELOS ANTIGOS DE PLATAFORMAS DE SUPERFÍCIE POR ESTRUTURAS SEMI-SUBMERSAS COM CAPACIDADE DE PERFURAÇÃO DE ATÉ 5.000 METROS DE PROFUNDIDADE.

A ENERGIA REPRESENTADA PELO PETRÓLEO É INSIGNIFICANTE SE COMPARADA AO POTENCIAL DAS FONTES NÃO CONVENCIONAIS.

OS CIENTISTAS SE SENTEM ENCORAJADOS A UTILIZAREM AS DIFERENÇAS DE TEMPERATURAS, DAS ÁGUAS DOS OCEANOS, VALENDO-SE DAS ÁGUAS QUENTES DA SUPERFÍCIE DOS MARES TROPICAIS PARA VAPORIZAR EM FLUIDO-AMÔNIA OU PROPANO QUE SE GASEIFICA A TEMPERATURAS MAIS BAIXAS. O GÁS AO EXPANDIR-SE MOVIMENTARIA TURBINAS GERADORAS DE ENERGIA, PARA EM SEGUIDA, SER NOVAMENTE CONDENSADO COM ÁGUAS FRIAS, BOMBEADAS DE GRANDES PROFUNDIDADES. O CALOR LEVADO PELA CORRENTE QUENTE SUL EQUATORIAL, QUE SE DESLOCA EM DIREÇÃO ÀS ANTILHAS SERIA SUFICIENTE PARA SUPRIR DE ENERGIA ELÉTRICA TODA A REGIÃO NORTE E NORDESTE DO BRASIL.

OS MARES TROPICAIS, SEGUNDO ESTIMATIVAS DA ONU, RECEBEM 45% DO TOTAL DA RADIAÇÃO DA TERRA, TORNANDO-OS PORTADORES DE ENERGIA EQUIVALENTE A 10.000 VEZES AS NECESSIDADES DO GLOBO. A AQUACULTURA ASSOCIADA AO PROCESSO ENERGÉTICO GERADO PELAS USINAS TÉRMICAS OCEÂNICAS, ENCARREGAR-SE-IA DE APROVEITAR OS NUTRIENTES DAS ÁGUAS PROFUNDAS DESTINANDO-AS ÀS CRIAÇÕES DE CRUSTÁCEOS.

ALÉM DESTAS EXPERIÊNCIAS, OUTRA PROPOSTA DE RECUPERAÇÃO DE ENERGIA DOS OCEANOS É A DO APROVEITAMENTO DA FORÇA DAS MARÉS, ATRAVÉS DE USINAS MAREMOTRIZES, COMO JÁ EXISTE NA FRANÇA. O BRASIL, NO

SALIENTE NORDESTINO DISPÕE DE CONDIÇÕES PARA A UTILIZAÇÃO DESTE TIPO DE ENERGIA.

DOS RECURSOS E POSSIBILIDADES OFERECIDOS PELO MAR, AFORA O - PETRÓLEO E GÁS, A EXPLORAÇÃO A CURTO PRAZO VIÁVEL, É A DOS NÓDULOS POLIMETÁLICOS: "ROCHAS DO TAMANHO DE UMA BATATA DETECTADOS NO FUNDO DO MAR DESDE 1876, MAIS CONHECIDOS POR NÓDULOS DE MANGANÊS, MAS QUE CONTÉM QUANTIDADES EM PROPORÇÕES VARIÁVEIS DE OUTROS MINERAIS, COMO O COBALTO, NÍQUEL E COBRE, ENTRE OUTROS. ENCONTRAM -SE ESPALHADOS NOS LEITOS DOS OCEANOS, GERALMENTE NAS PROFUNDEZAS ABISSAIS, MAS SÓ AGORA, COMEÇAM A SER EXPLORADOS, COM ÊXITO, EM RAZÃO DO AVANÇO TECNOLÓGICO. FORAM O FUNDO SUBMARINO ENTRE 1.500 A 5.000 METROS, APROXIMADAMENTE, DE PROFUNDIDADE. PRATICAMENTE, SÃO INESGOTÁVEIS RECURSOS, POIS, PROCEDEM DO MAGMA E COMO QUE POR UM MILAGRE, OS NÓDULOS CONTINUAM A FORMAR-SE NO FUNDO DO MAR"(27).

ESSAS RESERVAS, QUE TAMBÉM SÃO ENCONTRADAS NO ATLÂNTICO EM MENOR QUANTIDADE, É BEM VERDADE, PODERÃO DE ACORDO COM OS ESTUDOS DA FUNDAÇÃO NACIONAL DE CIÊNCIAS DOS ESTADOS UNIDOS ATENDER, EM 1985, A DEMANDA MUNDIAL DE MINÉRIOS, ATRAVÉS DA MINERAÇÃO DE APENAS 5 FIRMAS, COM PREÇOS MAIS BAIXOS DO QUE OS ATUAIS. A MAIOR PARTE DESSES MINERAIS TÊM IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA PARA A INDÚSTRIA ESPACIAL. OS NÓDULOS ESTÃO FADADOS A APROFUNDAR OS DESNÍVEIS ENTRE AS NAÇÕES, REPRESENTANDO UMA SOLUÇÃO PARA OS PAÍSES DESENVOLVIDOS E UMA PERSPECTIVA SOMBRIA PARA OS NÃO INDUSTRIALIZADOS. É QUE PARA ESSES A EXPORTAÇÃO DE MINERAIS SIGNIFICA UMA GRANDE FONTE DE DIVISAS, SENDO RESPONSÁVEL POR 56% DA PRODUÇÃO DE MANGANÊS. A EXPORTAÇÃO ANUAL DESSE MINERAL PELO BRASIL, ÍNDIA E GABÃO É DE 40 MILHÕES DE DÓLARES PARA OS ESTADOS UNIDOS. O COBRE REPRESENTA MAIS DE 75% DAS EXPORTAÇÕES DO CHILE, ZÂMBIA E ZAIRE (28).

(27) SILVA, PAULO DE CASTRO MOREIRA. OP. CIT.P.35.

(28) REVISTA VISÃO. ID. IBID.

NESTE QUADRO, A MINERAÇÃO OCEÂNICA AO COMPETIR COM A TERRESTRE, TRAZ CONSIGO A AMEAÇA DE PERDA DE MERCADOS E A QUEDA DOS PREÇOS. OS PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO NÃO PODEM PERMANECER COMO ESPECTADORES. SOB PENA DE MAIORES DESEQUILÍBRIOS EM SUA BALANÇA, TÊM QUE OBTER PREÇOS JUSTOS PARA SEUS PRODUTOS E ESTABELECEER LIMITES PARA A PRODUÇÃO OCEÂNICA, JÁ NA DÉCADA DE 1980. ISTO SÓ SERÁ POSSÍVEL, MEDIANTE URGENTES E RÁPIDAS NEGOCIAÇÕES QUE LEVEM A UM AMPLO ACORDO NA ONU. AFINAL, A UNIDADE PARA A AÇÃO POLÍTICA É O QUE LHES RESTA DIANTE DESSA NOVA AMEAÇA.

O DECRETO LEI Nº 1.098 DE 25.03.1970, INCORPOROU AOS 8.500 - QUILOMETROS QUADRADOS DE TERRITÓRIO NACIONAL, JÁ EXISTENTES, MAIS 2,5 MILHÕES DE QUILOMETROS QUADRADOS NA PLATAFORMA CONTINENTAL. COM 7.500 QUILOMETROS DE COSTAS, UM DOS LITORAIS MAIS EXTENSOS DO MUNDO, O BRASIL JÁ DEU ALGUNS IMPORTANTES PASSOS EM DIREÇÃO AO OCEANO, MAS SEU AVANÇO NÃO ESTÁ AINDA À ALTURA DE SEU NOVO STATUS, ENTRE AS POTÊNCIAS MUNDIAIS.

INICIATIVAS VEM SENDO TOMADAS E SÃO DEMONSTRATIVAS DE QUE SE PERSEGUEM OBJETIVOS VÁLIDOS. EM 1966, FOI INSTALADO PELO ALMIRANTE JOSÉ SALDANHA DA GAMA, NO RIO DE JANEIRO, A FEMAR - FUNDAÇÃO - DOS ESTUDOS DO MAR COM A FINALIDADE DE CONTRIBUIR PARA O CONHECIMENTO DOS ASPECTOS SÓCIO-ECONÔMICOS E POLÍTICOS DO MAR E DE DAR DESTAQUE À IMPORTÂNCIA DAS ATIVIDADES MARÍTIMAS NO DESENVOLVIMENTO DAS NAÇÕES.

APÓS A ADOÇÃO DO MAR TERRITORIAL DAS 200 MILHAS, EM 1972, O GOVERNO FEDERAL IMPLANTOU O PROJETO REMAC - PROGRAMA DE RECONHECIMENTO GLOBAL DA MARGEM CONTINENTAL BRASILEIRA, CONTANDO COM A PARTICIPAÇÃO DA PETROBRÁS, DIRETORIA DE HIDROGRAFIA E NAVEGAÇÃO DA MARINHA, DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL, CONSELHO - NACIONAL DE PESQUISAS E COMPANHIA DE PESQUISAS DE RECURSOS MINERAIS, NUMA TENTATIVA DE REUNIR UM ACERVO DE CONHECIMENTOS SOBRE OS RECURSOS DISPONÍVEIS NA MARGEM CONTINENTAL.

MUITO EMBORA O NÍVEL DE PESQUISAS NÃO ESTEJA SE EFETIVANDO À ALTURA DAS ATUAIS NECESSIDADES BRASILEIRAS, JÁ FORAM CONSTATADAS, OFICIALMENTE, A EXISTÊNCIA DE EXTENSOS DEPÓSITOS DE EVAPORITOS, SEDIMENTOS MINERAIS RESULTANTES DE INTENSA EVAPORAÇÃO DOS MARES, ENTRE OS ESTADOS DE SÃO PAULO E ALAGOAS, NA PLATAFORMA DO ESPÍRITO SANTO JÁ FORAM REQUERIDAS ÁREAS PARA PESQUISAS DE POTÁSSIO, SAL - GEMA E ENXOFRE. SAIS SOLÚVEIS E ENXOFRE FORAM TAMBÉM ENCONTRADOS NAS REGIÕES SALINEIRAS DO NORDESTE. DEPÓSITOS DE ILMENTA, RUTILO, ZIRCÃO E MONAZITA APARECEM NO LITORAL DO RIO GRANDE DO SUL E DO MARANHÃO. AS MINERAÇÕES DA COMISSÃO NACIONAL DE ENERGIA NUCLEAR - JÁ COLETARAM AMOSTRAS COM TEOR MÁXIMO DE 16% DE MINERAIS PESADOS, NAS ÁREAS LOCALIZADAS ENTRE PORTO SEGURO, BAHIA E NORTE DO ESPÍRITO SANTO. DO CABO FRIO PARA O NORTE, SÃO ENCONTRADAS NA PLATAFORMA CONTINENTAL A UMA PROFUNDIDADE DE 200 METROS, GRANDES QUANTIDADES DE "LYTHOTHAMNION", UMA ESPÉCIE DE ALGA QUE ABSORVE CARBONATO DE CÁLCIO E MAGNÉSIO. QUANDO ASFIXIADA A ALGA MORRE E SE DEPOSITA DE FORMA GRANULADA NO LEITO DA PLATAFORMA, E, QUANDO LAVADA, SERVE PARA FERTILIZAR SOLOS ÁRIDOS OU ARGILOSOS. OS SEDIMENTOS CALCÁREOS SÃO DOMINANTES EM VASTAS ÁREAS DA PLATAFORMA E SOMENTE A RESERVA GAÚCHA É DA ORDEM DE 2,5 MILHÕES DE TONELADAS, O QUE DÁ PARA ABASTECER AS FÁBRICAS DE CAL E CORRETIVOS DO SOLO, EXISTENTES NO PAÍS. EM SANTA CATARINA, CAMADAS DE CARVÃO MINERAL, COM ESPESSURA DE ATÉ 150 METROS, AVANÇAM PELA PLATAFORMA CONTINENTAL ADENTRO À PROFUNDIDADE DE 200 METROS (29).

CERCA DE 100 MIL QUILOMETROS QUADRADOS DA COSTA BRASILEIRA - CONSTITUEM ÁREA ALTAMENTE PROMISSORA DE PRODUÇÃO PETROLÍFERA, O QUE É UMA REALIDADE, COMPROVADA PELO NÚMERO DE PLATAFORMAS EXPLORATÓRIAS E DE CONTRATOS DE RISCO REALIZADOS ULTIMAMENTE PELO GOVERNO DA UNIÃO.

A EXPLORAÇÃO E APROVEITAMENTO DESSAS RIQUEZAS PARA AS QUAIS O BRASIL SE VOLTA, SENTINDO SUA IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICO-ECONÔMICA ENCONTRA-SE MAIS NO ESTÁGIO DA PESQUISA DO QUE DA PRODUÇÃO INDUS-

TRIAL.

A CONSCIENTIZAÇÃO DAS CONDIÇÕES MARINHAS E A UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS ECONÔMICOS DO MAR, PELA SUA PECULIARIEDADE CARACTERIZAM-SE TANTO PELO ASPECTO DE NATUREZA POLÍTICA, QUANTO MILITAR. POR TANTO, A INTERRELAÇÃO ENTRE ESTES CAMPOS DE AÇÃO, EVIDENCIA UMA REALIDADE GLOBAL E CONSTATÁVEL. A PESQUISA CIENTÍFICA, O MOTIVO ECONÔMICO E A ESTRATÉGIA MILITAR, INTEGRAM-SE EM UMA CATALISANTE FORÇA PROPULSORA NACIONAL PARA O MAR.

TAL TENDÊNCIA REPRESENTARÁ A PROSPECÇÃO OU MELHOR A PREDIÇÃO DO CAMINHO DESTA NAÇÃO EMERGENTE E DE SUA LIDERANÇA NO ATLÂNTICO SUL.

5. ENSINO E PESQUISA

NO CONTEXTO DOS INTERESSES NACIONAIS A QUALIFICAÇÃO DO HOMEM DEVE ASSUMIR ASPECTO PRIMORDIAL.

O PREPARO PROFISSIONAL DE PESSOAL À ALTURA DA MODERNA TÉCNICA DE TODO O COMPLEXO DAS ATIVIDADES MARÍTIMAS, HOJE É MUITO MAIS ABRANGENTE QUE NO PASSADO. O TRADICIONAL CONCEITO DE DOMÍNIO DO MAR QUE AINDA SE IMPÕE COMO FUNDAMENTAL PARA A ESTRATÉGIA NAVAL, GANHA UMA DIMENSÃO MAIOR EM FACE DA IMPERATIVIDADE DA POSSE DO MAR. NÃO É MAIS SUFICIENTE SEU USO PARA O TRANSPORTE DOS BENS ECONÔMICOS OU COMO TEATRO DE OPERAÇÕES BÉLICAS, MAS PRINCIPALMENTE, PARA O ACESSO E APROVEITAMENTO DAS RIQUEZAS NELE CONTIDAS.

ESTA INTER-ADEQUAÇÃO DOS VÁRIOS COMPONENTES DO PODER MARÍTIMO, RESIDE NA CAPACIDADE E EFICIÊNCIA DOS VALORES HUMANOS QUE O COMPLEMENTAM. CONTUDO, A PREPARAÇÃO, FORMAÇÃO E ADESTRAMENTO DE ELEMENTOS QUALIFICADOS, CARECEM DE UMA ESTRUTURA QUE ATENDA AS MÚLTIPLAS DIMENSÕES DAS EXIGÊNCIAS BRASILEIRAS.

A MARINHA, LASTREADA NA SUA EXPERIÊNCIA, NA ÍNTIMA RELAÇÃO DO PODER MARÍTIMO COM A SEGURANÇA E O DESENVOLVIMENTO NACIONAL, - TEM ALCANÇADO RESULTADOS POSITIVOS NO TREINAMENTO, APERFEIÇOAMENTO E HABILITAÇÃO DE MILHARES DE BRASILEIROS. PROGRAMAS DE ENSINO, CURSOS E TÉCNICAS SÃO MINISTRADOS PERIODICAMENTE EM TODAS AS SUAS UNIDADES, FORMADAS POR CAPITANIAS, DELEGACIAS, AGÊNCIAS E ESCOLAS PARA ATENDIMENTO DOS TRABALHADORES DO BINÔMIO NAVIO-PORTO.

O CIAGA - CENTRO DE INSTRUÇÃO ALMIRANTE GRAÇA ARANHA, NO RIO DE JANEIRO, CONTRIBUI PARA MELHORAR O ENSINO ESPECIALIZADO DE MA RÍTIMOS DE TODAS AS CATEGORIAS E HIERARQUIAS. CONTA COM A ASSIS- TÊNCIA TÉCNICA DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMEN- TO E DA ORGANIZAÇÃO MARÍTIMA CONSULTIVA INTER-GOVERNAMENTAL E DIS TRIBUI BOLSAS DE ESTUDOS A ESTRANGEIROS.

O ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO SOB A RESPONSABILIDADE DAS MA RINHAS DE GUERRA E MERCANTE, SE BEM QUE REPRESENTA UM NOTÁVEL ES FORÇO, ESTÁ AQUÉM DO CRESCIMENTO DAS FROTAS NAVAIS E PARTICULA - RES. ENQUANTO ISSO, SE DESENVOLVE TODA UMA INFRA-ESTRUTURA TÉCNI CO-CIENTÍFICA DE PESQUISA QUE SÓ AGORA ATINGE UM PEQUENO NÚMERO - DE UNIVERSIDADES BRASILEIRAS. SEU EMBASAMENTO ESTÁ NO NAVIO OCEA NOGRÁFICO "ALMIRANTE SALDANHA", INSTITUTO DE PESQUISA DA MARINHA, NO CENTRO DE PESQUISAS E DESENVOLVIMENTO DA PETROBRÁS, NA FEMAR E NO PROJETO REMAC, ESTES AQUI JÁ AMPLAMENTE VENTILADOS EM TER - MOS DE MELHOR CONHECIMENTO E APROVEITAMENTO DOS RECURSOS DO MAR.

QUANDO SE PRETENDE EXPANDIR NOSSA PRESENÇA NOS MARES, A FOR- MAÇÃO MARÍTIMA ENSEJADA SÓ PODE SER ATINGIDA PELA REFORMULAÇÃO E INCREMENTAÇÃO DA POLÍTICA DE PROMOÇÃO DO PESSOAL, TANTO CIVIL CO MO MILITAR.

6. POLUIÇÃO

O CRESCENTE PROGRESSO TECNOLÓGICO TRAZ, COMO GRANDE INQUIETAÇÃO, A POLUIÇÃO.

NÃO PREVISTA PELOS LEGISLADORES REPRESENTA UM PERIGO PARA OS MAIS DIVERSOS VALORES E BENS JURÍDICOS. AS DESORDENS AMBIENTAIS, DESDE O DESFLORESTAMENTO, A EROÇÃO DO SOLO ATÉ A CONTAMINAÇÃO DAS ÁGUAS E DO AR, SÃO DEMONSTRATIVAS DAS CONTRADIÇÕES INTERNAS DAS SOCIEDADES TANTO RICAS QUANTO POBRES. AS ABUSIVAS ATIVIDADES ECONÔMICAS DAS INSTITUIÇÕES INDUSTRIAIS, QUER PÚBLICAS OU PRIVADAS - SE CONSTITUEM NO MAIOR FLAGELO DA HUMANIDADE EM PROL DO PROGRESSO. A TAL PONTO QUE SE CONSTATA A REALIDADE DO BINÔMIO "DESENVOLVIMENTO E POLUIÇÃO", DESAFIANDO CIENTISTAS, URBANISTAS, SANITARISTAS E A VASTA GAMMA DE ESPECIALISTAS VOLTADA À SAÚDE PÚBLICA E AO BEM ESTAR.

O QUADRO NÃO É TÃO ESCURO ASSIM, SE LEVADA EM CONTA A SUCESSÃO DE CONGRESSOS, SIMPÓSIOS E CONFERÊNCIAS NO LEVANTAMENTO DESSE PROBLEMA CUJAS CONOTAÇÕES EXTRAVASAM DO CAMPO JURÍDICO-SÓCIO - ECONÔMICO PARA O POLÍTICO. POR ISSO, AVULTA O PAPEL DO JURISTA NO PROBLEMA DA POLUIÇÃO, DO ADVOGADO SOB OS PRISMAS DO DIREITO CIVIL E PENAL E DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO NOS CONFLITOS ENTRE AS COMUNIDADES INTERNACIONAIS.

IMPLICAÇÕES DESTA ORDEM LEVARAM JEAN ROSTAND A AFIRMAR:

"TOUS CEUX QUE PREOCCUPE LE SORT DE NOTRE ESPÈCE SAVENT AVEC QUELLE IMPREVOYANCE, QUELLE LÉGÈRETÉ, QUELLE IMPRUDENCE GROSSE DE MENACES - LES HOMMES D'AUJOURD'HUI SE CONDUISENT ENVERS LA NATURE. CÉDANT AUX SOLLICITATIONS D'INTÉRÊT IMMÉDIAT, IGNORANT SOUVENT LES FÂCHEUSES CONSÉQUENCES DE LEUR IMPATIENCE ET DE LEUR AVIDITÉ,

ILS EXPLOITENT SANS MÉNAGEMENT LES RESSOURCES D'UN PETIT GLOBE QUE N'EST RIENS MOINS QU'INÉPUISABLE! (...) "LA COLLABORATION DOIT SE FAIRE DE PLUS EN PLUS ETROITE ENTRE LES SPÉCIALISTES DE LA SCIENCE ET LES SPÉCIALISTES DU DROIT ENTRE LES HOMMES QUE SIGNALENT LES DANGERS ET CEUX QUI NOUS DONNENT DE NOUS EN GARANTIR"(30).

DESDE OS TEMPOS MAIS REMOTOS, OS OCEANOS QUE OCUPAM 70% DO GLOBO TERRESTRE TÊM SIDO UTILIZADOS COMO DEPÓSITO DE TODOS OS DETRITOS HUMANOS E INDUSTRIAIS. O ATLÂNTICO SUL NÃO ESCAPOU A ESTA DESTINAÇÃO, QUE AMEAÇA SUA FAUNA E FLORA MARINHAS E, POR CONSEQUÊNCIA, AS NAÇÕES QUE O MARGEIAM.

COMO CAUSAS DESTACAM-SE: OS DETRITOS DESAGUADOS PELOS RIOS, DESPEJOS INDUSTRIAIS E DOMÉSTICOS NAS ZONAS COSTEIRAS E OS DESPEJOS FEITOS POR NAVIOS.

OS ECOLOGISTAS SE PREOCUPAM E COM RAZÃO, PELO EXCESSO DE DETRITOS DA CHAMADA SOCIEDADE DE CONSUMO, QUE CONTINUAM A SER JOGADOS NO MAR, COLOCANDO A CAPACIDADE DE ABSORÇÃO DAS ÁGUAS E CONSEQUENTEMENTE O EQUILÍBRIO ECOLÓGICO EM SÉRIO RISCO.

NÃO É MAIS NOVIDADE PARA OS BRASILEIROS, O DEPRIMENTE ESPETÁCULO, JUNTO À COSTA E ATÉ A MILHAS DO LITORAL, DE DETRITOS PETRO-QUÍMICOS E DE MILHARES DE PEIXES MORTOS BOIANDO N'ÁGUA.

A POLÍTICA AMBIENTAL NO BRASIL É OBSERVADA EM PRECÁRIAS CONDIÇÕES EM FACE DAS LIMITAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS, MESMO NAS ÁREAS MAIS RICAS DO PAÍS, POSSUIDORAS DE ÓRGÃOS ESPECIALIZADOS, COMO AS SECRETARIAS DO MEIO AMBIENTE.

(30) ROSTAND, JEAN. APUD DONNICI, VIRGÍLIO LUIZ. POLUIÇÃO. IN: O MAR, DIREITO E ECOLOGIA. RIO DE JANEIRO, FUND. GETÚLIO VARGAS, 1973.P.74.

APESAR DAS INÚMERAS ORGANIZAÇÕES QUE TRATAM DO PROBLEMA, A REGULAMENTAÇÃO EM NÍVEL NACIONAL E INTERNACIONAL É BASTANTE DEFICIENTE, EM QUE PESE O FUNCIONAMENTO DE ORGANIZAÇÕES TAIS COMO: - OMCI - ORGANIZAÇÃO INTERGOVERNAMENTAL CONSULTIVA DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA; COI - COMISSÃO OCEANOGRÁFICA INTERGOVERNAMENTAL, DA UNESCO; FAO - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA ALIMENTAÇÃO E AGRICULTURA; AIEM - AGÊNCIA INTERNACIONAL DE ENERGIA ATÔMICA E A OMM - ORGANIZAÇÃO METEOROLÓGICA MUNDIAL.

O ADVENTO DA ERA NUCLEAR INTRODUZIU UM NOVO PERIGO PELA INCIDÊNCIA DOS RESÍDUOS ATÔMICOS, LASTREADA NOS NAVIOS, SUBMARINOS E INSTALAÇÕES ATÔMICAS NO FUNDO DO MAR. O MAR, POR CONSEQUENTE, É UM FIM DE LINHA OBRIGATÓRIO PARA TODO E QUALQUER TIPO DE POLUIÇÃO QUER SEJA OLEOSA, BACTERIANA, TÉRMICA, INDUSTRIAL OU NUCLEAR, QUER O PROCESSO POLUIDOR LEVE DIRETAMENTE AO MAR, À TERRA OU AO AR.

ESPERA-SE QUE A SÉRIE DE CONFERÊNCIAS SOBRE DIREITO DO MAR POSSA COLIMAR NUM ACORDO INTERNACIONAL, FIXADOR DOS LIMITES DA CONTAMINAÇÃO QUE INTERAGE NO MEIO MARINHO.

ESTA PROBLEMÁTICA TRANSCENDE OS LIMITES NACIONAIS E CONTINENTAIS, PARA SITUAR-SE EM ÂMBITO PLANETÁRIO, DE CUJO DESFECHO DEPENDE NÃO SÓ A PROTEÇÃO DOS OCEANOS, COMO A SOBREVIVÊNCIA DA PRÓPRIA HUMANIDADE.

CAPÍTULO IV

ÁFRICA

1. ASPECTOS GERAIS

A ÁFRICA ABRANGE A TOTALIDADE DA MASSA CONTINENTAL QUE SE ES TENDE DAS LATITUDES MÉDIAS DO HEMISFÉRIO NORTE (37º DE LATITUDE - NORTE), ÀS LATITUDES MÉDIAS DO HEMISFÉRIO SUL (34º DE LATITUDE - SUL).

O CONTINENTE É BANHADO AO NORTE PELO MAR MEDITERRÂNEO, AO - OESTE PELO OCEANO ATLÂNTICO E A LESTE, PELO OCEANO ÍNDICO. ALARGA SE GRANDAMENTE AO NORTE DO EQUADOR E VAI-SE ESTREITANDO AO SUL - DESTA LINHA. PELAS PROPORÇÕES DE SUA ÁREA - 30.624.000 QUILOME - TROS QUADRADOS - É O TERCEIRO CONTINENTE EM SUPERFÍCIE DO PLANETA E REPRESENTA UM QUINTO DAS TERRAS EMERSAS DO GLOBO. NO SENTIDO - NORTE-SUL ESTENDE-SE APROXIMADAMENTE POR 8.000 QUILOMETROS QUADRA DOS E NO LESTE-OESTE POR 7.400 QUILOMETROS QUADRADOS. É TRÊS VE - ZES E MEIA MAIOR QUE O BRASIL.

NÃO É MUITO POVOADO. VIVEM NELE MAIS OU MENOS 380.000.000 DE PESSOAS, OU POUCO MAIS DE 12 HABITANTES POR QUILOMETRO QUADRADO. SUA POPULAÇÃO, ENTRETANTO, NÃO ESTÁ IGUALMENTE DISTRIBUÍDA PELO - TERRITÓRIO: AS ZONAS URBANAS SÃO DENSAMENTE POVOADAS, O QUE CON TRASTA COM O VAZIO DOS DESERTOS QUE COBREM IMENSAS REGIÕES, COMO, SAARA AO NORTE E NAMIB E KALAHARI AO SUL. SUA POPULAÇÃO DISTRIBUÍDA EM 47 ESTADOS AUTÔNOMOS DOS QUAIS 45 VI VEM SOB DITADURAS MILITARES, REGIMES DE PARTIDOS ÚNICOS OU GOVERNO DE MINORIA BRANCA, ESTÁ DIVIDIDA EM TRÊS GRUPOS: NEGROS E PO VOS COM CARACTERÍSTICAS FÍSICAS SEMELHANTES, REPRESENTANDO TRÊS - QUARTOS DE TODOS OS AFRICANOS E, VIVENDO AO SUL DO SAARA, COM BOA PARTE AINDA AGRUPADA EM TRIBOS; ÁRABES OU BÉRBERES, CONCENTRADOS AO NORTE DO SAARA E POPULAÇÕES DE ORIGEM EUROPÉIA, REUNIDAS PRIN - CIPALMENTE NO SUL DA ÁFRICA. A POPULAÇÃO DE ORIGEM ASIÁTICA É IN SIGNIFICANTE, VIVENDO ÀS MARGENS DO ÍNDICO.

PODEM-SE CLASSIFICAR AS NAÇÕES AFRICANAS DE VÁRIAS FORMAS: - PASSADO COLONIAL, ORIGEM RACIAL, RELIGIÃO, ATIVIDADES AGRÍCOLAS - OU PASTORIS, NOMADISMO, IDENTIDADE DE COSTUMES, LÍNGUA, ETC. SE NOS LIMITARMOS À ÁFRICA SUB-SAÁRICA, A DIVISÃO PODE COMPREEN - DER DUAS CLASSES: A) ÁFRICA NEGRA INDEPENDENTE, SUBDIVIDIDA EM 3 DIFERENTES ÁREAS: 1) ÁFRICA OCIDENTAL OU MAIS PROPRIAMENTE A ÁFRICA DAS NAÇÕES COM ACESSO DIRETO AO ATLÂNTICO, DA MAURITÂNIA AO - ZAIRE; 2) ÁFRICA ORIENTAL, DO SUDÃO À TANZÂNIA, VOLTADA PARA O MAR VERMELHO OU OCEANO ÍNDICO; 3) ÁFRICA NEGRA MEDITERRÂNEA, DE - QUE É O PARADIGMA A ZÂMBIA, ESTREITADA ENTRE OS TERRITÓRIOS DE AN - GOLA E MOÇAMBIQUE, E, B) ÁFRICA SOB CONTROLE DE GOVERNOS CONSTI - TUÍDOS POR MINORIA BRANCA, OU SEJA ÁFRICA DO SUL E RODÉSIA.

SÃO FALADOS CERCA DE 800 DIALETOS, O QUE DEMONSTRA A GRANDE DIVERSIDADE LINGUÍSTICA, HAVENDO NO ENTANTO, DOIS PROEMINENTES - GRUPOS: O BANTU, PREDOMINANDO NA METADE MERIDIONAL DO CONTINENTE, E, O SUDANÊS, DO SAARA À REPÚBLICA CENTRO AFRICANA.

SUAS ATIVIDADES AGRÍCOLAS, ORIGINALMENTE, DESTINAVAM-SE A SUPRIR AS NECESSIDADES DE SOBREVIVÊNCIA, COM A PRODUÇÃO DE ALIMEN - TOS, COUROS E TECIDOS PARA O CONSUMO PRÓPRIO. ESTE TIPO DE ECONOMIA SOFREU PROFUNDAS TRANSFORMAÇÕES COM A COLO - NIZAÇÃO EUROPÉIA, SOBRETUDO A PARTIR DO SÉCULO XIX, QUANDO FORAM INSTALADAS GRANDES FAZENDAS E EXPLORADAS AS RIQUEZAS PARA EXPORTA - ÇÃO. SEUS PRINCIPAIS PRODUTOS AGRÍCOLAS SÃO O CACAU, CAFÉ, SISAL, ALGODÃO, FUMO, ÓLEOS COMESTÍVEIS E FRUTAS TROPICAIS. ALÉM DISSO A ÁFRICA É RESPONSÁVEL POR QUASE TODA A PRODUÇÃO DE DIAMANTES NATU - RAIS E POR BOA PARTE DO OURO (75%). POSSUI JAZIDAS DE COBRE, CO - BALTO, PETRÓLEO, URÂNIO (40%), MANGANÊS, BAUXITA, TANGSTÊNIO, CHUM - BO, ZINCO, ESTANHO E 95% DAS JAZIDAS DE CROMO DO MUNDO (31).

(31) REVISTA VEJA. "ÁFRICA". SÃO PAULO, 20 ABR. 1977. N. 450, P. 34.

NÃO OBSTANTE, TODA ESTA RIQUEZA, INEXISTEM INDÚSTRIAS SIDERÚRGICA E METALÚRGICA. OS ÓBICES PARA A INSTALAÇÃO DE INDÚSTRIAS PESADAS OU PRODUTORAS DE MANUFATURADOS SÃO DE VÁRIA ORDEM. DECORREM DA AUSÊNCIA DE CAPITAIS E DO DESINTERESSE DAS NAÇÕES RICAS, PROVAVELMENTE LEVADAS PELO CLIMA DE INSTABILIDADE POLÍTICA AINDA, EXISTENTE. SOMANDO A ESSAS DIFICULDADES, A CARÊNCIA DE RECURSOS ENERGÉTICOS E DE ESCOAMENTO DE PRODUÇÃO, O QUE CARACTERIZA SUA INCIPIENTE PARTICIPAÇÃO NO COMÉRCIO INTERNACIONAL, DADO A 80% DE SUA EXPORTAÇÃO EM MERCADORIAS PRIMÁRIAS.

A DEFICIÊNCIA PRINCIPAL DA ÁFRICA CONTINUA SENDO A FALTA DE PESSOAL HABILITADO. OUTRO PROBLEMA É A PRECARIEDADE DO SEU SISTEMA DE COMUNICAÇÕES.

DEPREENDE-SE DO QUADRO AFRICANO QUE SEU DESENVOLVIMENTO ESTÁ CONDICIONADO A UMA MAIOR INTEGRAÇÃO À ECONOMIA MUNDIAL, DESDE QUE ASSOCIADA A UM MAIOR GRAU DE COERÊNCIA POLÍTICA.

2. CONCEPÇÃO

AS CAUSAS DO ATRASO DA ÁFRICA PODEM SER ENUNCIADAS DA SEGUINTE MANEIRA:

- A) AS REGIÕES ÁRIDAS SÃO MUITO VASTAS E OS SOLOS POBRES E FRÁGEIS;
- B) O TRÁFICO DE ESCRAVOS NEGROS PELOS ÁRABES E EUROPEUS ARREBATOU DA ÁFRICA, SEGUNDO CERTAS ESTIMATIVAS, ENTRE 13 A 40 MILHÕES DE HABITANTES;
- C) ENORME CARÊNCIA DE ALIMENTOS;
- D) O GRANDE ÍNDICE DE MORTALIDADE INFANTIL;
- E) A INEXISTÊNCIA DA UTILIZAÇÃO DAS FORÇAS NATURAIS.

QUANTO AO DESPERTAR E À EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DA ÁFRICA HÁ DE SE CONSIDERAR OS GRANDES PROBLEMAS PROVOCADOS PELA COLONIZAÇÃO, A BRANGENDO OS DE ORDEM ECONÔMICA, COMO: DESEQUILÍBRIO CAUSADO PELA DESINTEGRAÇÃO DO SISTEMA TRIBAL, APARECIMENTO DE UM PROLETARIADO AGRÍCOLA E URBANO CRESCENTE EM NÚMERO E, A SISTEMÁTICA EXPLORAÇÃO DE SUAS RIQUEZAS; RELIGIOSA, COMO: PROGRESSO DO ISLAMISMO DIANTE DO MUNDO OCIDENTAL E HUMANA E POLÍTICA, COMO: A COEXISTÊNCIA DE COMUNIDADES E DESNÍVEL DE VIDA.

AS CAUSAS HISTÓRICAS DA INDEPENDÊNCIA SÃO ENCONTRADAS: NO EN FRAQUECIMENTO DOS ESTADOS COLONIZADORES DURANTE A 2ª GRANDE GUERRA; NO EXEMPLO DA EMANCIPAÇÃO DOS PAÍSES ASIÁTICOS; NO SURGIMENTO DO MOVIMENTO ANTICOLONIALISTA SOB A INFLUÊNCIA DE PARTIDOS DEMOCRÁTICOS, SINDICATOS, GRUPOS TRIBAIS OU RELIGIOSOS AUTÓCTONES E, AINDA, PELA INTERVENÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS E UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS NO PLANO DA AJUDA ÀS NAÇÕES SUBDESENVOLVIDAS.

A EVOLUÇÃO DA ÁFRICA, APÓS 1945, NÃO ACARRETOU UMA RUPTURA TOTAL COM AS ANTIGAS METRÓPOLES, PELO CONTRÁRIO, SUSCITOU LAÇOS CULTURAIS, ECONÔMICOS E, POR VEZES, MILITARES. ESSES LAÇOS, NO ENTANTO, FORAM PECULIARES, POIS NÃO SE CONSTITUÍRAM NUMA ASSIMILAÇÃO TRADICIONAL E SIM, NUMA PRESERVAÇÃO DAS CULTURAS ESPECÍFICAS AFRICANAS, NO QUE ELAS TÊM DE FUNDAMENTAL. TANTO É QUE A COMPREENSÃO DAS SEMELHANÇAS E DIFERENÇAS ENTRE AS NAÇÕES É UM PROBLEMA DIFÍCIL E CAMPO LEGÍTIMO DE PESQUISA. PODE-SE ABORDAR AS CARACTERÍSTICAS NACIONAIS EM TERMOS DE CULTURA, COMO UM TODO, COMO ESTUDAR A DISTRIBUIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS ENTRE OS INDIVÍDUOS QUE FORMAM UMA NAÇÃO OU AINDA ATENCIONAR A UMA UNIDADE PARTICULAR DA SOCIEDADE OU A UM SEGMENTO DA CULTURA.

SABENDO-SE, NO ENTANTO, QUE O FUNCIONAMENTO COLETIVO E INTEGRAL DE UMA CULTURA ELEVADA OU INFERIOR SUPRE OS MEIOS PARA A SATISFAÇÃO DE NECESSIDADES BIOLÓGICAS, CADA ASPECTO DA PRODUÇÃO COLETIVA É PLENAMENTE VITAL.

NAS CULTURAS PRIMITIVAS O APEGO À TRADIÇÃO, NA MAIORIA DAS VEZES, CONSIDERADO CONSERVADOR, SERVIL OU AUTOMÁTICO, É JUSTIFICÁVEL, SE CONSIDERARMOS O FATO DE QUE QUANTO MAIS SIMPLES SÃO O CONHECIMENTO HUMANO, AS HABILIDADES MANUAIS E O EQUIPAMENTO MATERIAL, TANTO MAIS EFETIVAMENTE DEVEM SER MANTIDOS NO NÍVEL DE FUNCIONAMENTO. JÁ NUMA CULTURA SUPERIORMENTE DESENVOLVIDA, A SÉRIE DE INSTRUMENTOS ESPECÍFICOS ASSEGURAM ESTE APEGO À EVOLUÇÃO CIENTÍFICA, À ORGANIZAÇÃO ECONÔMICA E À EXATIDÃO DA TRANSMISSÃO SIMBÓLICA DE IDÉIAS E PRINCÍPIOS.

DESTA FORMA, CONCLUÍMOS QUE, SE DE UM LADO OS PAÍSES ÁRABE - MUÇULMANOS DO NORTE DA ÁFRICA E O EGITO BASEARAM SEU NACIONALISMO NUMA CONSCIÊNCIA CULTURAL MOLDADA PELA EUROPA, AS MINORIAS DA ÁFRICA NEGRA, POR OUTRO LADO, SENTIRAM DIFICULDADES EM PASSAR DA ATITUDE MENTAL DO ASSIMILADO PARA UMA SÍNTESE DOS VALORES NEGRO-ÁFRICANOS TRADICIONAIS, COM A CULTURA EUROPÉIA.

FAZENDO UM PARALELISMO COM O BRASIL, JUSTIFICAMOS QUE AS NOSSAS LIGAÇÕES ÉTNICAS E CULTURAIS SÃO DEMONSTRATIVAS DAS POSSIBILIDADES DA APROXIMAÇÃO AFRICANA. O PRÓPRIO PROCESSO HISTÓRICO DE ACEITAÇÃO E REAÇÕES MÚTUAS DE DOAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES, DE OBJETIVOS COINCIDENTES, É O MELHOR ARGUMENTO SÓCIO-CULTURAL PARA ESTAS RELAÇÕES.

SEGUNDO GIBSON BARBOSA:

"OS ESTUDOS COMPARATIVOS ENTRE A ÁFRICA E A AMÉRICA DO SUL ESTÃO EM SEU INÍCIO". (...) "EM QUALQUER DOS SETORES DA INVESTIGAÇÃO CIENTÍFICA E HUMANISTA DESDE A GEOLOGIA ATÉ A HISTÓRIA, EMBORA ESSE ESTUDO COMPARATIVO SEJA DE ABSOLUTA ESSENCIALIDADE PARA O CONHECIMENTO DAQUELAS PARTES DA ÁFRICA E, DA AMÉRICA DO SUL, QUE ESTÃO VOLTADAS PARA O ATLÂNTICO E, ÀS QUAIS, NÃO SE PODE DEIXAR DE ATRIBUIR A CON

DIÇÃO DE VIZINHANÇA" (32).

PARA JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES:

"PELA TRADIÇÃO HISTÓRICA, PELAS RELAÇÕES DO POVO, PELA POSIÇÃO GEOGRÁFICA, PELA UNIDADE DO MAR, EM CUJAS PRAIAS NOS IRMANAMOS, NÃO PODE O BRASIL ALHEIAR-SE DO DESTINO ATUAL DA ÁFRICA" (33).

POR OUTRO LADO, O PROFESSOR JOSÉ MARIA NUNES PEREIRA, NO ENCERRAMENTO DE UM CURSO SOBRE PROBLEMAS DA ÁFRICA CONTEMPORÂNEA, REVELOU, APÓS VISITAR A GUINÉ-BISSAU EM 1974, QUE:

"OS AFRICANOS DESEJAM UMA COOPERAÇÃO QUE SE ESTENDE AO CAMPO CULTURAL E À DEFESA COMUM DOS PONTOS DE INTERESSE COM O APOIO DE UMA NOVA ORDEM ECONÔMICA INTERNACIONAL" (34).

O INTERESSE BRASILEIRO NA ÁFRICA É, PORTANTO, TANTO DE NATUREZA COMERCIAL, QUANTO CULTURAL. PARA ISSO É PRECISO INGRESSAR PRIMORDIALMENTE NAS REGIÕES EM QUE A CULTURA AFRO-LUSO-BRASILEIRA ESTEJA SUFICIENTEMENTE PRESERVADA. É VÁLIDO RESSALTAR, QUE OS VÁRIOS MOVIMENTOS ANGOLANOS SIMBOLIZAM AMÁLGAMAS COMPLEXOS DE REGIÕES TRIBAIS PARA AS QUAIS CONVERGEM INTERESSES HEGEMÔNICOS DE NAÇÕES DIVERSAS. NOSSA POSIÇÃO, ESTABELECENDO RELAÇÕES REGULARES COM A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, ELIMINANDO RELAÇÕES POLÍTICAS COM TAIWAN E OUTRAS NAÇÕES QUE NOS OFERECEM POSSIBILIDADES COMERCIAIS, FAVORECE O PRAGMATISMO ORIENTADO PARA OS CAMINHOS AFRICANOS.

(32) BARBOSA, GIBSON. CONFERÊNCIA PROFERIDA NO ITAMARATY. BRASILIA, ABR. 1972.

(33) RODRIGUES, JOSÉ HONÓRIO. BRASIL E ÁFRICA. RIO DE JANEIRO, EDIT. CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1961. P. 113.

(34) PEREIRA, JOSÉ MARIA NUNES. JORNAL DO BRASIL. RIO DE JANEIRO, 12 FEV. 1977.

AFINAL, ELE REPRESENTA A CONTINUAÇÃO DE UMA LINHA TRADICIONALISTA DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA E CONSEQUÊNCIA DA "DÉTENTE" PRECONIZADA PELAS SUPERPOTÊNCIAS À REVELIA DOS INTERESSES DAS NAÇÕES EMERGENTES.

NESTAS CONDIÇÕES, OS CONTATOS COM OS DIVERSOS PAÍSES AFRICANOS, NUMA PRIMEIRA INVESTIDA PLANTARAM AS SEMENTES DE UM ENTENDIMENTO, NÃO SÓ POLÍTICO-ECONÔMICO, MAS TAMBÉM SÓCIO-CULTURAL. TAL RELACIONAMENTO COM A ÁFRICA DEVE CONSTITUIR-SE NUM COMPROMISSO POSSÍVEL COM AS IDÉIAS DE NEGRITUDE E DO PAN-AFRICANISMO.

COM A INDEPENDÊNCIA GRADATIVA DOS ESTADOS AFRICANOS, SURTI- RAM PROBLEMAS CAPITAIS: NECESSIDADE DE FORMAR QUADROS AUTÓCTONES, DESENVOLVER TÉCNICAS AGRÍCOLAS E INDUSTRIAIS QUE PERMITAM UMA I GUALDADE NAS TROCAS COM A ECONOMIA MUNDIAL E OUTROS. TODAVIA, EN QUANTO ISTO NÃO SE REALIZA, A ÁFRICA DEVE ACEITAR A AJUDA TÉCNICA E FINANCEIRA DOS PAÍSES ROTULADOS DE GRANDES OU EMERGENTES.

DESDE O FIM DA 1ª GRANDE GUERRA ATÉ 1955, NA ÁFRICA NEGRA, OS LÍDERES REALIZAVAM AO LADO DA PROPAGANDA INTENSIVA VÁRIOS CONGRES- SOS E CONFERÊNCIAS, DEBATENDO NACIONALISMO E PAN-AFRICANISMO. COM A CONFERÊNCIA DE BANDUNG, AO REUNIR AFRO-ASIÁTICOS, OS PRINCÍPIOS DA AUTODETERMINAÇÃO GANHARAM CORPO CONTRA OS COLONIZADORES. ASSIM, OS PAÍSES AFRICANOS PROSSEGUEM SUA MARCHA DIFÍCIL RUMO À ESTABILI- DADE POLÍTICO-ECONÔMICA. ESSA EVOLUÇÃO CONTUDO É CONTINUAMENTE - PERTURBADA POR QUESTÕES INTERNAS, GOLPES, ATRITOS ENTRE ESTADOS E PROBLEMAS DESENVOLVIMENTISTAS. O CONTINENTE CONTUDO, APÓS A LIBER- TAÇÃO DAS PROVÍNCIAS DO ULTRAMAR PORTUGUÊS, CONTINUA SUA TRAJETÓ- RIA NA FORMAÇÃO DE NOVOS ESTADOS. A INQUIETAÇÃO DOS AFRICANOS - COM OS GOVERNOS UNIPARTIDÁRIOS E COM AS LIDERANÇAS INDIVIDUALIS- TAS DE SEUS HOMENS FORTES, MULTIPLICA GRADATIVAMENTE OS ATENTADOS E TENTATIVAS DE GOLPES DE ESTADO.

"A LUTA QUE EXPLODE NESTE MOMENTO NA ÁFRICA REPRESENTA UMA RUPTURA COM O PRIMEIRO DECÊNIO DA INDEPENDÊNCIA DA MAIORIA DOS PAÍSES DO CONTINENTE" DISSE PAOLO CACETTA (35). E, CONTINUA: "A SEGUINTE FASE DA INDEPENDÊNCIA, QUE COMEÇA AGORA, ROMPE O PERÍODO - EM QUE AS ANTIGAS COLÔNIAS AINDA PERMANECIAM LIGADAS ÀS METRÓPOLES POR FORTES LAÇOS POLÍTICOS E ECONÔMICOS".

VERIFICA-SE, DESTA FORMA, UM ENVOLVIMENTO CRESCENTE DAS POTÊNCIAS, NA CONQUISTA DE POSIÇÕES MAIS VANTAJOSAS NO CONTINENTE AFRICANO. O PAPEL AFRICANO PASSA A SER SIMILAR AO REPRESENTADO PELA ÁSIA, NAS ÚLTIMAS DÉCADAS, COMO PÓLO CALISADOR DE DISPUTAS ESTRATÉGICAS, ECONÔMICAS E IDEOLÓGICAS. NESTA TOMADA DE POSIÇÕES, A URSS TEM ALCANÇADO ALGUMAS VITÓRIAS. AO CONTRÁRIO DA EUROPA OCIDENTAL E DOS EEUU, O INTERESSE RUSSO NÃO ESTARIA VOLTADO AOS MINÉRIOS AFRICANOS, ESPECIALMENTE, EM VIRTUDE DE SUAS PRÓPRIAS RIQUEZAS NESTA ÁREA. PARTINDO DESSA PREMISSE, DEPREENDE-SE, QUE SEUS REAIS OBJETIVOS VISAM O ALIJAMENTO DOS CHINESES DAQUELE CONTINENTE E A GARANTIA DE UM MAIOR NÚMERO DE ALIADOS LOCALIZADOS ESPECIALMENTE E DE FORMA ESTRATÉGICA NO ÍNDICO E NA ÁFRICA AUSTRAL. COM ISTO ESTARIA ASSEGURANDO O ESTACIONAMENTO DE SEUS VEÍCULOS AERO-NAVAIS E CONSOLIDANDO O ALCANCE DE SEU PODERIO OFENSIVO. HÁ, NO ENTANTO, ALGUNS ASPECTOS A OBSTACULIZAR TAIS PRETENSÕES COMO, O IRRISÓRIO MONTANTE DE CAPITAIS DESTINADOS A FINANCIAR PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO; A FALTA DE COMPETITIVIDADE DE SEUS PRODUTOS COM OS DAS POTÊNCIAS OCIDENTAIS E A ATITUDE AFRICANA DE SE MANTER ABERTA TAMBÉM AO MUNDO OCIDENTAL.

OS AMERICANOS, AO CONTRÁRIO, SEMPRE TIVERAM LIGAÇÕES E ASSOCIAÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS COM AS ANTIGAS POTÊNCIAS COLONIAIS, O QUE REVERTE EM SIMPATIA DOS AFRICANOS PARA A PENETRAÇÃO RUSSA. ACRESCE A ISTO A INOVAÇÃO OCORRIDA DURANTE A GUERRA DE ANGOLA - QUANDO SE CONJUGARAM ARMAMENTOS SOVIÉTICOS COM SOLDADOS CUBANOS, U

(35) CACETTA, PAOLO. ÁFRICA. IN: REVISTA VEJA. SÃO PAULO, ED. ABRIL, 20 ABR. 1977. N.450; P.34.

MA FORÇA QUE VEM DESEMPENHANDO CONSIDERÁVEL PESO NA SORTE DO CONTINENTE AFRICANO (VIDE MAPA Nº 5 NO APÊNDICE).

COMO NÃO PODERIA DEIXAR DE ACONTECER, A PRESENÇA MILITAR DOS SOVIÉTICOS NO CHAMADO "CHIFRE DA ÁFRICA", PASSOU A CONSTITUIR MOTIVO DE SÉRIA PREOCUPAÇÃO TANTO PARA AS NAÇÕES OCIDENTAIS DEPENDENTES DO PETRÓLEO PROCEDENTE DO MAR VERMELHO E DO GOLFO PÉRSICO, QUANTO PARA OS DEMAIS ESTADOS EXPORTADORES DA ÁREA. DE 1960 PARA CÁ, OS SOVIÉTICOS EMPREENDERAM UM DUPLO JOGO EM DOIS PAÍSES AFRICANOS LOCALIZADOS EM POSIÇÕES ESTRATÉGICAS NA ÁREA: SOMÁLIA E ETÍÓPIA. NA SOMÁLIA OBTIVERAM SUAS PRIMEIRAS BASES AERO-NAVAIS PARA OPERAÇÕES NO ÍNDICO. ESSA SITUAÇÃO PERSISTIU ATÉ A QUEDA DO IMPERADOR ETÍOPE HAILÉ SELASSIÉ DEPOSTO POR UMA JUNTA MILITAR ESQUERDISTA EM 1974. OS ETÍOPEs ESTIMULADOS PELOS SOVIÉTICOS, POR SUA VEZ, CORTARAM SEUS ANTIGOS LAÇOS COM OS ESTADOS UNIDOS, ABRINDO MÃO DA AJUDA FINANCEIRA E FECHANDO AOS AMERICANOS AS BASES QUE LHEs TINHAM CEDIDO. GARANTIDA A POSIÇÃO RUSSA NA SOMÁLIA, O PASSO SEGUINTE FOI O ESTREITAMENTO DAS RELAÇÕES COM A ETÍÓPIA. REAGINDO A ESTA SITUAÇÃO, OS SOMALIS APROXIMARAM-SE DA ARÁBIA SAUDITA E DOS ESTADOS UNIDOS, DENUNCIANDO O ACORDO MILITAR, EXPULSANDO CENTENAS DE ASSESSORES MILITARES SOVIÉTICOS E CUBANOS E RETIRANDO LHEs O ACESSO ÀS BASES AERO-NAVAIS UTILIZADAS EM MOGADÍSCIO E BERBERA.

APESAR DESSA REVIRAVOLTA EM FINS DE 1977, PROSSEGUE A DISPUTA ENTRE RUSSOS E AMERICANOS NO TEATRO DA GUERRA SOMALI-ETÍOPE.

NESTE CLIMA DE CONSTANTES CONFLITOS, A ÁFRICA DESPERTA DOLOROSAMENTE PARA A SUA AFIRMAÇÃO, VENDO AS DIFICULDADES QUE ANTIGAMENTE LHEs IMPUSERAM OS COLONIZADORES EUROPEUS, SEREM SUBSTITUÍDAS PELA RIVALIDADE ENTRE AS POTÊNCIAS NA BUSCA DA HEGEMONIA NAQUELE CONTINENTE. POR ISSO, CONTINUA PROCURANDO ATINGIR SEUS OBJETIVOS DE UNIDADE E FIXAÇÃO DE UMA NOVA ORDEM ECONÔMICA MUNDIAL.

3. AÇÃO BRASILEIRA

O BRASIL RESERVA NA PAUTA DE SUA POLÍTICA EXTERNA UMA SITUAÇÃO DE PRIORIDADE PARA A ÁFRICA. INDICANDO AS RAZÕES DESSA POLÍTICA MAIS INTENSA DE APROXIMAÇÃO COM OS PAÍSES AFRICANOS SOBRETUDO, OS DA COSTA OESTE EM RELAÇÃO AOS QUAIS O ATLÂNTICO SUL DEVE SER NÃO UM ELEMENTO DE SEPARAÇÃO MAS DE UNIÃO, O MINISTRO AZEREDO DA SILVEIRA ASSEVEROU QUE ELAS ESTÃO DE MODO PARTICULAR REPRESENTADAS PELO:

"... NOSSO SENTIMENTO DE SOLIDARIEDADE PARA COM OS POVOS QUE BUSCAM A INDEPENDÊNCIA E A A FIRMAÇÃO NACIONAL, IMPRESCINDÍVEIS AO PROGRESSO E À PAZ". (...) "O BRASIL POR SUA HISTÓRIA SE SENTE PARTICULARMENTE IDENTIFICADO COM TODOS AQUELES POVOS QUE DESEJAM GOVERNAR OS PRÓPRIOS DESTINOS, LIVRES DE INTERFERÊNCIAS EXÓGENAS, AINDA QUE BEM INTENCIONADAS" (36).

EVIDENCIAMOS ASSIM A CLAREZA DOS FUNDAMENTOS DA POSIÇÃO BRASILEIRA EM RELAÇÃO AOS PAÍSES AFRICANOS, RECONHECENDO O DIREITO INCONTESTÁVEL DE REALIZAREM SEUS PRÓPRIOS DESTINOS, SUA INDEPENDÊNCIA E SEU DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO. PELA SIMILITUDE DE CONDIÇÕES GEOGRÁFICAS E CLIMÁTICAS COM A ÁFRICA, O BRASIL PODERÁ TAMBÉM COOPERAR COM A SUA EXPERIÊNCIA EM TECNOLOGIA INTER-TROPICAL.

NO DIZER DO MINISTRO ÍTALO ZAPPA, CHEFE DO DEPARTAMENTO DA ÁFRICA, ÁSIA E OCEANIA, DO MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, EM BRASÍLIA:

"... O BRASIL NÃO PARTICULARIZA. TODAS AS NAÇÕES AFRICANAS ESTÃO IGUALMENTE CREDENCIADAS AO BENEFÍCIO UNIVERSAL DA AUTODETERMINAÇÃO. - QUER DIZER, ESSE PRINCÍPIO BÁSICO QUE, SOMADO -

(36) SILVEIRA, ANTÔNIO S. AZEREDO DA. PALESTRA PROFERIDA NA CÂMARA DOS DEPUTADOS. BRASÍLIA, 8 OUT. 1975.

AO DE NÃO INTERVENÇÃO, NORTEIA A POLÍTICA EX
TERNA BRASILEIRA, NÃO DEVE ESTAR SUJEITO A
QUALQUER APLICAÇÃO RESTRITIVA" (37).

O ESFORÇO CONJUNTO DOS MINISTÉRIOS DAS RELAÇÕES EXTERIORES E DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO, BEM COMO DOS ÓRGÃOS VINCULADOS AO COMÉRCIO EXTERIOR PERMITIRÁ A IMPLEMENTAÇÃO DE UMA GRANDE OFENSIVA DE EXPORTAÇÃO PARA A CONQUISTA DOS PAÍSES AFRICANOS SITUADOS MAIS PRÓXIMOS DOS NOSSOS CENTROS PRODUTORES.

NUMA PRIMEIRA FASE, A DIPLOMACIA BRASILEIRA PRETENDE TRANSFORMAR AS EX-COLÔNIAS PORTUGUESAS NUM NOVO MERCADO CONSUMIDOR DE PRODUTOS BRASILEIROS. EM SEGUIDA, ESTENDERÁ SUA ATUAÇÃO A OUTROS PAÍSES DA ÁFRICA CENTRAL E MERIDIONAL. A TERCEIRA ETAPA DEVERÁ COMPREENDER A INTENSIFICAÇÃO DOS NEGÓCIOS COM AS NAÇÕES QUE JÁ TÊM RELAÇÃO DE TROCA NO CONTINENTE AFRICANO.

ESSA ESTRATÉGIA ATENDE A AMPLIAÇÃO DO INTERCÂMBIO COM OS AFRICANOS NOS ÚLTIMOS TEMPOS, POR UMA SÉRIE DE MEDIDAS. A MAIS RECENTE É A EDIÇÃO DA REVISTA "AFROCHAMBER", CUJA DISTRIBUIÇÃO NO CONTINENTE AFRICANO CONTA COM A COLABORAÇÃO DA REDE DIPLOMÁTICA DO ITAMARATY. EDITADA EM TRÊS IDIOMAS - PORTUGUÊS, FRANCÊS E INGLÊS - COM 12 MIL EXEMPLARES, PROCURA COBRIR AS INFLUÊNCIAS MAIS MARCANTES NA ÁFRICA E CIRCULAR EM NADA MENOS QUE 42 PAÍSES.

SEGUNDO O BOLETIM DA APEC, A REVISTA AFROCHAMBER, EDITADA PELA CÂMARA DE COMÉRCIO AFRO-BRASILEIRA, SERVIRÁ COMO UM IMPORTANTE CANAL DE COMUNICAÇÃO EM UMA AMPLA ÁREA QUE ABRIGA UM MERCADO POTENCIAL DE 360 MILHÕES DE PESSOAS E NO QUAL O BRASIL COMEÇA A PENETRAR COM ÊXITO.

(37) ZAPPA, ÍTALO. O BRASIL E A ÁFRICA SUB-SAÁRICA. IN: SEGURANÇA & DESENVOLVIMENTO. RIO DE JANEIRO, REVISTA DA ADESG, 1975. N. 153, P.42.

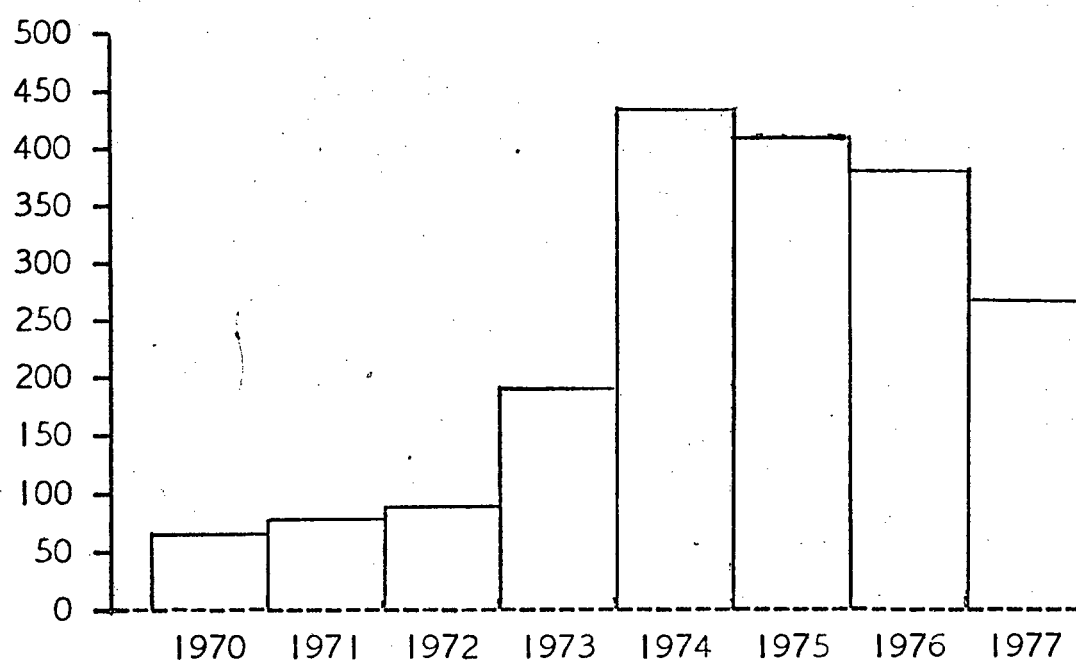
NO ÚLTIMO QUINQUÊNIO, O VOLUME GLOBAL DE NEGÓCIOS ENTRE O BRASIL E A ÁFRICA FOI DE APROXIMADAMENTE 3 BILHÕES DE DÓLARES. SOMENTE EM 1975 OS NÚMEROS ALCANÇARAM UMA CIFRA SUPERIOR A 906.685 MILHÕES DE DÓLARES. NO CÔMPUTO GLOBAL A BALANÇA COMERCIAL EM RELAÇÃO A ÁFRICA APRESENTA DÉFICIT PARA O BRASIL O QUE NOS LEVA A CRER QUE ESSA É UMA SITUAÇÃO QUE PODERÁ SER EQUILIBRADA ATRAVÉS - DE UM MELHOR PLANEJAMENTO.

NADA MENOS DE 107 EMPRESAS BRASILEIRAS POSSUEM INTERESSES DIRETOS NA ÁFRICA OU AGEM POR INTERMÉDIO DE 33 FIRMAS CONCESSIONÁRIAS. PARA SE TER UMA IDÉIA DAS POSSIBILIDADES PROMISSORAS DO MERCADO AFRICANO, BASTA EXEMPLIFICAR COM MOÇAMBIQUE QUE NO ESPAÇO DE UM ANO, MAS COM UM PAGAMENTO QUE IRÁ SE VENCENDO ATÉ 1979, O BRASIL MULTIPLICOU O VALOR DE SUAS VENDAS DE 4 PARA 40 MILHÕES DE DÓLARES. ESSA EVOLUÇÃO LEVOU O BRASIL A INCLUIR A PARTICIPAÇÃO DE 48 EMPRESAS NA FEIRA INTERNACIONAL DE MAPUTO. COMO REFLEXO DA PRESENÇA BRASILEIRA, O GOVERNO MOÇAMBICANO JÁ MANIFESTOU INTERESSE - DE QUE NOSSO PAÍS PARTICIPE DIRETAMENTE NO PROGRAMA DE EXPLORAÇÃO DE CARVÃO, TENDO EM VISTA QUE DISPÕE DE UMA DAS CINCO MAIORES RESERVAS DE CARVÃO MINERAL DE TODO O MUNDO. E, DE QUE PRETENDE PRODUZIR 2 MILHÕES DE TONELADAS ANUAIS PARA EXPORTAÇÃO.

OS PRINCIPAIS PRODUTOS EXPORTADOS FORAM: VEÍCULOS MONTADOS, IMBUÍDA, CAFÉ, FERRO-NÍOBIO, ÓLEO DE SOJA, TECIDOS DE POLIESTER, - VESTUÁRIO, REFRIGERADORES ELÉTRICOS, VÁLVULAS DE FERRO OU AÇO, AÇÚCAR CRISTAL, PINHO SERRADO, NAVIOS PESQUEIROS, FUMO EM FOLHA, APARELHOS DE AR CONDICIONADO, MÁQUINAS DE ESCRIVER E CALCULAR, PEÇAS E ACESSÓRIOS EM GERAL, MOTO-NIVELADORAS, SELECIONADORAS DE GRÃO, MÁQUINAS DE COSTURA, MÁQUINAS DE SOLDAR, ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS, CARNE BOVINA EM CONSERVA, ARADOS, TOALHAS DE BANHO E ROUPA DE CAMA E MESA, FARELO DE SOJA, MOTORES DE COMBUSTÃO INTERNA, MÁQUINAS E APARELHOS PARA ELEVAÇÃO DE CARGA, MOTO-COMPRESSORES, PRENSAS, LOUÇA SANITÁRIA E AZULEJOS DECORADOS.

AS IMPORTAÇÕES BRASILEIRAS ABRANGERAM PETRÓLEO BRUTO, ALUMÍNIO, FOSFATO, COBRE, DIAMANTES, FRUTAS SECAS, ÓLEO DE OLIVA, ESTANHO E OUTROS MINERAIS.

EXPORTAÇÕES BRASILEIRAS PARA A ÁFRICA
1970-1977 (*) EM US\$ MILHÕES



(*) 1977 : JAN./JUL.

FONTE: REVISTA APEC - ANÁLISE E PERSPECTIVA ECONÔMICA. RIO DE JANEIRO, 18 NOV. 1977. N. 488

4. BANCOS BRASILEIROS

O BANCO DO BRASIL, A PARTIR DE 1977, TORNOU-SE UM PARCEIRO A VANÇADO DO MUNDO FINANCEIRO AFRICANO AO ASSOCIAR-SE A UNIÃO DE BANCOS SUÍÇOS NA COMPRA DE 48% DAS AÇÕES DO SÓLIDO BANQUE INTERNATIONALE POUR L'AFRIQUE OCCIDENTALE. TAL FATO REPRESENTA PARTE DO ESFORÇO BRASILEIRO DE CRIAR BASES EFETIVAS DE COOPERAÇÃO FINANCEIRA E COMERCIAL COM A ÁFRICA NUMA ÁREA PROMISSORA PARA A ABSORÇÃO DE BENS E SERVIÇOS BRASILEIROS. O BIAO É UM DOS ANTIGOS E EXPERIENTES BANCOS EM OPERAÇÃO NA ÁFRICA NEGRA, COM MAIS DE 120 UNIDADES QUE SERVEM A 13 PAÍSES DA ÁFRICA OCIDENTAL, NUMA ÁREA DE MAIS DE 8 MILHÕES DE QUILOMETROS QUADRADOS E COM UMA POPULAÇÃO SUPERIOR A 150 MILHÕES DE HABITANTES. FOI CRIADO EM 1853 SOB A DENOMINAÇÃO DE BANCO CENTRAL DO SENEGAL, TENDO SIDO REESTRUTURADO EM 1958. NO ANO PASSADO, CLASSIFICOU-SE COMO O BANCO AFRICANO DE MAIOR CRESCIMENTO OPERACIONAL, EM FACE DA MODERNIZAÇÃO DE SEUS SERVIÇOS E DE UMA POLÍTICA AGRESSIVA DE EXPANSÃO.

ALIANDO-SE A ESTA INICIATIVA, O GRUPO REAL INSTALOU TAMBÉM - EM 1977 NA COSTA DO MARFIM, O BANQUE REAL DE CÔTE D'IVOIRE. JÁ EM ATIVIDADE, O NOVO ESTABELECIMENTO FILIADO AO GRUPO REAL DETÉM UM CAPITAL DE 300 MILHÕES DE FRANCOS E SUA SEDE ESTÁ LOCALIZADA EM ABDJAN. SEU OBJETIVO É TORNAR-SE UM VEÍCULO EFICAZ NO INCREMENTO DO COMÉRCIO EXTERIOR BRASILEIRO, LEVANDO EM CONTA A ESTABILIDADE POLÍTICA DA REGIÃO ONDE ATUA.

ENTENDEMOS QUE TAIS MEDIDAS LIDERADAS POR DOIS DOS MAIS PODEROSOS ESTABELECIMENTOS BANCÁRIOS DO NOSSO PAÍS, APESAR DO ESTÍMULO OFICIAL, TÊM CARACTERÍSTICAS PRIVADAS, QUANDO A AÇÃO BRASILEIRA QUE SE ENSEJA PARA A ÁFRICA DEVA TER UM CARÁTER MAIS GOVERNAMENTAL. A CRIAÇÃO DE UM BANCO AFRO-BRASILEIRO, FORMADO POR CAPITAIS PÚBLICOS E PRIVADOS DE AMBAS AS PARTES, COM QUALIFICAÇÕES DE UM BANCO DE DESENVOLVIMENTO, SERIA A RESPOSTA ADEQUADA A IMPLEMENTAR NOSSAS RELAÇÕES POLÍTICO-ECONÔMICAS JÁ DEFLAGRADAS, EM TERMOS

EMPRESARIAIS, FACE À RECESSÃO ECONÔMICA DO MERCADO COMUM EUROPEU E DOS ESTADOS UNIDOS.

5. MERCADO COMUM AFRICANO

A OFENSIVA COMERCIAL BRASILEIRA REVELA-SE OPORTUNA NO MOMENTO EM QUE 15 PAÍSES DA ÁFRICA OCIDENTAL ORIUNDOS DE TRÊS COLONIZAÇÕES DISTINTAS - FRANCESA, PORTUGUESA E INGLESA - SE UNEM PARA CONSTITUIR UM MERCADO COMUM. DA ORGANIZAÇÃO FAZEM PARTE: COSTA - DO MARFIM, ALTO VOLTA, BENIN, GÂMBIA, GANA, GUINÉ, GUINÉ-BISSAU, LIBÉRIA, MALI, MAURITÂNIA, NIGER, NIGÉRIA, SENEGAL, SERRA LEOA E TOGO.

ESTES 15 ESTADOS AFRICANOS, CUJAS ORIENTAÇÕES NEM SEMPRE FORAM IDÊNTICAS AO FIRMAREM RECENTEMENTE OS CINCO PROTOCOLOS QUE FORAM ANEXADOS AO TRATADO QUE CRIOU A CEAO PUSERAM EM MOVIMENTO O PROCESSO MAIS SIGNIFICATIVO DESTE SÉCULO PARA A ECONOMIA AFRICANA.

A IMPLANTAÇÃO DESTE MERCADO COMUM SOLUCIONA AS DIFICULDADES EXISTENTES PARA SE CHEGAR A UM DENOMINADOR COMUM TENDO EM VISTA - PROBLEMAS DE LÍNGUA, COMPLICADO MERCADO DE CÂMBIOS E MULTIPLICIDADE DE MOEDAS.

A CEAO ESTÁ DESTINADA A UM PAPEL IMPORTANTE NA ECONOMIA AFRICANA POR REPRESENTAR O IDEAL DE SEUS INTEGRANTES NA IMPLANTAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DE LIVRE MERCADO. A SEDE ESTÁ ESTABELECIDADA EM LAGOS, NA NIGÉRIA ENQUANTO SEU ORGANISMO FINANCEIRO, - FUNDO DE COOPERAÇÃO, COMPENSAÇÃO E DESENVOLVIMENTO - EM LOMÉ, CAPITAL DO TOGO.

CAPÍTULO V

ANTÁRTICA

I. HORIZONTE AUSTRAL

NO INSTANTE EM QUE O BRASIL COMEÇA A FIGURAR ENTRE AS POTÊNCIAS MUNDIAIS, DANDO SEUS PRIMEIROS PASSOS COMO NAÇÃO DE DIMENSÃO CONTINENTAL E DA MAIS AMPLA FACHADA MARÍTIMA EM TODO O ATLÂNTICO SUL, NÃO PODE ALHEIAR-SE NO CENÁRIO POLÍTICO MUNDIAL DO DESTINO A SER DADO AO "CONTINENTE BRANCO".

AS PRIMEIRAS REFERÊNCIAS A EXISTÊNCIA DE UM GRANDE CONTINENTE AUSTRAL SÃO ATRIBUÍDAS AOS GREGOS. ARISTARCO, APÓS ESTUDOS FEITOS SOBRE A OSCILAÇÃO DAS MARÉS NO OCEANO ÍNDICO CHEGOU A IDENTIFICÁ-LO. PTOLOMEU QUE CONSIDERAVA O ÍNDICO UM MAR DE TIPO MEDITERRÂNEO SITUAVA-O COMO A "TERRA INCÓGNITA", NO PÓLO SUL.

A MATÉRIA FOI RELEGADA QUASE AO ESQUECIMENTO ATÉ RESSURGE COM OS PORTUGUESES NO DECURSO DOS SÉCULOS XV E XVI, GRAÇAS AO GRÊMIO NÁUTICO DO INFANTE DOM HENRIQUE QUE PROPICIOU O DESCOBRIMENTO DA ANTÁRTICA. OS DOCUMENTOS MAIS ANTIGOS QUE ALUDEM ÀS TERRAS AUSTRALIS SÃO PORTUGUESES OU A ELES SE REFEREM. CONTEMPORÂNEO DO "INFANTE - NAVEGADOR", DIOGO GOMES REGISTRA A INTENÇÃO DO PRÍNCIPE AO ENVIAR CARAVELAS PARA PROCURAR TERRAS NAS REGIÕES AFASTADAS DO OCEANO OCIDENTAL, ALÉM DO DESCRITO POR PTOLOMEU (38).

NÃO DESCONHECIA D. HENRIQUE A OBRA DE POMPONIO DE MELA, QUE NASCIDO NO SÉCULO I NA PENÍNSULA IBÉRICA, JÁ LOCALIZAVA NO PÓLO - SUL, UM CONTINENTE QUE FORA DENOMINADO "ALTER ORBIS". CAMÕES EM DIVERSOS CANTOS DOS LUSÍADAS ATRIBUI AO GÊNIO DO RENASCIMENTO PORTUGUÊS, ÀS PROEZAS DE SEUS PATRÍCIOS NA REGIÃO ANTÁRTICA. CONTORNOS BEM PROJETIVOS DO CONTINENTE AUSTRAL CONSTAVAM DE INÚMEROS MAPAS DOS SÉCULOS XV E XVI FORMULADOS POR CARTÓGRAFOS ITALIANOS E PORTUGUESES.

(38) GOMES, DIOGO. AS RELAÇÕES DO DESCOBRIMENTO DA GUINÉ E AS ILHAS DOS AÇORES, MADEIRA E CABO VERDE. APUD CASTRO, TEREZINHA DE. ANTÁRTICA: O ASSUNTO DO MOMENTO. RIO DE JANEIRO, REVISTA DO CLUBE MILITAR, 1956. N. 146, P. 42.

O GRANDE MATEMÁTICO LUSITANO PEDRO NUNES OBSERVAVA EM SEU -
TRATADO EM DEFESA DA CARTA DE MAREAR:

"NÃO HÁ DÚVIDA DE QUE AS NAVEGAÇÕES PORTUGUE -
SAS DESTE REINO DE 100 ANOS A ESTA PARTE, SÃO
AS MAIORES, AS MAIS MARAVILHOSAS, DE MAIS AL -
TAS E MAIS DISCRETAS CONJECTURAS QUE OS DE NE
NHUMA OUTRA GENTE DO MUNDO. OS PORTUGUESES OU
SARAM COMETER O GRANDE MAR OCEANO. ENTRARAM -
POR ELE SEM NENHUM RECEIO. DESCOBRIRAM NOVAS I
LHAS, NOVAS TERRAS, NOVOS MARES E O QUE MAIS É:
NOVO CÉU E NOVAS ESTRELAS. E PERDERAM-LHE TAN -
TO O MEDO QUE NEM A GRANDE TEMPERATURA DA TOR -
RADA ZONA; NEM O DESCOMPASSADO FRIO DA EXTREMA
PARTE SUL COM QUE OS ANTIGOS NOS AMEAÇAVAM, -
LHES PODE ESTORVAR".

NA BIBLIOTECA DE ÉVORA E TAMBÉM NA DE LISBOA EXISTEM DUAS CÓ
PIAS DO MANUSCRITO ORIGINAL DE DUARTE PACHECO PEREIRA INTITULADO
" ESMERALDO DE SITU ORBIS" DATADO DE 1498 QUE AO PROCEDER A NARRA
TIVA DE SUA VIAGEM DE RECONHECIMENTO DA AMÉRICA, REVELA A CERTA -
ALTURA:

"ONDE É ACHADA E NAVEGADA UMA TÃO GRANDE TERRA
FIRME, COM MUITAS E GRANDES ILHAS ADJACENTES A
ELA, QUE SE ESTENDEM A 70º DE LADEZA DA LINHA
EQUINOCIAL CONTRA O PÓLO ÁRTICO E, POSTO QUE
SEJA ASSAZ FORA É GRANDEMENTE POVOADA E DO MES
MO CÍRCULO EQUINOCIAL, TORNA OUTRA VEZ E VAI
ALÉM EM 28,5 º DE LADEZA CONTRA O PÓLO ANTÁRTI
CO".

AMÉRICO VESPÚCIO, O VENEZIANO QUE ESTEVE A SERVIÇO DE PORTU
GAL NA EXPEDIÇÃO DE 1501, CONTA A PIETRO LOURENÇO DE MEDICI TER
ULTRAPASSADO O TRÓPICO DO CAPRICÓRNIO E DESCOBERTO O PÓLO ANTÁRTI
CO "50º MAIS ALTO QUE O HORIZONTE DAQUELES POVOS".

PARA ALBERTO LUIZ QUARANTA, AUTOR DA CÉLEBRE NARRATIVA " EL SEXTO CONTINENTE" SOBRE A VIAGEM DE FERNÃO DE MAGALHÃES EM 1520 E A PASSAGEM DO ESTREITO QUE LEVA O SEU NOME, ESSE DESCOBRIMENTO ESTÁ RELACIONADO COM,

"A INFORMAÇÃO PRESTADA POR AMÉRICO VESPÚCIO A RESPEITO DE TERRAS AVISTADAS EM 1502 NA ALTURA DOS 52º DE LATITUDE SUL, QUE SE SUPÕE ATUALMENTE SEREM AS ILHAS MALVINAS OU AS GEÓRGIAS DO SUL" (39).

ANTES DESSA PROVA EXPERIMENTAL DA REDONDEZA DA TERRA, FEITA PELO NAVEGADOR PORTUGUÊS FERNÃO DE MAGALHÃES A SALDO DA ESPANHA, D. MANUEL MANDARA FAZER UM GLOBO SÓLIDO DO MUNDO CONTENDO AS CARTAS DE MAREAR DE JORGE VASCONCELOS.

DESTA FORMA, OS DADOS GEO-HISTÓRICOS CONFIRMAM A VISÃO PLANETÁRIA DE LISBOA REVELADA PELOS NAVEGADORES PORTUGUESES. À LUZ DESTA LINHA DE RACIOCÍNIO É QUE PARA RENÉ DOLLOT SE O DESCOBRIMENTO PODE CONFERIR TÍTULOS DE SOBERANIA NA ANTÁRTICA DESDE QUE SEJA SEGUIDA DA NOTIFICAÇÃO ÀS POTÊNCIAS, O BRASIL QUALIFICADO PELO TRATADO DE 23 DE AGOSTO DE 1825 QUE RECONHECEU SUA INDEPENDÊNCIA, COMO HERDEIRO LEGÍTIMO DAS TERRAS PORTUGUESAS NA AMÉRICA, TEM DIREITOS NO CONTINENTE ANTÁRTICO IMPOSTERGÁVEIS.

A VALIDADE JURÍDICA DO DESCOBRIMENTO GANHA MAIS SUBSTÂNCIA - PARA A COMUNIDADE LUSÍADA PELO FATO DE SER ELA A TITULAR DOS DOCUMENTOS MAIS ANTIGOS PARA A REIVINDICAÇÃO DA POSSE DA ANTÁRTICA. DESTARTE, NÃO SÓ DESCOBRIU TERRAS NO CONTINENTE BRANCO COMO EFETIVOU A NOTIFICAÇÃO, REGISTRANDO-O NO ATO NOTORIAL DE VALENTIM FERNANDES EM 20 DE MAIO DE 1503, TRANSCRITO PELO TABELIÃO WIGENHOIST NA CIDADE DE LISBOA. A CÓPIA EM LATIM ENCONTRA-SE NA BIBLIOTECA -

(39) QUARANTA, ALBERTO LUIZ. EL SEXTO CONTINENTE. APUNTES PARA - EL ESTÚDIO DE LA ANTARTICA. BUENOS AIRES, EDIT. CREPILA, 1950.P.54

DE STUTTGART, ALEMANHA. NELA SE LÊ QUE O LITORAL PERCORRIDO E, POR TANTO REGISTRADO, SEGUIA O LITORAL DO BRASIL "POR QUASE 700 LÉGUAS ... E AVANÇANDO PARA O SUL CHEGOU ATÉ A ALTURA DO PÓLO ANTÁRTICO".

PARALELAMENTE, A ARGENTINA E O CHILE INTITULAM-SE HERDEIROS DOS ESPANHÓIS COM BASE NO TRATADO DE TORDESILHAS. TAL ALEGAÇÃO - VEM DE ENCONTRO AOS INTERESSES DO BRASIL, QUE FICA MAIS À VONTADE PARA INVOCAR OS SEUS TÍTULOS DE HERDEIRO NO CONTINENTE BRANCO.

2. ASPECTOS GERAIS

2.1. DENOMINAÇÃO

A EXPRESSÃO ANTÁRTICA SEGNIFICA OPOSTO AO ÁRTICO, CUJA ORIGEM É GREGA - ARKTIKOS. A MASSA CONTINENTAL QUE A COMPÕE É FORMADA - POR TERRAS EMERSAS, CAPEADAS POR UM ESPESSO MANTO DE GELO. NELA - SE LOCALIZA O PONTO GEODÉSICO CHAMADO DE PÓLO SUL. SEU TRONCO CONTINENTAL É ESTIMADO APROXIMADAMENTE EM 14 MILHÕES DE QUILOMETROS QUADRADOS, ASSOCIANDO-SE ÀS ILHAS QUE O INTEGRAM. A ALTITUDE MÉDIA VARIA DE 2.500 A 3.000 METROS, O QUE FAZ DA ANTÁRTICA O MAIS ELEVADO DOS CONTINENTES. A TEMPERATURA MÉDIA ANUAL É DE 25º ABAIXO DE ZERO NO VERÃO E DIFICILMENTE SOBE ACIMA DE ZERO. DURANTE MESES SE ESTABELECE EM 50º, DESCENDO NO INVERNO A 70º, O QUE DIFICULTA A OCUPAÇÃO PERMANENTE DESTA REGIÃO RECONHECIDAMENTE A MAIS FRIA DO PLANETA.

2.2. DIVISÕES

A ANTÁRTICA É UM CONTINENTE RODEADO PELOS OCEANOS ATLÂNTICO, PACÍFICO E ÍNDICO QUE O SEPARAM DA AMÉRICA DO SUL, ÁFRICA E OCEANIA. PROFUNDIDADES ABISSAIS SUPERIORES A 3.000 METROS A TORNAM UM CONTINENTE ILHADO. SEU AFASTAMENTO DOS CONTINENTES, ENTRETANTO É BEM MENOR NA PARTE LATINO AMERICANA, DE ONDE PARTEM UMA SÉRIE DE ILHAS E ARQUIPÉLAGOS AO ENCONTRO DA TERRA DE GRAHAM.

DISTANDO 4.000, 5.000 E 6.000 QUILOMETROS, RESPECTIVAMENTE, DA TERRA DO FOGO, TASMÂNIA E CABO DA BOA ESPERANÇA, O CONTINENTE SE INSERE QUASE TODO DENTRO DO CÍRCULO POLAR ANTÁRTICO.

MOTIVOS DE ORDEM TÉCNICA E GEOGRÁFICA TÊM REDUNDADO EM DIFERENTES DIVISÕES PARA A ANTÁRTICA. UM DELES PARTIU DE NORDENSKJOLD E BALCH DIVIDINDO-O EM ANTÁRTICA OCIDENTAL E ANTÁRTICA ORIENTAL. A DE MAIOR ACEITAÇÃO, NO ENTANTO, É A DE CLEMENT MARKHAN, POR RELACIONAR AS TERRAS ANTÁRTICAS COM OS CONTINENTES DEFRONTANTES. ESTA PROPOSIÇÃO DENOMINADA DIVISÃO EM QUADRANTES, FRACIONA EM QUATRO A ANTÁRTICA:

QUADRANTE AFRICANO - DE 0 GRAU A 90 GRAUS LESTE

QUADRANTE AUSTRALIANO - DE 90 GRAUS LESTE A 180 GRAUS

QUADRANTE DO PACÍFICO - DE 180 GRAUS A 90 GRAUS OESTE

QUADRANTE SUL AMERICANO - DE 90 GRAUS OESTE A 0 GRAU.

OUTRA CORRENTE DE GEÓGRAFOS POR RAZÕES DE ORDEM DIDÁTICA, DIVIDE A ANTÁRTICA APENAS EM TRÊS SETORES:

SETOR AMERICANO - DE 0 GRAU A 30 GRAUS OESTE

SETOR AFRICANO - DE 0 GRAU A 90 GRAUS LESTE

SETOR AUSTRALIANO - DE 90 GRAUS A 180 GRAUS.

3. ESCALONAMENTO POR ILHAS

A DOUTRINA MONROE É EXTENSIVA A QUALQUER UMA DESTAS DIVISÕES SOBRE A ANTÁRTICA AMERICANA, NÃO SENDO DE MAIS A PROCLAMAÇÃO DA TESE: "A ANTÁRTICA AMERICANA PARA OS PAÍSES AMERICANOS COM ELA DE FRONTANTES".

OUTRO NÃO É O ESPÍRITO DO TRATADO INTERAMERICANO DE ASSISTÊNCIA RECÍPROCA QUANDO FIXA EM SEU ART. IV, A ANTÁRTICA AMERICANA - NOS LIMITES COMPREENDIDOS ENTRE OS PARALELOS DE 24º A 90º OESTE. INTEGRAM-NA UMA SÉRIE DE ILHAS E TERRAS AGRUPADAS AO REDOR DO EIXO DA AMÉRICA DO SUL, ISTO É DO MERIDIANO DE GREENWICH ATÉ 90º OESTE (VIDE MAPA Nº 6 NO APÊNDICE).

NA REALIDADE A ANTÁRTICA AMERICANA CONTINENTAL SE CONSTITUI DA REGIÃO QUE MAIS SE PROJETA PARA O NORTE, CALCULANDO-SE POR ISSO QUE SEJA UM PROLONGAMENTO DA ZONA MERIDIONAL DA AMÉRICA DO SUL. A HIPÓTESE DO PROLONGAMENTO DOS ANDES ESBOÇA UM ARCO PARA OESTE - QUE AO LONGO DAS ILHAS E ARQUIPÉLAGOS ATINGE A TERRA DE GRAHAM, A LÉM DE CONSIDERAR A REGIÃO TANTO TECTÔNICA COMO PETROGRAFICAMENTE, CONTINUAÇÃO DA CADEIA ANDINA. NELA ESTÃO INCLUÍDAS A ILHA DOS ESTADOS, PERTENCENTE A ARGENTINA; O ARQUIPÉLAGO DAS MALVINAS OU FALKLANDS, SOB O DOMÍNIO INGLÊS MAS, OBJETO DE CONTESTAÇÃO ARGENTINA; A GEÓRGIA DO SUL SOB A BANDEIRA DA GRÃ-BRETANHA; O ARQUIPÉLAGO DAS SANDWICHE DO SUL TAMBÉM INCLUÍDO NOS DOMÍNIOS INGLESES ; O ARQUIPÉLAGO DAS ORCADAS DO SUL MANTIDO PELA ARGENTINA, MAS REIVINDICADO PELA INGLATERRA E , FINALMENTE O ARQUIPÉLAGO DAS SHET LANDS DO SUL, IGUALMENTE SOB A POSSE ARGENTINA, CONTESTADA PELOS INGLESES FECHANDO O ARCO SOBRE A PENÍNSULA ANTÁRTICA.

POR OUTRO LADO, ENQUANTO A ANTÁRTICA AFRICANA QUE VAI DO ME RIDIANO DE GREENWICH A 90 GRAUS LESTE, ABRANGE UM GRUPO DE ILHAS, QUE ESCALONAM A ROTA PARA O CONTINENTE AUSTRAL, A ANTÁRTICA AUSTRALIANA, DE 90 A 180 GRAUS LESTE É FORMADA POR ENORME MESETA PON

TILHADA DE PICOS VULCÂNICOS SENDO O TRECHO MAIS EXTENSO E CONHECIDO DO CONTINENTE AUSTRAL.

4. AÇÃO BRASILEIRA

APESAR DOS INTERESSES CIENTÍFICOS, ECONÔMICOS E ESTRATÉGICOS PELA ANTÁRTICA, ATÉ O SURGIMENTO DA GUERRA FRIA APÓS A 2ª GRANDE GUERRA, AQUELA REGIÃO CONTINUAVA SEM O SEU ESTATUTO POLÍTICO.

COUBE ENTÃO A URSS, PELO MEMORANDUM DE 7 DE JULHO DE 1950, - PROPOR UMA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL PARA A SOLUÇÃO DO PROBLEMA, O QUE SE EFETUOU EM WASHINGTON EM 1959, SOB O CLIMA CIENTÍFICO DO ANO GEOFÍSICO INTERNACIONAL NADA RESOLVERAM QUANTO ÀS REIVINDICAÇÕES TERRITORIAIS. O BRASIL DELA NÃO PARTICIPOU, PROVAVELMENTE LEVADO PELA SUA MODESTA PARTICIPAÇÃO NO ANO GEOFÍSICO INTERNACIONAL (1957-1958), AO QUAL ADERIU INICIALMENTE, SEM CONTUDO SEUS ESTUDOS A CARGO DO MINISTÉRIO DA MARINHA NÃO TEREM ALCANÇADO O CONTINENTE GELADO, ONDE 9 PAÍSES FIXARAM ESTAÇÕES PARA SUAS EXPEDIÇÕES CIENTÍFICAS.

DUAS RESOLUÇÕES APENAS FORAM ADOTADAS NA CONFERÊNCIA DE WASHINGTON: A COOPERAÇÃO CIENTÍFICA E A PROIBIÇÃO DO USO DA REGIÃO - PARA FINS MILITARES. QUANTO À PRIMEIRA COMPROMETERAM-SE SEUS SIGNATÁRIOS A PERMUTAR OBSERVAÇÕES E INFORMES CIENTÍFICOS ENTRE SI E COM OS ÓRGÃOS ESPECIALIZADOS DA ONU. INTERESSES POLÍTICOS, TODAVIA NÃO TÊM PERMITIDO O LIVRE TRÂNSITO DESTAS INFORMAÇÕES, DEVIDO À CONTROVÉRSIA NO CAMPO DAS RIQUEZAS MINERAIS. NO QUE TANGE ÀS EXPLOSÕES NUCLEARES ELAS FORAM PROIBIDAS, PELO TRATADO DE 1959, DEVIDO À INSISTÊNCIA DA ARGENTINA E DO CHILE, DEFENDENDO OS SEUS INTERESSES COMO PAÍSES MAIS APROXIMADOS DO CONTINENTE AUSTRAL.

RELEVA NOTAR, QUE NÃO SÓ ESTES PAÍSES, MAS O BRASIL E TAM -
BÉM OUTROS PAÍSES LATINO AMERICANOS SOFREM IGUALMENTE A AÇÃO DI -
RETA DA MASSA POLAR ANTÁRTICA. DAÍ, A IMPORTÂNCIA METEOROLÓGICA -
DESTA ÁREA DE ONDE ESTAÇÕES PODEM PERMITIR UMA PREVISÃO MAIS SEGU -
RA DAS CONDIÇÕES ATMOSFÉRICAS NA AMÉRICA DO SUL.

CONFORME EVIDENCIAMOS, "O CONTINENTE BRANCO É ESCALONADO POR
ILHAS E ATRAVÉS DAS MESMAS PELA DORSAL ATLÂNTICA PODE, DA ANTÁRTI -
CA, SER O BRASIL ESCALONADO. O CRITÉRIO DA DEFRONTAÇÃO JÁ ADOTADO
NO PÓLO NORTE, SE APRESENTA COMO UMA SOLUÇÃO PACÍFICA E RACIONAL,
EM COINCIDÊNCIA COM OS INTERESSES DO BRASIL NA ANTÁRTICA" (40).

OS DIREITOS EMBASADOS NOS DESCOBRIMENTOS POR FRANCESES, RUS -
SOS, NORTE-AMERICANOS, ARGENTINOS E INGLESES, SÃO COMO JÁ DEMONS -
TRAMOS, POSTERIORES AOS DOS PORTUGUESES. RESSALTE-SE AQUI A SOLU -
ÇÃO DADA AO BRASIL NA QUESTÃO TIDA COM A INGLATERRA SOBRE A ILHA
DE TRINDADE, REAVIDA PELO DESCORTÍNIO DO CONSELHEIRO LAMPRÉIA, EM -
NENTE DIPLOMATA PORTUGUÊS, IN TOTUM FAVORÁVEL AO BRASIL, A SEN -
TENÇA PORTUGUESA DIZIA TEXTUALMENTE:

"QUANDO PELO TRATADO DO RIO DE JANEIRO DE 1825
CONFIRMOU PORTUGAL A INDEPENDÊNCIA DE SUA ANTÍ -
GA COLÔNIA, SE TRANSFERIU A ILHA DE TRINDADE ,
COMO AS DO GRUPO A QUE PERTENCE, PARA A POSSE
FORMAL DO NOVO IMPÉRIO".

AO NOS CONCEDER A INDEPENDÊNCIA, PORTUGAL CONFIRMAVA A POSSE DO
BRASIL SOBRE TODAS AS SUAS TERRAS AMERICANAS, REGISTRADAS EM CAR -
TÓRIO. AINDA PELO REFERIDO TRATADO, APESAR DE NÃO MENCIONAR ESSA
TRANSFERÊNCIA, TIVERA PELO SEU ART. 3º A PRECAUÇÃO DE RESGUARDAR
PARA SUA POSSE OS DEMAIS TERRITÓRIOS COLONIAIS, FORA DO CONTINEN -
TE AMERICANO.

(40) CASTRO, TEREZINHA DE. "É TEMPO DE ACHARMOS A ANTÁRTICA". JOR -
NAL O GLOBO. RIO DE JANEIRO, 22 MAR. 1971.

EMBORA NA ANTÁRTICA PARA O DIPLOMATA BRASILEIRO JOÃO FRANK -
DA COSTA A SITUAÇÃO SEJA MAIS

"COMPLEXA EM VIRTUDE DOS SISTEMAS INVOCADOS, O
DA PROXIMIDADE E DA DESCOBERTA EM GRANDE PARTE
INCOMPATÍVEIS, SE TORNA CADA VEZ MAIS UR-
GENTE A REPARTIÇÃO DAS REGIÕES POLARES, SEJA,
POR MEIO DA CONVENÇÃO GERAL, TRATADOS BILATE-
RAIS, ARBITRAMENTO OU SENTENÇA JUDICIÁRIA" (41).

SUA MANIFESTAÇÃO É FAVORÁVEL À TESE DA DEFRONTAÇÃO, POR ENTENDER
QUE OS SETORES PODERIAM FORNECER UMA BASE, PELO MENOS PROVISÓRIA,
PARA ESSE FIM. SE BEM QUE NÃO FOI PROVISÓRIA, MAS DEFINITIVA, A
PARTILHA DO PÓLO NORTE, LASTREADA NO PRINCÍPIO DA DEFRONTAÇÃO OU
DOS SETORES POLARES, IDEALIZADA EM 1907 PELO SENADOR CANADENSE -
PASCAL POIRIER.

QUANDO EM 1959 O BRASIL PLEITEOU JUNTO AO DEPARTAMENTO DE ES
TADO NORTE AMERICANO SUA ADMISSÃO À CONFERÊNCIA DE WASHINGTON PA
RA DEBATER O PROBLEMA DA ANTÁRTICA FOI CIENTIFICADO DE QUE SÓ SE
RIAM CREDENCIADOS OS PARTICIPANTES DO ANO GEOFÍSICO INTERNACIONAL
EM PESQUISAS NAQUELA REGIÃO.

DESTA FORMA, FORAM ALIJADOS 25 PAÍSES E ENTRE ELES O BRASIL,
DESSE TRATADO DE CARÁTER POLÍTICO, MILITAR E CIENTÍFICO, ELABORA-
DO E ASSINADO POR APENAS 12 DOS 37 PARTICIPANTES DO ANO GEOFÍSICO
INTERNACIONAL.

NOSSA CONTRIBUIÇÃO CIENTÍFICA NESSE CERTAME EFETIVOU-SE ATRA
VÉS DA TRANSFORMAÇÃO DO "ALMIRANTE SALDANHA" EM NAVIO HIDROGRÁFI-
CO, COLETANDO PRECIOSAS INFORMAÇÕES AO LONGO DE 9.000 QUILOMETROS
NO ATLÂNTICO SUL, EQUIPANDO A ILHA DE TRINDADE COM UM POSTO OCEA-

(41) COSTA, JOÃO FRANK. TEORIA DOS SETORES POLARES. IN: BOLETIM
DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO INTERNACIONAL. RIO DE
JANEIRO. v.13-14.

NOGRÁFICO; ESTUDANDO OS FENÔMENOS DAS MARÉS, DO ENCONTRO DAS CAMADAS DE ÁGUA FRIA DO SUL COM AS DE ÁGUA TÉPIDA; AS CINCO CORRENTES SUPERPOSTAS QUE ORIUNDAS DO POLO SUL SE DIRIGEM AO NORTE BRASILEIRO E A PRESSÃO, TEMPERATURA E SALINIDADE DAS ÁGUAS, EM BENEFÍCIO DA PESCA. IMPLICAÇÕES À ÉPOCA DE CARÁTER POLÍTICO, ECONÔMICO E MILITAR NÃO NOS PERMITIRAM PESQUISAR NA ANTÁRTICA.

A EXCLUSÃO BRASILEIRA JÁ FORA OBJETO DE NOTA DIRIGIDA A WASHINGTON, EM 30 DE JULHO DE 1958, PROTESTANDO CONTRA O CRITÉRIO DE SELEÇÃO DOS PAÍSES QUE TOMARIAM PARTE NA CONFERÊNCIA DA ANTÁRTICA. NELA, RECLAMOU O DIREITO DE OPINAR SOBRE A ANTÁRTICA POR POSSUIR A MAIS EXTENSA COSTA DO ATLÂNTICO SUL, QUASE TODA DEBASSADA PELA ANTÁRTICA, O QUE EM TERMOS DE SEGURANÇA NACIONAL JUSTIFICARIA INTERESSES DIRETOS E SUBSTANCIAIS NA REGIÃO; EXPRESSOU SUA DESOBRIGAÇÃO DE QUALQUER DELIBERAÇÃO TOMADA SOBRE A ANTÁRTICA A SUA REVELIA E, ASSINALOU AINDA A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA DA ANTÁRTICA PARA A DEFESA CONTINENTAL, O QUE DETERMINAVA A INCLUSÃO DO SETOR AMERICANO DO TERRITÓRIO ANTÁRTICO NA ZONA DESCRITA PELO ART. 4º DO TRATADO INTERAMERICANO DE ASSISTÊNCIA RECÍPROCA, PELO QUE NÃO SE PODERIA EXCLUIR DA CONFERÊNCIA UM PAÍS DA IMPORTÂNCIA DO BRASIL E, OFICIALIZOU SUA POSIÇÃO AO DECLARAR TEXTUALMENTE QUE SE RESERVAVA O DIREITO DE LIVRE ACESSO À ANTÁRTICA, ASSIM COMO O DE APRESENTAR AS REIVINDICAÇÕES QUE PUDESSE VIR A JULGAR NECESSÁRIAS.

POLITICAMENTE A ANTÁRTICA NÃO FOI DIVIDIDA, MAS SE CONSTITUI NUMA ESPÉCIE DE PROPRIEDADE DAS 12 NAÇÕES ELABORADORAS E DAS DE MAIS QUE SUCESSIVAMENTE SE VÊM TORNANDO SIGNATÁRIAS DO TRATADO DE 1959. O ALUDIDO TRATADO PROTEGE OS SIGNATÁRIOS (OS 12 INICIAIS) QUE HAVIAM FEITO OFICIALMENTE ANEXAÇÕES DE TRECHOS NO CONTINENTE BRANCO. NÃO REPRESENTA TAMBÉM PELO TEOR DE SEU ART. IV -I-A " RENÚNCIA POR QUALQUER DAS PARTES CONTRATANTES DE DIREITOS PREVIAMENTE INDICADOS OU PRETENSÕES DE SOBERANIA TERRITORIAL NA ANTÁRTICA".

SEUS SIGNATÁRIOS, TODAVIA, ESTÃO IMPEDIDOS DE FAZEREM NOVAS REIVINDICAÇÕES, DE ACORDO COM O PARÁGRAFO 2 DO CITADO ART. 4º, DO MESMO TRATADO, PELO PRAZO DE 30 ANOS. FEZ BEM O BRASIL, EM 1975, ADERIR AO TRATADO TENDO EM VISTA O QUE REZA O ART. XII-1-A QUE EXPRESSA TAXATIVAMENTE QUE "O PRESENTE TRATADO PODERÁ SER MODIFICADO OU EMENDADO EM QUALQUER TEMPO POR ACORDO UNÂNIME DAS PARTES CONTRATANTES".

OUTRO ASPECTO RELEVANTE É O PARÁGRAFO 2 DO ART. XI, QUANDO DIZ QUE "EM QUALQUER DISSÍDIO NÃO RESOLVIDO ENTRE AS PARTES CONTRATANTES, O MESMO SERÁ LEVADO À CORTE INTERNACIONAL DE JUSTIÇA, PORÉM SE NÃO SE CONSEGUIR ACORDO A RESPEITO, AS PARTES EM LITÍGIO NÃO SE EXIMIRÃO DE RESPONSABILIDADE DE CONTINUAR A PROCURAR RESOLVÊ-LO POR QUALQUER DOS VÁRIOS MEIOS PACÍFICOS REFERIDOS NO PARÁGRAFO 1, DESTE ARTIGO".

DO PONTO DE VISTA JURÍDICO, O BRASIL AO ASSINAR O TRATADO, EMBORA SOFRENDO UMA SÉRIE DE CONDICIONAMENTOS LEGAIS, ENCONTRA-SE HOJE NUMA POSIÇÃO DE MAIOR OPORTUNA INFLUÊNCIA NO CURSO DOS ACONTECIMENTOS INTERNACIONAIS, PODENDO FAZER PREVALECER A PARTE QUE LHE CABE PELO DIREITO DE DEFRONTAÇÃO NO SETOR DELIMITADO PELOS MERIDIANOS DE MARTIM VAZ E ARROIO CHUI (28º E 53º LESTE E 53º E 22º LESTE) CUJA SUSTENTAÇÃO SE RESPALDA AINDA EM FATORES DE ORDEM HISTÓRICA, GEO-ECONÔMICA E CLIMÁTICA.

ENQUANTO AS NAÇÕES TIDAS COMO CIVILIZADAS ALARDEIAM INTERESSES CIENTÍFICOS NA ANTÁRTICA, O PROBLEMA DA SOBERANIA MAIS SE AGRAVA PELA ANEXAÇÃO DE VÁRIOS PONTOS DE SEU TERRITÓRIO POR MAIS DE UMA NAÇÃO AO MESMO TEMPO. ISSO DECORRE DA TENDÊNCIA ATUAL DAS GRANDES NAÇÕES DE CRIAREM GLACIS (TERMO CRIADO PELO ESPANHOL J. VICENA VIVES PARA SIGNIFICAR PONTOS DE APOIO DE DEFESA) DEFENSIVOS OU DE SEGURANÇA, JÁ QUE SE ENFRENTAM EM ZONAS DE CHOQUE QUE SE SUCEDEM DE LESTE PARA OESTE E DE NORTE PARA O SUL, COM MAIOR OU MENOR INTENSIDADE.

SEGUNDO TEREZINHA DE CASTRO:

"A ANTÁRTICA ESTÁ FADADA A SE CONSTITUIR EM PEDRA ANGULAR DE NOSSO DESTINO, GRAÇAS A SUA IMPORTÂNCIA COMO BASE DE ALERTA, INTERCEPÇÃO E PARTIDA EM QUALQUER EMERGÊNCIA QUE VENHA A AFETAR A DEFESA DO ATLÂNTICO SUL"(...) "DAÍ A IMPORTÂNCIA PARA AS POTÊNCIAS DO DOMÍNIO SOBRE COSTAS SITUADAS DEFRONTE A SUA PRÓPRIA ESFERA DE DOMÍNIO"(42).

PORÉM, ESTARÍAMOS FUGINDO A NOSSA ÍNDOLE SOLIDÁRIA E PACIFISTA, BEM COMO BURLANDO TODA A NOSSA TRADICIONAL POLÍTICA EXTERNA SE ESCOLHÊSSEMOS E OCUPÁSSEMOS UM TRECHO QUALQUER DA ANTÁRTICA, SEGUIDO DA EDIÇÃO DE UM DECRETO DE ANEXAÇÃO.

POR ISSO, PARTICIPAMOS DO PRECONIZADO POR GILBERT GIDEL, QUANDO DIZ AO TRATAR SOBRE A DELIMITAÇÃO DAS TERRAS ANTÁRTICAS:

"HÁ UM EVIDENTE INTERESSE EM LHE DAR ESSE ESTATUTO. TODO O ESPAÇO EM QUE SE EXERÇAM ATIVIDADES HUMANAS DEVERÁ SUBMETER-SE A UM REGIME JURÍDICO. DO CONTRÁRIO, NELE REINARÁ, CEDO OU TARDE A ANARQUIA" (...) "A BASE NORMAL DO REGIME JURÍDICO NUM DETERMINADO LUGAR É A SOBERANIA TERRITORIAL, GERADORA PARA A SUA AUTORIDADE TITULAR DE DIREITOS E DEVERES COM RELAÇÃO ÀS PESSOAS QUE SE ENCONTRAM EM SEU TERRITÓRIO OU COM ELE SE RELACIONAM" (43).

A SUPERAÇÃO DOS INTERESSES CONFLITANTES ESTÁ CONDICIONADA AO ESTABELECIMENTO DEFINITIVO E URGENTE DE UM ESTATUTO JURÍDICO PARA A ANTÁRTICA, ONDE A SOLUÇÃO JUSTA E EFICAZ ESTÁ NO PRINCÍPIO DA DEFRONTAÇÃO(VIDE MAPA Nº 7 NO APÊNDICE).

(42) CASTRO, TEREZINHA DE. "ASSUNTO QUE RENASCE". IN: CULTURA MILITAR. RIO DE JANEIRO. ANO XXII. N.218, P.43.

(43) GIDEL, GILBERT. ASPECTOS JURIDICOS DE LA LUCHA POR LA ANTARTICA. VALLADOLID, IMPRENTA Y LIBRERIE CASA MARTIN, 1951. P.58.

CAPÍTULO VI

BRASIL: EXERCÍCIO PARA POTÊNCIA

BRASIL: EXERCÍCIO PARA POTÊNCIA

"NENHUM PAÍS PODE FUGIR A SEU DESTINO E, FELIZMENTE OU INFELIZMENTE O BRASIL ESTÁ CONDENADO À GRANDEZA. SOLUÇÕES PEQUENAS, MEDÍOCRES, NÃO SÃO NEM APROPRIADAS NEM INTERESSANTES - PARA O BRASIL. NÓS TEMOS QUE PENSAR GRANDE E PLANEJAR EM GRANDE ESCALA. NUMA PALAVRA: O OBJETIVO PRIMORDIAL DA POLÍTICA EXTERNA DO BRASIL É A NEUTRALIZAÇÃO DE TODOS OS FATORES - EXTERNOS QUE POSSAM LIMITAR, SUA FORÇA NACIONAL. ESTA POLÍTICA NÃO PODERIA SER NEM MAIS AUTÊNTICA NEM MAIS BRASILEIRA. O NACIONALISMO NÃO É PARA NÓS, UMA ATITUDE DE ISOLAMENTO, DE PREVENÇÃO OU DE HOSTILIDADE. É, AO CONTRÁRIO, UM VIGOROSO IMPULSO PARA A PARTICIPAÇÃO INTERNACIONAL".

(J.A. DE ARAUJO CASTRO - EMBAIXADOR)

A REALIDADE INTERNACIONAL É COMPLEXA. ABRANGE NÃO SÓ ASPECTO CONFLITUOSO, MAS DIVERSOS TIPOS DE RELACIONAMENTO CONVERGENTES E COINCIDENTES DE ACORDO COM VÁRIOS INTERESSES DOS ESTADOS.

NO EXAME DE UMA PROBLEMÁTICA DE TAL ORDEM, DEVE-SE LEVAR EM CONTA, TAMBÉM, OS CONFLITOS LATENTES, POSTO QUE EXTRAPOLAM A DIMENSÃO ESTRATÉGICO-MILITAR PARA SE SITUAREM NA ESFERA POLÍTICO-ECONÔMICA.

AS RELAÇÕES DE PODER, NA ÉPOCA CONTEMPORÂNEA, CARACTERIZAM-SE PELAS RELAÇÕES DE DISSUAÇÃO OU DE DOMINAÇÃO. ENQUANTO AS PRI -

MEIRAS SÃO UNILATERAIS OU MÚTUAS, AS OUTRAS SE TIPIFICAM PELA HEGEMONIA OU PELO NEO-COLONIALISMO. ELAS SÃO PREDOMINANTES NA ORDEM INTERNACIONAL E NEM SEMPRE DEGENERAM EM CONFLITOS ARMADOS. ENTRE A CONFRONTAÇÃO E A COOPERAÇÃO, DELIMITAM-SE AS OPÇÕES QUE SE A-BREM À ATUAÇÃO DOS ESTADOS. OS ESTADOS NA GARANTIA DE SUA SEGURANÇA EXTERNA RECORREM A VÁRIOS MEIOS, DENTRE ELES O EQUILÍBRIO DE PODER.

A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA BRASILEIRA DEFINE-O COMO:

"RESULTADO DE UM SISTEMA DE ALIANÇAS, OBJETIVANDO A UM EQUILÍBRIO DE FORÇAS EM FACE DE OUTRO PODER (NAÇÃO OU GRUPO DE NAÇÕES) CUJA PREDOMINÂNCIA CONSTITUI UMA AMEAÇA".

EMBORA PAREÇA SIMPLES TAL DEFINIÇÃO, PRATICAMENTE É DIFÍCIL FAZÊ-LA FUNCIONAR. NA TEORIA AS GUERRAS SERIAM ELIMINADAS SE AL - CANÇADO UM EQUILÍBRIO PERFEITO, POSTO QUE UM ESTADO SÓ DESENCA - DEIA AGRESSÕES, CERTO DA VITÓRIA. NA BUSCA DO EQUILÍBRIO UM DOS MÉTODOS MAIS UTILIZADOS CONSISTE NA FORMULAÇÃO DE ALIANÇAS DEFEN - SIVAS OU OFENSIVAS. O SISTEMA DE ALIANÇAS CONDUZ À CONSTITUIÇÃO - DE BLOCOS, CARACTERIZADOS MAIS PELA RIGIDEZ DO QUE PELA FLEXIBILIDADE.

A TRANSFORMAÇÃO DO MUNDO NO SENTIDO DA MULTIPOLARIDADE ECONÔMICA E POLÍTICA É CONSTATÁVEL. ENQUANTO ISSO, É SIMULTANEAMENTE - CONSERVADA A BIPOLARIDADE MILITAR. COM A MAIOR INTERNACIONALIZA - ÇÃO DOS PROCESSOS ECONÔMICOS, POLÍTICOS E CULTURAIS, HÁ INEQUIVO - CAMENTE UMA MAIOR INFLUÊNCIA DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS NOS IN - TERNOS, PENETRANDO INTENSAMENTE NAS FORMAÇÕES SOCIAIS NACIONAIS. POR OUTRO LADO, A IMPORTÂNCIA ATRIBUÍDA INTERNACIONALMENTE AOS - ASSUNTOS NACIONAIS FOI AMPLIADA, DE TAL MODO QUE UM PROBLEMA LOCAL ÀS VEZES PASSA A SER MUNDIAL. NÃO HÁ MAIS O ISOLACIONISMO - NACIONAL DO PASSADO E A INTERDEPENDÊNCIA PASSOU A SER UM PROCES - SO UNIVERSAL DAS NAÇÕES. O INTERCÂMBIO SE PROCESSA EM TÔDAS AS - DIREÇÕES.

NO "APPROACH" DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS GENERALIZAM-SE AS ATENÇÕES NA DEFESA MILITAR E NO EQUILÍBRIO DE FORÇAS. NUM PLANETA EM ACELERADA CONTRAÇÃO, ONDE O PODER DESTRUTIVO ESTÁ CRESCENDO DE MODO CADA VEZ MAIS AMEAÇADOR, NÃO SURPREENDE A PRIORIDADE QUE SE LHEM EMPRESTA.

APÓS DUAS GUERRAS MUNDIAIS E A SUCESSÃO DE LUTAS ENTRE NAÇÕES E IMPÉRIOS EM PLENO SÉCULO XX, NÃO ESPANTA QUE AS GERAÇÕES CONDICIONADAS POR TAL COMPORTAMENTO, ESTEJAM PROPENSAS A CONSIDERAR A DEFESA MILITAR E O EQUILÍBRIO DE FORÇAS COMO FATORES DECISIVOS A DETERMINAR O DESTINO PLANETÁRIO. O PODERIO MILITAR E A GUERRA TÊM DESEMPENHADO UM PAPEL SIGNIFICATIVO NO CURSO DADO À HISTÓRIA E O EQUILÍBRIO DE FORÇAS SE TRANSFORMOU NUMA FÓRMULA DE PRESERVAÇÃO - DA PAZ. OS EEUU E URSS VIVERAM DURANTE OS ANOS DA CHAMADA - "GUERRA FRIA", UM RELATIVO EQUILÍBRIO DE FORÇAS. O ENGAJAMENTO, A POSTERIORI, DE OUTRAS POTÊNCIAS DE SIGNIFICADO REAL OU POTENCIAL PARA UMA OU OUTRA DAS DUAS SUPERPOTÊNCIAS, CRIOU UM EQUILÍBRIO - QUE PODERIA DESCREVER-SE COMO INSTÁVEL. AS DEMAIS NAÇÕES DO 3º MUNDO TAMBÉM SE INCLINARAM PARA UM OU OUTRO BLOCO. ESSAS INCLINAÇÕES DE UM PÓLO PARA OUTRO ACARRETARAM UMA PERTURBAÇÃO NO EQUILÍBRIO MUNDIAL DE FORÇAS E JUSTIFICARAM ENVOLVIMENTOS MILITARES DE GRANDE PORTE, MESMO EM ÁREAS REMOTAS COMO NO SUDESTE ASIÁTICO.

A CISÃO ENTRE A CHINA E A URSS HÁ MAIS DE UMA DÉCADA, DESFEZ ESTA PERCEPÇÃO DO MODELO UNIDIMENSIONAL DAS GRANDES POTÊNCIAS. O CONCEITO DE EQUILÍBRIO DE FORÇAS EVOLUIU ENTÃO PARA O TRIANGULAR E, POSTERIORMENTE, PARA O PENTAGONAL, ESTE COMO EVIDÊNCIA DA NOVA DINÂMICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. EMBORA NÃO REPRESENTASSEM A MODIFICAÇÃO DO "STATUS QUO" DO PÓS-GUERRA, PROPORCIONARAM UM A BRANDAMENTO DAS TENSÕES ENTRE O LESTE E OESTE. O SUBSTRATO DESSA NOVA SITUAÇÃO GEROU UMA MAIOR INDEPENDÊNCIA DAS UNIDADES NACIONAIS, MESMO PERIFÉRICAS, ESCAPANDO AO DOMÍNIO POLÍTICO DAS SUPERPOTÊNCIAS E AO EIXO LESTE-OESTE.

RAYMOND ARON CHAMOU A ISSO DE " A RELATIVA AUTONOMIA DOS SUB SISTEMAS" (44).

ESTADOS, QUER PEQUENOS, MÉDIOS OU EMERGENTES, PASSARAM A DIS POR DA POSSIBILIDADE, DITADA PELAS CIRCUNSTÂNCIAS DE SE ENGAJAREM EM CONFLITOS MILITARES DE LIMITADA DURAÇÃO, NATUREZA CONVENCIONAL OU DE ÂMBITO REGIONALIZADO, TENDO POR ESCOPO A SOLUÇÃO DE PROBLEMAS POLÍTICOS, ECONÔMICOS OU TERRITORIAIS. UM ESTADO MAIS FORTE, A GINDO AUTONOMAMENTE PODE SE IMPOR NUMA DETERMINADA ÁREA, SEM QUE OS CENTROS GLOBAIS DE PODER, TENHAM CONDIÇÕES IMEDIATAS DE INTERFERIR NO CURSO DOS ACONTECIMENTOS. AGINDO MAIS RAPIDAMENTE, NUM CERTO ESPAÇO DE TEMPO, AMPLIA SUA POSIÇÃO ESTRATÉGICA NO TERRITÓRIO ADVERSÁRIO, ENQUANTO SE PROCESSAM AS NEGOCIAÇÕES E OS ACORDOS INTERNACIONAIS. SE ESSE ESFORÇO NÃO LEVAR AO DESEQUILÍBRIO IMEDIA TO, ADVÉM O RISCO DE UMA GUERRA MAIS DEMORADA EM DECORRÊNCIA DAS DUAS SUPERPOTÊNCIAS NÃO TEREM INTERESSE NO APROFUNDAMENTO DA CRISE, PELO MÚTUO RECEIO DAS CONSEQUÊNCIAS, LEVÁ-LAS A UM CONFRONTO DIRETO. O FENÔMENO NÃO É NOVO, PELO MENOS PARA ISRAEL EM 1967 E POSTERIORMENTE, EM 1973 E 1978, QUANDO SE VALEU DESTA TÁTICA.

OUTRO FATO QUE MERECE SER ABORDADO PELA SUA IMPORTÂNCIA, É DE QUE AS DECISÕES DOS ÁRBITROS MUNDIAIS NÃO OBEDECEM AO ESPÍRITO DE SEUS TRATADOS OU ALIANÇAS. SÃO DITADAS POR CONVENIÊNCIAS E PELAS OPORTUNIDADES QUE SE ABREM A SEUS PRÓPRIOS INTERESSES, CHEGANDO A POR EM RISCO A SEGURANÇA DE SEUS ALIADOS E NAÇÕES. A DOCTRINA AME RICANA DE ANDREW YOUNG DE QUE "QUANTO MAIS CEDA A LUTA PARAR E O COMÉRCIO RECOMEÇAR, MAIS RÁPIDO GANHAREMOS" É ILUSTRADA PELO FATO DA COOPERAÇÃO ECONÔMICA AMERICANA COM O NOVO REGIME DE ANGOLA, TER PERMITIDO O ESMAGAMENTO DA UNITA, FACÇÃO PRÓ-OCIDENTAL, DE RESIS TÊN CIA AO REGIME ESQUERDISTA DO MPLA DE AGOSTINHO NETO. ISTO SE TORNOU POSSÍVEL GRAÇAS À DEVOLUÇÃO PELA GULF OIL DE 100 MILHÕES -

(44) ARON, RAYMOND. OS ESTADOS UNIDOS NO MUNDO DO PÓS-GUERRA. RIO DE JANEIRO, ZAHAR EDITORES, 1975. P.33.

DE DÓLARES DE "ROYALTIES" DA PRODUÇÃO DE ÓLEO EM CABINDA, FINANCIANDO A CUSTOSA MANUTENÇÃO DAS TROPAS CUBANAS (45).

A OCORRÊNCIA DE EPISÓDIOS DESTA NATUREZA, LEVOU O PRESIDENTE MOBUTU, DO ZAIRE A FORMULAR ESTA INDAGAÇÃO: "SE, COMO AFIRMA YOUNG, OS ESTADOS UNIDOS PODEM COMERCIALIZAR COM A ANGOLA PRÓ-SOVIÉTICA, POR QUE NÃO COM UMA ÁFRICA PRÓ-SOVIÉTICA? SERIA ESTA A POSIÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO CARTER?" E, ELE MESMO RESPONDE: "SE ASSIM FOR, DEVERAM NOS COMUNICAR, POIS NÓS MESMOS ESTARIAMOS EM MELHOR POSIÇÃO DE ARRANJAR NOSSA RENDIÇÃO HOJE, EM MELHORES TERMOS DO QUE AMANHÃ".

DEPREENDE-SE QUE UM ESTADO NO LIMITE DA LIBERDADE DOS SUBSISTEMAS, NÃO DEVE DESCURAR DO FORTALECIMENTO DE SEU PODER MILITAR, UMA VEZ QUE A PROTEÇÃO OFERECIDA PELA SUPERPOTÊNCIA ALIADA, NEM SEMPRE É REAL OU MERECE CREDIBILIDADE SEU POSICIONAMENTO; QUE É PRECISO MANTER O EQUILÍBRIO DE PODER EM BENEFÍCIO DA PAZ REGIONAL E, QUE OS ESTADOS MAIS VULNERÁVEIS E MENORES ACERTARÃO MAIS CELEBRANDO ALIANÇAS COM VIZINHOS MAIS FORTES, DO QUE ACREDITANDO OU CONFIANDO NAS GRANDES POTÊNCIAS. SUA AUTONOMIA PODERÁ SER TANTO MAIS AMPLA, QUANTO MAIOR O SEU PODER NACIONAL. ISTO, SE ESTIVER PREPARADO PARA ENFRENTAR UMA ESCALADA PONDERÁVEL NO NÍVEL DE TENSÃO DAS RELAÇÕES ENTRE OS DOIS CENTROS DE PODER.

GRANDES POTÊNCIAS, ÁREAS PERIFÉRICAS, ZONAS DE EQUILÍBRIO E BLOCOS DE PODER INTERRELACIONAM-SE NA PAUTA DOS ACONTECIMENTOS MUNDIAIS. O EQUILÍBRIO DE PODER E OS BLOCOS REGIONAIS NÃO SÃO UMA PANACÉIA INTERNACIONAL. PODEM SER ÚTEIS PARA PRODUIR A PAZ E A PROSPERIDADE ENTRE AS NAÇÕES ENVOLVIDAS. E, ATÉ MESMO, PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA PROFICIÊNCIA ALMEJADA NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.

(45) RUSTIN, BAYARD AND GERSHMAN, CARL. AFRICA, SOVIET IMPERIALISM & THE RETREAT OF AMERICAN POWER. IN: COMMENTARY. OCT. 1977, N.4, V.64, P.33-43.

O DOCUMENTO "METAS E BASES PARA A AÇÃO DE GOVERNO", NO BRA
SIL, DEFINIDO PELO CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, ESTABELECEU ES
TE OBJETIVO SÍNTESE:

"INGRESSO DO BRASIL NO MUNDO DESENVOLVIDO ATÉ
O FINAL DO SÉCULO. CONSTRUIR-SE-Á NO PAÍS UMA
SOCIEDADE EFETIVAMENTE DESENVOLVIDA, DEMOCRÁTI
CA E SOBERANA, ASSEGURANDO-SE ASSIM, A VIABILI
DADE ECONÔMICA, SOCIAL E POLÍTICA DO BRASIL, CO
MO GRANDE POTÊNCIA".

ORA, O MODO ATRAVÉS DO QUAL SE VIABILIZA UMA GRANDE POTÊNCIA
É DADO PELA POSSIBILIDADE DE IMPRIMIR À ATIVIDADE ESTATAL UMA DI
REÇÃO AUTÔNOMA, QUE INFLUA E REPERCUTA SOBRE OS OUTROS ESTADOS. A
PAR DISSO, DEVE TORNAR-SE CABEÇA E GUIA DE ALIANÇAS E PACTOS FOR
MADORES DE UM BLOCO DE PODER.

AS VIAS ESPECÍFICAS PELAS QUAIS UM PAÍS PASSA A SER UMA GRAN
DE POTÊNCIA SÃO PARA GRAMSCI, AS QUE SE SEGUEM:

- A) CRIAR EM SEU SEIO AS CONDIÇÕES NECESSÁRIAS PARA CHEGAR A
SER UMA GRANDE POTÊNCIA;
- B) TER A CAPACIDADE DE EXPRESSAR POLITICAMENTE O COMPORTAMENU
TO DE GRANDE POTÊNCIA QUE ESSAS CONDIÇÕES PERMITAM (46).

O MESMO AUTOR ACRESCENTA:

- 1) POPULAÇÃO E EXTENSÃO TERRITORIAL SUFICIENTES, CONSIDERADA
CONCRETAMENTE SUA POSIÇÃO GEO-POLÍTICA;
- 2) FORÇA ECONÔMICA, DESTACANDO-SE ESPECIALMENTE O NÍVEL DE +
DESENVOLVIMENTO DAS FORÇAS PRODUTIVAS E, EM PARTICULAR, -
SUA CAPACIDADE INDUSTRIAL, AGRÍCOLA E FINANCEIRA;
- 3) PODERIO MILITAR, QUE, EM CERTO SENTIDO, ABRANGE POPULAÇÃO,
EXTENSÃO TERRITORIAL, FORÇA ECONÔMICA E POSIÇÃO GEO-POLÍ-
TICA;

(46) GRAMSCI, ANTÔNIO MAQUIAVEL. A POLÍTICA E O ESTADO MODERNO .
RIO DE JANEIRO, CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1976. P.191-213.

- 4) CONSENSO INTERNO OU PAZ INTERNA, ISTO É, UM EQUILÍBRIO - POSITIVO EM FAVOR DAS CLASSES E GRUPOS SOCIAIS HEGEMÔNICOS;
- 5) UMA POSIÇÃO IDEOLÓGICA HISTORICAMENTE DETERMINADA QUE PERMITA AO GOVERNO DO PAÍS EXERCER A INFLUÊNCIA NECESSÁRIA - PARA MANTER INTERNA E EXTERNAMENTE (COM SEUS ALIADOS) UM CERTO NÍVEL DE COESÃO.

MAIS ESPECIFICAMENTE, O ESTADO QUE TENDE A ALCANÇAR O STATUS DE GRANDE POTÊNCIA, DEVE, TAMBÉM:

- I) EXERCER A NECESSÁRIA PRESSÃO POLÍTICA PARA FAZER COM QUE OS ALIADOS HONREM OS PACTOS. ISSO IMPLICA NA MANUTENÇÃO - DE UM EQUILÍBRIO DE PODER FAVORÁVEL À GRANDE POTÊNCIA.
- II) INFLUENCIAR ESTADOS QUE FIQUEM FORA DE SUA ÁREA DE INFLUÊNCIA.

A LUZ DESSA LINHA DE RACIOCÍNIO, OBSERVA MICHELENA QUE :

"GRAMSCI NÃO CHEGOU A DEDICAR-SE AO PROCESSO - HISTÓRICO MEDIANTE O QUAL UMA DADA FORMAÇÃO SOCIAL CHEGA A ADQUIRIR O STATUS DE UMA GRANDE - POTÊNCIA. ENTRETANTO, DEVEMOS SUPOR QUE TAL - NÃO OCORRA POR "CAUSALIDADE" OU PORQUE OS DIRIGENTES DE UM PAÍS DETERMINADO, EM CERTO MOMENTO, FORAM MAIS "SÁBIOS" OU MAIS "HÁBEIS" OU "DESAPIEDADOS", DO QUE OS OUTROS PAÍSES" (47).

NESTE PANORAMA PODE-SE DESCORTINAR UMA FASE DE TRANSIÇÃO NA QUAL UM ESTADO COMEÇA A SE COMPORTAR COMO GRANDE POTÊNCIA E OS DE MAIS PASSAM, A RECONHECÊ-LO COMO TAL, EMBORA NÃO SE CONFIRME AINDA ESTA REALIDADE. A REPÚBLICA POPULAR DA CHINA, NOS DIAS ATUAIS, É UM EXEMPLO CATEGÓRICO DESTA AFIRMAÇÃO.

(47) MICHELENA, JOSÉ AGUSTIN SILVA. CRISE NO SISTEMA MUNDIAL: POLÍTICA E BLOCOS DE PODER. RIO DE JANEIRO, EDIT. PAZ E TERRA, 1977. P.13-28.

NESTE ROL SE SITUA TAMBÉM O BRASIL, SEMPRE INCLUÍDO PELOS ESPECIALISTAS DA MATÉRIA EM SUAS AVALIAÇÕES OU PROJEÇÕES DO PODER MUNDIAL. A PREVALÊNCIA BRASILEIRA NA ATUAL DÉCADA, PODE SER ESTABELECIDADA, ENTRE OUTROS FATORES, PELA RELAÇÃO ENTRE O NÍVEL CORRENTE DA SUA POLÍTICA EXTERIOR E O SEU NÍVEL POTENCIAL. CONSIDERANDO POR EXEMPLO, A INCIDÊNCIA DOS CONFLITOS DIPLOMÁTICOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS, OS FATOS ARROLADOS COMPROVAM A AFIRMAÇÃO DE SUA POSIÇÃO:

- A) LIMITE DAS 200 MILHAS ;
- B) POLÍTICA PRÓ-ÁRABE;
- C) VOTO ANTI-SIONISTA NA ONU;
- D) APOIO AO MPLA EM ANGOLA;
- E) ACORDO COM O PARAGUAI PARA A CONSTRUÇÃO DA GIGANTESCA USINA HIDRELÉTRICA DE ITAIPU;
- F) ACORDO NUCLEAR COM A ALEMANHA OCIDENTAL.

TAIS ARGUMENTOS, POR SI SÓ SÃO INDICATIVOS DA CAPACIDADE E MAGNITUDE BRASILEIRA EM ESTABELECEER SEU PRÓPRIO CURSO NO CAMPO EXTERNO, LEVANDO À CONCLUSÃO LÓGICA DE QUE:

- 1) A CAPACIDADE DO BRASIL EM TRAÇAR SUA POLÍTICA EXTERNA AUMENTOU, PORQUE A ANTIGA TENDÊNCIA DE EXPANSÃO DO NACIONALISMO BRASILEIRO CONTINUOU INCESSANTE DURANTE O PERÍODO POSTERIOR A 1964;
- 2) NA MEDIDA EM QUE A POSIÇÃO DE FORÇA DO BRASIL NO MUNDO RECRUDECEU, IGUALMENTE ASCENDEU SUA EFICÁCIA NO PLANO INTERNO;
- 3) HOJE, HÁ MAIOR CONTROLE ESTATAL DOS SETORES VITAIS DA ECONOMIA. É ATUALMENTE, O AGENTE CONTROLADOR DOS SEGUINTESE SETORES E INDÚSTRIAS: PETRÓLEO, SIDERURGIA, ENERGIA ELÉTRICA E ATÔMICA, ESTRADAS DE FERRO E DE RODAGEM E TELECOMUNICAÇÕES. CONTA COM PODEROSOS INSTRUMENTOS FISCAIS E MONETÁRIOS EXPRESSOS POR INTERMÉDIO DO BANCO CENTRAL, BANCO

DO BRASIL, BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO , BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO E CONSELHO INTERMINISTERIAL - DE PREÇOS. CADA UM DESTES SETORES É IMPRESCINDÍVEL À SEGURANÇA NACIONAL E ECONÔMICA, SENDO MUITO MAIS EXPRESSIVOS DO QUE OS CONTROLADOS PELO CAPITAL ESTRANGEIRO;

- 4) CONTINUA ESTABELECEENDO E AMPLIANDO SUAS RELAÇÕES COMERCIAIS E DIPLOMÁTICAS COM ESTADOS SOCIALISTAS DA EUROPA, ÁSIA E ÁFRICA.

NO ESTUDO DA CONCEPÇÃO DE GRANDE POTÊNCIA, O PROFESSOR RAY - CLINE, ATUAL DIRETOR DO CENTRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS DA UNIVERSIDADE DE GEORGETOWN, PROPÕE UM PODER QUE CHAMA DE "POLITECTÔNICO", SINTETIZADO ATRAVÉS DE UMA FÓRMULA MATEMÁTICA - QUE CRIOU EM 1975. COM ESSA NOVA EXPRESSÃO, A ALUDIDA AUTORIDADE QUER INDICAR A RUPTURA DE AGRUPAMENTOS DE PODER, PRINCIPALMENTE - OS DE CONSTITUIÇÃO RÍGIDA, QUE DETERMINAM O VERDADEIRO BALANÇO DE FORÇAS E INFLUÊNCIAS SOBRE AS RELAÇÕES INTERNACIONAIS. A SUA FÓRMULA MATEMÁTICA, ENTRETANTO, É QUE TRADUZ OS FATORES QUE INTEGRAM A FORMAÇÃO DO PODER.

EI-LA:

$$P_p = (C + E + M) \times (S + W)$$

ESSES VALORES SÃO ASSIM IDENTIFICADOS:

P_p = PODER PERCEPTÍVEL

C = MASSA CRÍTICA (POPULAÇÃO + TERRITÓRIO)

E = CAPACIDADE ECONÔMICA

M = CAPACIDADE MILITAR

S = CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA

W = VONTADE DE REALIZAR A ESTRATÉGIA NACIONAL.

POR ESTA EQUAÇÃO, O PROFESSOR CLINE CLASSIFICOU O BRASIL EM 6ª POSIÇÃO, ENTRE AS 10 MAIORES POTÊNCIAS DO MUNDO, O QUE VEIO DE CONFIRMAR EM 1977. A DIFERENÇA ENCONTRADA ENTRE AS TABELAS DE 1975 E 1977 É QUE O BRASIL AGORA SITUA-SE À FRENTE DA CHINA, FRANÇA, INGLA

ALIÁS, O "BRAZILIANIST" RONALD SCHNEIDER, DA QUEEN'S UNIVERSITY, NEW YORK, CITADO PELO MINISTRO REIS VELLOSO, NO RELATÓRIO ANUAL DE 1977, DA SECRETARIA GERAL DO PLANEJAMENTO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, CORROBORA ESTE ENTENDIMENTO QUANDO AFIRMA QUE "O BRASIL É A MAIS NOVA ESTRELA A BRILHAR NA GALÁXIA MUNDIAL, JUNTAMENTE COM A CHINA COMUNISTA, APÓS A 2ª GRANDE GUERRA".

POR SUA VEZ, O PROFESSOR ALCIDES ABREU, DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, DIZ QUE:

"VIVEMOS UM PERÍODO DE TRANSIÇÃO PARA A GRANDEZA QUE É A VOCAÇÃO NACIONAL. O MODELO QUE SE PRETENDE CRIAR É O DO BALIZAMENTO JURÍDICO-POLÍTICO DA REALIDADE DINÂMICA DO BRASIL COMO POTÊNCIA MUNDIAL EM PROCESSO DE EMERGÊNCIA E DE AFIRMAÇÃO" (49).

É O MESMO AUTOR QUE, BASEADO EM DADOS PROGNÓSTICOS DE SEBASTIÃO MARCOS VITAL, PRESIDENTE DO BANCO DE DESENVOLVIMENTO DO RIO DE JANEIRO, DELINEIA O PATAMAR BRASILEIRO SOBRE A ECONOMIA EM 1985 :

- O PIB ATINGIRIA 276 BILHÕES DE DÓLARES;
- O PIB PER CAPITA SE SITUARIA EM APROXIMADAMENTE 2.000 DÓLARES;
- AS EXPORTAÇÕES ATINGIRIAM 35 BILHÕES DE DÓLARES COM SUPERÁVIT DE 2 BILHÕES DE DÓLARES SOBRE AS IMPORTAÇÕES (50).

(48) CLINE, RAY. CORREIO BRAZILIENSE. BRASÍLIA-DF. 6 DEZ. 1977.

(49) ABREU, ALCIDES. "ESTRATÉGIA". JORNAL O ESTADO. FLORIANÓPOLIS-SC. 9 AGO. 1977.

(50) ABREU, ALCIDES. "TRANSITORIEDADE". JORNAL O ESTADO. FLORIANÓPOLIS-SC. 3 SET. 1977.

DIANTE DA OBSERVAÇÃO DOS DADOS, CONSTATA-SE QUE ESTUDIOSOS, DIPLOMATAS, ECONOMISTAS E ESTRATEGISTAS, TANTO NACIONAIS QUANTO - ESTRANGEIROS, DIVERGEM SOBRE O QUE SEJA UMA GRANDE POTÊNCIA NESTE QUARTO FINAL DE SÉCULO. MAS DE MANEIRA GENÉRICA, ACEITAM PELO ME- NOS, QUATRO FATORES COMO FUNDAMENTAIS:

- 1) TERRITÓRIO MÍNIMO DE 3 MILHÕES DE QUILOMETROS QUADRADOS;
- 2) POPULAÇÃO MÍNIMA EM TORNO DE 200 MILHÕES DE HABITANTES;
- 3) UM PRODUTO NACIONAL BRUTO MÍNIMO DE 160 BILHÕES DE DÓLARES;
- 4) PELO MENOS 30% DESSE PNB APLICADOS NA INDÚSTRIA.

PARA LUIZ ADOLFO PINHEIRO, "O PRIMEIRO FATOR JÁ O TEMOS DE SO- BRA; O SEGUNDO AINDA NÃO ATINGIMOS, MAS PELAS PREVISÕES DO IBGE, E SE CONSEGUIRMOS VENCER A PRESSÃO INTERNACIONAL, A POPULAÇÃO ALCAN- ÇARÁ JUSTAMENTE 200 MILHÕES DE PESSOAS, NO FINAL DESTES SÉCULO A TAXA DE 2,7% DE CRESCIMENTO POPULACIONAL ANUAL QUE TENDE A CAIR - NOS PRÓXIMOS ANOS, LEVEMENTE; O TERCEIRO FATOR, O BRASIL JÁ O ES- TÁ ALCANÇANDO E PODERÁ SUPERÁ-LO E O QUARTO, JÁ ATINGIMOS. A NOS- SA PRODUÇÃO INDUSTRIAL É DA ORDEM DE 28% DO PNB E MANTIDAS BOAS TAXAS DE DESENVOLVIMENTO PODERÁ ANDAR PELOS 35% NO FINAL DO SÉCU- LO" (51).

A ESTRATÉGIA BRASILEIRA DE PROGRESSO, INCLUI COMO PONTO BÁS- CO A INTEGRAÇÃO COM A ECONOMIA MUNDIAL, POR SABER QUE A INTRODU- ÇÃO DE OUTROS FATORES DE PODER, COMO OS DE ORDEM ECONÔMICA, POSSI- BILITARÃO A EXTENSÃO DE NOVOS CAMPOS DE DECISÃO, A NÍVEL MUNDIAL, QUE NÃO OS PURAMENTE MILITARES, E INTRODUIRÃO NOVOS PROTAGONIS- TAS NO CENÁRIO MUNDIAL. PRIMORDIALMENTE, AGE REALISTICAMENTE, - QUANDO SE INSINUA COMO PARTÍCIPE DO SISTEMA DE TOMADA DE DECISÕES EM QUE SE ALOJAM AS GRANDES POTÊNCIAS, REFLETINDO A CONSCIÊNCIA INTERNACIONAL DE REALIZAR TRANSFORMAÇÕES NA ORDEM ECONÔMICA.

(51) PINHEIRO, LUIZ ADOLFO. "BRASIL, GRANDE POTÊNCIA". JORNAL DE BRASÍLIA. BRASÍLIA-DF. 31 AGO. 1977.

ASSIM, OPÕE-SE A QUALQUER ESTRUTURA MUNDIAL QUE CRIE ENTRAVES AO SEU PLENO DESENVOLVIMENTO E À DECORRENTE MANIFESTAÇÃO DE SEU PODER NACIONAL. DAÍ, CONSTRUIR SUA POLÍTICA EXTERIOR A BASE DE UMA SOLIDARIEDADE COM O CHAMADO 3º MUNDO, O QUE LHE LEVA A CONTRAPOR-SE PELOS MEIOS DE QUE DISPÕE AO CONGELAMENTO MUNDIAL E A PARTILHA DE ÁREAS DE INFLUÊNCIA, CONSAGRADORA DO "STATUS QUO" DAS DUAS SUPERPOTÊNCIAS.

NA CONSOLIDAÇÃO DESTA POSIÇÃO É QUE ANTEVEMOS A NECESSIDADE DE UM MELHOR ORDENAMENTO JURÍDICO-INSTITUCIONAL, ECONÔMICO E MILITAR DE SUA ESTRUTURA NACIONAL, PARA FAZER FRENTE ÀS INALIENÁVEIS MODIFICAÇÕES QUE TERÁ DE IMPLEMENTAR NA CONJUNTURA MUNDIAL.

CAPÍTULO VII

ESTRATÉGIA: TRÍPLICE ÓTICA

ESTRATÉGIA: TRÍPLICE ÓTICA

" O ATLÂNTICO SUL COMO ESPAÇO ESTRATÉGICO-POLÍTICO" É UMA PROBLEMÁTICA COMPLEXA. PROCURAMOS ATÉ O MOMENTO, ANALISAR PARTES, QUE SE NOS AFIGURAM, DE EXTREMA RELEVÂNCIA PARA O ENTENDIMENTO DO TODO.

A ETAPA FINAL COMPREENDERÁ UMA ABORDAGEM A TRÊS NÍVEIS: ECONÔMICO, MILITAR E JURÍDICO, QUE EMBORA DISTINTOS ENTRE SI, INTERLIGAM-SE NUM SÓ OBJETIVO, QUAL SEJA O DE FORMULAR NOVAS DIRETRIZES NO CAMPO DA POLÍTICA GOVERNAMENTAL DESTACANDO A CRESCENTE RESPONSABILIDADE BRASILEIRA NO ATLÂNTICO SUL E NO CENÁRIO MUNDIAL.

COTEJANDO A REALIDADE CONJUNTURAL DECORRENTE DO RELATIVO ESMAECIMENTO DO PODER BIPOLAR DAS SUPERPOTÊNCIAS, ESTADOS UNIDOS E UNIÃO SOVIÉTICA; DA INTERDEPENDÊNCIA ECONÔMICA E DO PROGRESSO TÉCNICO-CIENTÍFICO, CONCEBEMOS PARA O BRASIL, UMA RESPONSABILIDADE - COMPARTILHADA COM OUTRAS NAÇÕES, NOS DESAFIOS QUE SE APRESENTAM - EM SEU ESPAÇO GEO-POLÍTICO.

É UMA PROJEÇÃO DE TRAJETÓRIAS ALTERNATIVAS QUE CONVERGEM PARA A ESCOLHA DE UMA AÇÃO, A QUAL BASEADA NA EXPERIÊNCIA PASSADA - OU NAS PROBABILIDADES RELATIVAMENTE DETERMINADAS PRODUZIRÁ UM ESTADO ENSEJADO COMO DESEJÁVEL.

1. ECONÔMICA

NO ALINHAMENTO DO ESPAÇO MARÍTIMO É DE SE OBSERVAR A SUPREMACIA DOS FATORES ECONÔMICOS SOBRE ANTIQUADAS CONCEPÇÕES JURÍDICAS. NA DISPUTA E OCUPAÇÃO DAS TERRAS NO ALÉM MAR PELOS PORTUGUESES E HOLANDESES À ÉPOCA DAS GRANDES CONQUISTAS, A GEO-POLÍTICA JÁ ERA BASTANTE EXERCIDA. O COMÉRCIO LUSITANO COM AS ÍNDIAS ORIENTAIS - SEMPRE SE NORTEOU PELO EMPENHO PORTUGUÊS DE DEFENDER A PASSAGEM - MAIS ESTREITA ENTRE A ÁFRICA E A AMÉRICA DO SUL, OCUPANDO PARA

TANTO AS DUAS MARGENS OCEÂNICAS, DO LITORAL ANGOLANO AO BRASILEIRO. OS HOLANDESES, POR SUA VEZ, NA COMPETIÇÃO PELO DOMÍNIO MARÍTIMO, PROCURARAM ESTABELECEM-SE EM LUANDA E RECIFE. E, FORAM OS BRASILEIROS, COM A AJUDA PORTUGUESA QUE PREPARARAM UMA EXPEDIÇÃO NO RIO DE JANEIRO PARA A RECONQUISTA DE LUANDA.

HODIERNAMENTE, PELOS INTERESSES EM CAUSA, O JOGO É BEM MAIS AMPLO. O TEMPO NÃO É MAIS O SÉCULO XVII E AS PARTES EM LITÍGIO, PELA HEGEMONIA POLÍTICO-ECONÔMICO-MILITAR ESTÃO REPRESENTADAS PELOS RUSSOS E AMERICANOS.

ESTAMOS, POR CONSEQUENTE, INTERESSADOS EM ASSEGURAR A PRESENÇA BRASILEIRA NO ATLÂNTICO SUL QUE É A NOSSA PRINCIPAL ARTÉRIA ECONÔMICA, NÃO APENAS EM TERMOS DE PESCA E NAVEGAÇÃO, MAS DE OUTROS RECURSOS EXPRESSIVOS, INCLUSIVE NA ANTÁRTICA E NA ÁFRICA, PELA INTERDEPENDÊNCIA DESTA ÁREA GEO-ESTRATÉGICA. O QUE NÃO SE ADMITE É FICARMOS ALHEIOS DIANTE DA LEGÍTIMA ASPIRAÇÃO DE EXPANDIR NOSSAS POSSIBILIDADES CIENTÍFICAS, TECNOLÓGICAS E COMERCIAIS.

A SIGNIFICAÇÃO DESSE ESPAÇO ESTRATÉGICO-POLÍTICO TRANSCENDE A ORDEM JURÍDICA E RECLAMA, COM EXCEPCIONAL MOTIVAÇÃO, O EMPENHO DE TÔDAS AS ENERGIAS PARA A CONSECUÇÃO DE UMA SITUAÇÃO CAPAZ DE RESGUARDAR O INTERESSE PÁTRIO E A EXPLORAÇÃO ÚTIL E EFICIENTE DE NOSSAS POTENCIALIDADES. REGISTRE-SE QUE A ADOÇÃO DAS 200 MILHAS, AMPLIOU A NOSSA ÁREA PASSÍVEL DE ESPECULAÇÃO ECONÔMICA EXCLUSIVA, DE APROXIMADAMENTE 50.000 PARA CERCA DE 900.000 MILHAS QUADRADAS. A ATUAÇÃO SISTEMÁTICA DE NUMEROSAS FROTAS PESQUEIRAS ALIENÍGENAS, MODERNAMENTE APARELHADAS, EMPREGANDO ARRASTOS DE FUNDO, COMPROVADA PELO ROMPIMENTO DE CABOS SUBMARINOS, EM FLAGRANTE ABUSO DE DIREITO, É UMA GRAVE CONSTATAÇÃO A DILAPIDAR AS RESERVAS ICTIOLÓGICAS DAS ÁGUAS SOBREJACENTES A SUA PLATAFORMA CONTINENTAL, ALÉM DAS 12 MILHAS, PELA PESCA PREDATÓRIA E INDISCRIMINADA.

TANTO É VERDADE, QUE O BRASIL FECHOU AS 200 MILHAS DE MAR TERRITORIAL AOS PESQUEIROS ESTRANGEIROS, DESDE 1º DE JANEIRO DO

CORRENTE ANO. O REGIME DAS CONCESSÕES E DOS CONTRATOS DE PESCA - MANTIDOS COM OS ESTADOS UNIDOS, HOLANDA E ALGUNS PAÍSES DO CARIBE NÃO DEVERÃO SER RENOVADOS, A MENOS QUE AS RESPECTIVAS EMPRESAS VE NHAM A SE ESTABELECEM EM TERRITÓRIO NACIONAL. COMO CONSEQUÊNCIA - DIRETA, A MARINHA AUMENTOU A FREQUÊNCIA DAS MISSÕES DE PATRULHA - MENTO QUE REALIZA NO ÂMBITO DO 4º DISTRITO NAVAL, COM SEDE EM BE LÉM, OBJETIVANDO ALÉM DA MANUTENÇÃO DA SOBERANIA, A APREENSÃO DOS PESQUEIROS, DE NACIONALIDADE JAPONESA, GUIANENSE E COREANA QUE ESTARIAM INCLUSIVE USANDO TRIPULAÇÕES BRASILEIRAS PARA APODERAR - SE DO CAMARÃO, ABUNDANTE NA COSTA DO AMAPÁ. TUDO INDICA QUE PARA EVITAR A EXTINÇÃO DE INÚMERAS ESPÉCIES DE PESCADO E, DEVIDO À FAL TA DE ESTIMATIVAS OFICIAIS SOBRE A TONELAGEM PESCADA ILEGALMENTE, A MEDIDA PERDURARÁ POR MUITO TEMPO. O ESTRANHO PARADOXO DAS CON - CESSÕES É DE QUE A PESCA NOS NOSSOS LIMITES NÃO IMPLICA NO RECO - NHECIMENTO DO MAR TERRITORIAL (52).

UMA PATRULHA COSTEIRA E UMA POLÍCIA AERO-NAVAL BEM APARELHA - DAS E ATUANTES FORÇARIAM O EFETIVO PAGAMENTO DE TAXAS JÁ CONVENIA DAS PELOS PESQUEIROS ESTRANGEIROS, RESULTANDO NUMA LUCRATIVA FON TE DE RECEITA E DE DIVISAS PARA O PAÍS, DESDE QUE O GOVERNO RECON - SIDERASSE A DECISÃO ADOTADA.

SOB OUTRO PRISMA, CIENTISTAS ESTIMAM QUE OS RECURSOS BIOLÓGI - COS DAS ÁGUAS SOBREJACENTES À PLATAFORMA CONTINENTAL BRASILEIRA , CONSTITUIRÃO UMA DAS PRINCIPAIS FONTES DE PROTEÍNAS NECESSÁRIAS A ALIMENTAÇÃO HUMANA, FACE À EXPLOSÃO DEMOGRÁFICA. AS POSSIBILIDA - DES QUE SE OFERECEM TAMBÉM NA EXPLORAÇÃO DOS RECURSOS MINERAIS DO FUNDO DO MAR E DAS FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA SÃO PROMISSORAS.

A IMPORTÂNCIA DO ATLÂNTICO SUL AVULTA, DE OUTRO MODO, COMO - ROTA OBRIGATÓRIA DOS GRANDES PETROLEIROS. AS LINHAS DE NAVEGAÇÃO

MARÍTIMA NA ÁREA SÃO ESSENCIAIS PARA A ECONOMIA BRASILEIRA E SEU FECHAMENTO IMPLICARIA NO ESTRANGULAMENTO ECONÔMICO-MILITAR DO PAÍS, CARENTE DE SUPRIMENTOS DE PETRÓLEO (VIDE MAPA Nº 8 NO APÊNDICE).

É DE SE LEVAR EM CONTA QUE AO LONGO DO LITORAL CONCENTRAM-SE A MAIOR PARTE DA POPULAÇÃO E DA INDÚSTRIA, GRANDES CIDADES E A FORÇA PRODUTIVA NACIONAL. POR ISSO O TRANSPORTE DAS RIQUEZAS, TERÁ SEMPRE A PREDOMINÂNCIA MARÍTIMA, RELEVANDO, CADA VEZ MAIS A IMPORTÂNCIA DO ATLÂNTICO. O CANAL DO PANAMÁ TORNA-SE, GRADATIVAMENTE, MAIS VULNERÁVEL COMO VIA DE COMUNICAÇÃO COM O PACÍFICO E INACESSÍVEL A GRANDES NAVIOS, EM SUA PASSAGEM. FINALMENTE, PARA QUEM PROCEDE DO ÍNDICO E DO PACÍFICO, O ACESSO MAIS FÁCIL VERIFICA-SE PELO ATLÂNTICO SUL, PERCORRIDO ANUALMENTE POR MAIS DE 22.000 NAVIOS, SOMENTE NA ROTA DO CABO DA BOA ESPERANÇA.

O SOMATÓRIO DE INTERESSES BRASILEIROS NA ÁREA JUSTIFICA PLENAMENTE SUA IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICO-ECONÔMICA.

2. MILITAR

A EXTENSÃO DO MAR TERRITORIAL PARA 200 MILHAS, ATUALIZOU E DRAMATIZOU UMA SITUAÇÃO QUE A RIGOR ESTÁ PRESENTE NA HISTÓRIA BRASILEIRA DESDE OS PRIMÓRDIOS DA COLONIZAÇÃO ATÉ OS NOSSOS DIAS, ASSINALANDO O DESPREPARO MATERIAL DOS MINISTÉRIOS DA MARINHA E DA AERONÁUTICA PARA FAZER VALER NA COSTA E NOS MARES, AS INCONTRASTÁVEIS EXIGÊNCIAS DE UM PAÍS TALHADO PARA POTÊNCIA.

A CONSEQUÊNCIA DESTA REALIDADE TANGÍVEL IMPÕE A NECESSIDADE DE SE REEXAMINAR A SEGURANÇA NACIONAL E A OPORTUNA CONVENIÊNCIA DE, ASSEGURADA NO CAMPO INTERNO, DINAMIZÁ-LA NO EXTERNO. DECORRENTE DAS CIRCUNSTÂNCIAS E DOS RISCOS MATERIALIZÁVEIS, URGE QUE TANTO A MARINHA DE GUERRA QUANTO A FORÇA AÉREA BRASILEIRA, TENHAM

CONDIÇÕES DE SE FAZEREM MAIS ATUANTES, DIANTE DA RESPONSABILIDADE ATLÂNTICA, O QUE JÁ COMPROVARAM EM OPERAÇÕES CONJUNTAS DURANTE A 2ª GUERRA MUNDIAL.

HOJE, HÁ A AMAZONIA A RECLAMAR PELO CURSO DE SEUS RIOS, AS 200 MILHAS A PRESERVAR E A EXPLORAR, O RIO DA PRATA INDEFINIDO PE LA SITUAÇÃO ARGENTINA E O ATLÂNTICO SUL POSTO DIANTE DE UM COMPLE XO QUADRO DE INTERESSES ESTRATÉGICOS.

DE ACORDO COM A PUBLICAÇÃO "THE MILITARY BALANCE" DO INSTITU TO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS DE LONDRES, O BRASIL GASTA RELATIVAMEN TE POUCO COM SUAS FORÇAS ARMADAS. SEGUNDO ESTE INFORME SEUS EFETI VOS MILITARES TOTALIZAVAM EM 1975, 254.500 HOMENS, DOS QUAIS - 35.000 PERTENCIAM A FAB - FORÇA AÉREA BRASILEIRA, 49.500 À MARI - NHA DE GUERRA E 170.000 AO EXÉRCITO.

NUM QUADRO COMPARATIVO COM ALGUNS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA, ENQUAN TO NA ARGENTINA ESTAVAM ENGAJADOS 0,53% DE SUA POPULAÇÃO, NA BOLÍ VIA, 0,48% E, EM CUBA, 1,17%, NAS FORÇAS ARMADAS, O QUE O CARACTE RIZAVA COMO O MAIS ARMADO, PROPORCIONALMENTE, O BRASIL COM 0,23%, ERA O QUE APRESENTAVA O MENOR CONTINGENTE.

SOBRE O NOSSO ORÇAMENTO MILITAR, EM 1975, FORAM GASTOS 1,28 BI LHÕES DE DÓLARES, REPRESENTATIVOS DE 1,42% DO ORÇAMENTO NACIONAL, AO PASSO QUE EM CUBA, CUJA POPULAÇÃO É ONZE VEZES MENOR DO QUE A BRASILEIRA, FORAM DESTINADOS 300 MILHÕES DE DÓLARES ÀS DESPESAS - MILITARES. OS GASTOS CUBANOS SUPERARAM QUATRO VEZES, NESTA PROPOR ÇÃO, OS DOS BRASILEIROS (53).

A MESMA FONTE DEMONSTRA QUE O BRASIL ERA A NAÇÃO MAIS ADIAN - TADA DA AMÉRICA LATINA EM TERMOS DE AUTO SUFICIÊNCIA BÉLICA. 80 % DOS AVIÕES DE TREINAMENTO DA FAB ERAM DE FABRICAÇÃO NACIONAL E, MAIS DE 50% DOS JATOS DE COMBATE, EM ATIVIDADE, FABRICADOS PELA

(53) THE MILITARY BALANCE. LONDRES, INSTITUTO DE ESTUDOS ESTRATÉ GICOS, 1976-77.

EMBRAER. O MESMO SE OBSERVAVA, APROXIMADAMENTE, QUANTO AOS VEÍCULOS MILITARES LEVES E MÉDIOS, ARMAS PORTÁTEIS E AO EQUIPAMENTO NAVAL.

ESSA POSIÇÃO EVOLUI EM TERMOS DE AUTONOMIA A UMA DUPLICIDADE VANTAJOSA: DIMINUI AS DESPESAS COM A COMPRA DE ARMAS DO EXTERIOR, E, ABRE POSSIBILIDADES AMPLAS DE EXPORTAÇÃO DE ARMAS. OS PRODUTOS MAIS SOLICITADOS ERAM OS CARROS DE COMBATE E OS AVIÕES, POR PAÍSES LATINOS E AFRICANOS.

A GEOGRAFIA É FATOR PREPONDERANTE E IMPOSSÍVEL DE SER RELEGADO SOB O PONTO DE VISTA MILITAR. A GUERRA NO MAR CONTINUARÁ SENDO CARACTERIZADA PELA INTENSIFICAÇÃO DA LUTA ENTRE O AVIÃO E O SUBMARINO, COM A INTERVENÇÃO DE HELICÓPTEROS E MÍSSEIS. OS PORTA-AVIÕES DESEMPENHARÃO, TAMBÉM, PAPEL IMPORTANTE, COMO VETORES DE AERONAVES ARMADAS COM OGIVAS NUCLEARES APESAR DE SEREM ALVOS FÁCEIS (54).

POR ISSO, A ESTRATÉGIA BRASILEIRA, JÁ EM CURSO, DE AMPLIAR SUAS POSSIBILIDADES NOS CAMPOS ELETRÔNICO E NUCLEAR, REDUZINDO A DEPENDÊNCIA ESTRANGEIRA E ATUALIZANDO O SEU PODER MARÍTIMO E AERO-ESPACIAL, IRÁ GARANTIR, O MAIS RAPIDAMENTE POSSÍVEL A AUTONOMIA PARA FAZER FACE AOS DESAFIOS MESMO QUE AS PRÓXIMAS GUERRAS SEJAM DO TIPO CONVENCIONAL.

ANALISANDO AS OPERAÇÕES MILITARES NO ATLÂNTICO SUL, O BRIGADEIRO NELSON FREIRE LAVANÉRE-WANDERLEY, ESPECIALISTA NO ASSUNTO - CHAMA A ATENÇÃO PARA O PROBLEMA, ENTENDENDO QUE:

"DEVE-SE ADOPTAR UMA VISÃO AMPLA DO ASSUNTO; ESTUDAR OPERAÇÕES DANDO PRIORIDADE APENAS A FAIXA DE 200 MILHAS DO MAR CONTINENTAL, SERIA UM GRAVE ERRO. SERIA CORRER O RISCO DE TIRAR AS POSSIBILIDADES DA MARINHA E DA FAB DE ESTENDER

A SUA AÇÃO ÀS GRANDES EXTENSÕES OCEÂNICAS DO ATLÂNTICO SUL; SERIA LIMITAR PERIGOSAMENTE AS SUAS POSSIBILIDADES DE VIGILÂNCIA E CONTROLE - DE LINHAS DE NAVEGAÇÃO MARÍTIMA DE GRANDE IMPORTÂNCIA PARA O BRASIL; SERIA COMPROMETER A EFICIÊNCIA DA MARINHA E DA FORÇA AÉREA BRASILEIRA NA GUERRA ANTI-SUBMARINA; SERIA, FINALMENTE FAZER COM QUE A MARINHA E A FORÇA AÉREA ESTIVESSEM AUSENTES EM ÁREAS DE GRANDE IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA PARA O BRASIL" (55) (VIDE MAPA Nº 9 NO APÊNDICE).

É INSOFISMÁVEL QUE O BRASIL NÃO É UMA POTÊNCIA MILITAR OU AERONAVAL, AINDA, PARA ASSUMIR EXCLUSIVAMENTE TAMANHA RESPONSABILIDADE. SE É BEM VERDADE QUE NÃO TEMOS CONDIÇÕES DE ENFRENTAR A AMEAÇA SOVIÉTICA NA REGIÃO, EM CASO DE CONFLITO, PODEMOS PELO MENOS, CONTRABALANÇAR A PENETRAÇÃO DA MESMA, SEM PRESCINDIR DA PARTICIPAÇÃO DE TODOS OS ESTADOS LIVRES, IDENTIFICADOS GEO-POLITICAMENTE.

A ARGENTINA, NESTE PARTICULAR, DETÉM UM "KNOW-HOW" FORNECIDO PELA SUA ESCOLA DE ESTRATÉGIA DO ATLÂNTICO SUL, O QUE REPRESENTA, NÃO SÓ UM IMPORTANTE SUBSÍDIO COMO NAÇÃO ALIADA, MAS UM ALERTA PARA QUE NOS APERCEBAMOS DA ENVERGADURA DA PROBLEMÁTICA E NOS EMBASEMOS, TAMBÉM, EM NÍVEL CIENTÍFICO.

O URUGUAI, CIENTE DISTO, IRÁ PROPOR NA PRÓXIMA CONFERÊNCIA DOS COMANDANTES CHEFES DAS MARINHAS DE GUERRA DA AMÉRICA, A SE REALIZAR EM AGOSTO PRÓXIMO, NA CIDADE DE LIMA, A CRIAÇÃO DE UM PACTO NAVAL PARA DEFESA DA ÁREA, FRENTE A CRESCENTE ATIVIDADE CUBANO-SOVIÉTICA.

NOSSA VOCAÇÃO É PACÍFICA, IMUNE A AMBIÇÕES DE HEGEMONIA. MAS, ISSO NÃO SERVIRÁ DE PRETEXTO PARA O EXPANSIONISMO DE NAÇÕES HOSTIS

(55) LAVANÉRE-WANDERLEY, NELSON FREIRE. ALGUNS ASPECTOS ESTRATÉGICOS DO ATLÂNTICO SUL. IN: SEGURANÇA & DESENVOLVIMENTO. RIO DE JANEIRO, REVISTA DA ADESG, 1976. N. 163. P. 116.

NA ÁREA. NOSSO STATUS DE BRASIL POTÊNCIA É CRESCENTE E SIGNIFICATIVO E SERÁ TANTO MAIS ALCANÇÁVEL QUANTO MELHOR SOBERMOS ORIENTAR NOSSOS ESFORÇOS PARA A COOPERAÇÃO E A COORDENAÇÃO.

3. JURÍDICA

SOB ESTA ÓTICA, CONVÉM LEMBRAR QUE O ATLÂNTICO SUL ESTÁ ENQUADRADO NA ZONA DE SEGURANÇA DO TRATADO DO RIO DE JANEIRO. ASSINADO POR VÁRIOS PAÍSES AMERICANOS, EM 1947 ENTRE OS QUAIS O BRASIL, PREVÊ A DEFESA DE QUALQUER UM DE SEUS MEMBROS EM CASO DE ATAQUE (VIDE MAPA Nº 10 NO APÊNDICE).

ASSIM, CABE-NOS EXAMINAR O TAMBÉM CHAMADO TIAR - TRATADO INTERAMERICANO DE ASSISTÊNCIA RECÍPROCA, CUJO INCISO MAIS IMPORTANTE É O ART. 3º, PARÁGRAFO 1º, DO SEGUINTE TEOR:

"AS ALTAS PARTES CONTRATANTES CONCORDAM EM QUE UM ATAQUE ARMADO, POR PARTE DE QUALQUER ESTADO CONTRA UM ESTADO AMERICANO SERÁ CONSIDERADO COMO CONTRA TODOS OS ESTADOS AMERICANOS E, EM CONSEQUÊNCIA, CADA UMA DAS DITAS PARTES CONTRATANTES SE COMPROMETE A AJUDAR A FAZER FRENTE AO ATAQUE, NO EXERCÍCIO DO DIREITO IMANENTE DE LEGÍTIMA DEFESA INDIVIDUAL OU COLETIVA, QUE É RECONHECIDO PELO ART. 51, DA CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS".

É DE SE REGISTRAR QUE ANTES DO TRATADO DO RIO DE JANEIRO, DE 02.09.1947, FIRMADO NO PALÁCIO ITAMARATY, AS NAÇÕES AMERICANAS JÁ HAVIAM ASSINADO OUTROS DOCUMENTOS CONGÊNERES: A DECLARAÇÃO DE ASSISTÊNCIA RECÍPROCA E COOPERAÇÃO DEFENSIVA, FRUTO DA 2ª REUNIÃO DE CONSULTA DOS MINISTROS DAS RELAÇÕES EXTERIORES, LEVADA A EFEITO DE 21 A 30 DE JULHO DE 1940, EM HAVANA, E, O IMPORTANTE ATO DE CHAPULTEPEC, FIRMADO NA CAPITAL MEXICANA, EM 06.03.1945, POR OCASIÃO DA CONFERÊNCIA INTERAMERICANA SOBRE PROBLEMAS DE GUERRA E

DE PAZ.

O RECONHECIMENTO PELA CARTA DAS NAÇÕES UNIDAS, A POSTERIORI, DA LEGÍTIMA DEFESA COLETIVA, PERMITIRIA AOS REDATORES DO TIAR INVOCAR O REFERIDO ART. 51, CONCATENANDO, "IPSO FACTO", O SISTEMA INTERAMERICANO DE DEFESA COM O SISTEMA COLETIVO DE DEFESA DAS NAÇÕES UNIDAS.

EM TERMOS DO SISTEMA DE SEGURANÇA COLETIVA, ESTIPULADO NA CARTA DA ONU, TEORICAMENTE, FICA GARANTIDA AOS ESTADOS A SEGURANÇA NECESSÁRIA, O QUE LEVOU A AVENTAR-SE A HIPÓTESE DE QUE AS ALIANÇAS MILITARES SERIAM INJUSTIFICADAS. NO ENTANTO, A REALIDADE INTERNACIONAL, DESMENTIU NO TRANSCURSO DA GUERRA FRIA ESTE POSICIONAMENTO, JÁ QUE OS ESTADOS ASSINARAM OS CHAMADOS "ACORDOS REGIONAIS DE DEFESA", SOB O RESPALDO DO JÁ MENCIONADO ART. 51, QUE ESTABELECE:

"NADA NA PRESENTE CARTA PREJUDICARÁ O DIREITO INERENTE DE LEGÍTIMA DEFESA INDIVIDUAL OU COLETIVA, NO CASO DE OCORRER UM ATAQUE ARMADO CONTRA UM MEMBRO DAS NAÇÕES UNIDAS, ATÉ QUE O CONSELHO DE SEGURANÇA TENHA TOMADO AS MEDIDAS NECESSÁRIAS PARA A MANUTENÇÃO DA PAZ E DA SEGURANÇA INTERNACIONAIS. AS MEDIDAS TOMADAS PELOS MEMBROS NO EXERCÍCIO DESSE DIREITO DE LEGÍTIMA DEFESA SERÃO COMUNICADAS IMEDIATAMENTE AO CONSELHO DE SEGURANÇA E NÃO DEVERÃO DE MODO ALGUM ATINGIR A AUTORIDADE E A RESPONSABILIDADE QUE A PRESENTE CARTA ATRIBUI AO CONSELHO PARA LEVAR A EFEITO, EM QUALQUER TEMPO, A AÇÃO QUE JULGAR NECESSÁRIA À MANUTENÇÃO OU AO RESTABELECIMENTO DA PAZ E DA SEGURANÇA INTERNACIONAIS".

NOS TERMOS DA CARTA, O USO DA LEGÍTIMA DEFESA SÓ SE CONCEBE, EM CASO DE ATAQUE ARMADO E A TÍTULO TRANSITÓRIO. A ESSES DOIS ENFOQUES, SOMAM-SE UMA AGRESSÃO INJUSTA E QUANDO O EMPREGO DA VIOLÊNCIA, CONSTITUA O ÚNICO RECURSO. A COMPETÊNCIA DOS ESTADOS NO EMPREGO DA LEGÍTIMA DEFESA É LIMITADA PARA QUE NÃO REDUNDE EM GUER

RA.

O TIAR, POR CONSEQUENTE, SÓ PODE SER INVOCADO NO CASO DE UM ATAQUE ARMADO SE EFETIVAR DENTRO DO TERRITÓRIO DE UM ESTADO AMERICANO OU NUMA REGIÃO PREVISTA PELO ART. 4º. A ZONA EM APREÇO TEM CERTA ANALOGIA COM A ZONA DE SEGURANÇA ADOTADA NA REUNIÃO DA CONSULTA DO PANAMÁ, DE 1939, NA QUAL SERIA IMPEDIDA A ATIVIDADE DOS BELIGERANTES PARA A DEFESA CONTINENTAL. MERECEU A CRÍTICA DOS GOVERNOS BRITÂNICO, FRANCÊS E ALEMÃO, ALÉM DE CONDENADA POR GRANDE NÚMERO DE JURISCONSULTOS.

OS DISPOSITIVOS DESSE TRATADO REFLETIAM, FLAGRANTEMENTE, A ÉPOCA DO PÓS-GUERRA, E, NÃO CONSTITUEM PROPRIAMENTE UM PACTO MILITAR. O TIAR NÃO ESTÁ AJUSTADO ÀS ATUAIS AMEAÇAS, NEM DETERMINA QUALQUER FORMA DE COOPERAÇÃO MILITAR OU SISTEMA DE FORÇAS ARMADAS SOB COMANDO COLETIVO, LIMITANDO-SE A DETERMINAR A SOLUÇÃO PACÍFICA PARA AS DISPUTAS ENTRE OS SIGNATÁRIOS E A ESTIPULAR AS MEDIDAS PARA A DEFESA COLETIVA EM FAVOR DE QUALQUER MEMBRO SUJEITO A ATAQUE EXTERNO. ADEMAIS, MOSTROU-SE INEFICAZ PERANTE AS INCURSÕES DE CUBA, NO HEMISFÉRIO.

NA COSTA RICA, EM JULHO DE 1975, FOI REALIZADA A CONFERÊNCIA DE PLENIPOTENCIÁRIOS PARA A REFORMA DESSE DOCUMENTO, ALTERANDO-SE A REDAÇÃO DE VÁRIOS ARTIGOS, COMO A CONDENÇÃO FORMAL DE GUERRA, A DEFINIÇÃO DO TERMO "AGRESSÃO" E A DECLARAÇÃO DE QUE, "PARA A MANUTENÇÃO DA PAZ E DA SEGURANÇA DO CONTINENTE, DEVE-SE GARANTIR - TAMBÉM A SEGURANÇA ECONÔMICA COLETIVA PARA O DESENVOLVIMENTO DOS ESTADOS MEMBROS DA OEA, ATRAVÉS DE MECANISMOS ADEQUADOS A SEREM ESTABELECIDOS NUM TRATADO ESPECIAL".

PARA O CEL. EVERALDO DE OLIVEIRA REIS "MALGRADO O ALTO GRAU DE UTILIDADE QUE O TIAR DEMONSTROU AO LONGO DE TODO ESTE TEMPO, ALGUMAS QUESTÕES PERMANECEM PENDENTES E OUTRAS EMBORA JÁ SOLUCIONADAS, NÃO MAIS CORRESPONDEM AOS FATOS COMO ELES SE APRESENTAM A

gora" (56).

DENTRE ESTAS QUESTÕES ALINHA:

- NECESSIDADE DE MELHOR E MAIOR RESPONSABILIDA
DE DOS ESTADOS MEMBROS NA DEFESA COMUM, QUE
É ADMITIDA SOMENTE COMO UM ATO DE VONTADE IN
DIVIDUAL DE CADA MEMBRO;
- MAIOR PRECISÃO NO CONCEITO DE AGRESSÃO, QUE
EVIDENTEMENTE NÃO É HOJE APENAS SINÔNIMO DE
ATAQUE ARMADO;
- DELIMITAÇÃO MAIS CONSENTÂNEA DA ÁREA DENTRO
DA QUAL TENHA VALIDADE O SISTEMA DE SEGURAN-
ÇA COLETIVA, QUE SE BUSCA MANTER.

ACORDOS BILATERAIS E MULTILATERAIS COMPLEMENTAM A POLÍTICA -
GEO-ESTRATÉGICA DO BRASIL NO ATLÂNTICO SUL. QUANTO AOS PRIMEIROS,
FIGURA PELA SUA IMPORTÂNCIA, O ACORDO DE ASSISTÊNCIA MILITAR EN
TRE BRASIL E ESTADOS UNIDOS, ASSINADO A 15.03.1952 E DENUNCIADO -
PELO NOSSO PAÍS, COMO DECORRÊNCIA DA DISCORDÂNCIA AMERICANA QUAN-
TO AO ALCANCE DO ACORDO NUCLEAR BRASIL E ALEMANHA, EM 11.03.1977.
O BRASIL SENTE A NECESSIDADE DE VELAR PELA PRÓPRIA SEGURANÇA UMA
VEZ QUE OS ESTADOS UNIDOS, ABANDONARAM QUASE TOTALMENTE O ATLÂNTI
CO SUL.

ENTRE OS ACORDOS MULTILATERAIS CONSTAM, ALÉM DO TIAR, O TRATADO -
DE BOGOTÁ E O TRATADO DE Tlateolco. NA OCASIÃO DE SUA ASSINATURA
EM 1967, O GOVERNO BRASILEIRO DEIXOU CONSIGNADO QUE SUAS FORÇAS -
ARMADAS SÓ POSSUIRÃO ARMAMENTO CONVENCIONAL, MAS QUE NÃO ESTAVA +
IMPEDIDO DE REALIZAR EXPERIÊNCIAS NUCLEARES PARA FINS PACÍFICOS.

"SENTINDO A INSUFICIÊNCIA DO TIAR, EM 1965 NA 2ª REUNIÃO DE
CONTROLE NAVAL DO TRÁFEGO MARÍTIMO FOI INSTITUÍDA UMA AUTORIDADE
COORDENADORA INTITULADA AMAS - ÁREA MARÍTIMA DO ATLÂNTICO SUL

(56) REIS, EVERALDO DE OLIVEIRA. A SEGURANÇA COLETIVA E O SISTEMA
INTERAMERICANO. IN: SEGURANÇA & DESENVOLVIMENTO. RIO DE JA
NEIRO, REVISTA DA ADESG, 1976. N. 164. P. 150-65.

QUE EM TEMPO DE GUERRA SE CONVERTERÁ EM COMANDO - CAMAS, TENDO A AMBAS SUBORDINADAS FORÇAS AÉREAS E NAVAIS.

SOB A NOSSA RESPONSABILIDADE, EM CARÁTER PERMANENTE, HÁ O COMCONTRAM - COMANDO DO CONTROLE DE TRÁFEGO MARÍTIMO PARA FAZER VALER A SEGURANÇA NACIONAL E OS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS, NO ATLÂNTICO SUL. EM 1972 SURTIU A ANIC - AUTORIDADE NAVAL INTERAMERICANA DE COORDENAÇÃO COM VISTAS AO CONTROLE DO TRÁFEGO MARÍTIMO. A ESTRATÉGIA BRASILEIRA PARTICIPA AINDA DE OPERAÇÕES NAVAIS DE ADESTRAMENTO, DENTRO DO CRITÉRIO DA MULTILATERALIDADE, QUAIS SEJAM A ATLANTIS, EXPORT GOLD, SPRING BOARD, VERITAS E UNITAS" (57).

A SEGURANÇA DO ATLÂNTICO SUL ESTÁ SOB A DEPENDÊNCIA NORTE-AMERICANA. ESTA, NEM SEMPRE REPRESENTA OS REAIS INTERESSES DA REGIÃO, POR ESTAR MAIS VINCULADA A TRATADOS COMO O DA OTAN - ORGANIZAÇÃO DO TRATADO DO ATLÂNTICO NORTE; ANZUS - TRATADO DE ASSISTÊNCIA MÚTUA ENTRE A AUSTRÁLIA, NOVA ZELÂNDIA E O SEATO - TRATADO DE DEFESA COLETIVA DO SUDESTE ASIÁTICO, ENTRE OUTROS.

OS INTERESSES BRASILEIROS, PORTANTO, CONCENTRAM-SE MUITO - MAIS NESTA ÁREA DO QUE OS ESTADOS UNIDOS. NEM POR ISSO NOSSOS LIA-MES HEMISFÉRICOS DEVEM PRESCINDIR DA COLABORAÇÃO E DO ENTENDIMENTO COM OS ESTADOS UNIDOS OU TÃO POUCO ESQUECER O SIGNIFICADO DA HARMONIA COM A ÁFRICA.

"SEM ROMPER COM OS ESTADOS UNIDOS É ACONSELHÁVEL QUE ESTE - DEIXE DE REPRESENTAR A BASE DE NOSSOS PLANEJAMENTOS ESTRATÉGICOS, A FIM DE EVITARMOS INCOMPATIBILIDADES COM OS COMPROMISSOS INTERNACIONAIS ASSUMIDOS OU POR ASSUMIR E INTERFERÊNCIA EM NOSSA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA" (58).

(57) MOREIRA, HILTON BERUTTI AUGUSTO. OP. CIT. P.49

(58) MOREIRA, HILTON BERUTTI AUGUSTO. ID. IBID. P.21.

O BRASIL NÃO IGNORA A VARIAÇÃO DO GRAU DE IMPORTÂNCIA CONFERIDO AO ATLÂNTICO SUL, RAZÃO PELA QUAL TEM DE ESTAR PREPARADO PARA ASSUMIR O ÔNUS DO VALOR DIFERENCIAL QUE LHE É ATRIBUÍDO.

DAÍ, GANHAR CORPO A TESE DA CONSTITUIÇÃO DE UM PACTO FORMAL PARA A DEFESA DO ATLÂNTICO SUL, LEVANTADO PELA ESPECIALISTA INGLESA LEIGH JOHNSON, NO ARTIGO PUBLICADO PELA REVISTA "DEFENSE AND FOREIGN POLICY" (59), O QUE SE CONFIRMA PELAS OBJEÇÕES TRAZIDAS A RESPEITO PELO COMENTARISTA SOVIÉTICO A. BARYSHEV NO JORNAL "SO VIETSKAYA ROSSIA", DANDO CONTA QUE "SURTIU DA IDÉIA DE APAGAR A DERROTA DO MUNDO OCIDENTAL NA INDOCHINA E EM ÂNGOLA, VISANDO PRESERVAR TODA A REGIÃO COMO UMA ESPÉCIE DE RESERVA ANTI-COMUNISTA" (60).

AO BRASIL NÃO BASTA INCORPORAR A IDÉIA.

"EM VEZ DE ESPERAR PARA SIMPLEMENTE ADERIR, FORÇADO PELAS CIRCUNSTÂNCIAS QUANDO FOR ELA PROPOSTA E REALIZADA POR OUTROS" (61), É NECESSÁRIO QUE A LIDERE PELA SUA INCONTESTE POSIÇÃO GEO-POLÍTICA EM TODA A AMÉRICA DO SUL, LÂSTREADA NUMA PRIMEIRA ETAPA - POR SIGNATÁRIOS COMO VENEZUELA, ARGENTINA E URUGUAI. NUMA SEGUNDA ETAPA, O NOVO TRATADO ESTARIA ABERTO À ASSINATURA DAS NAÇÕES AFRICANAS DA MARGEM ATLÂNTICA QUE A ELE ESPONTANEAMENTE QUISEREM ADERIR, PELA INEVITÁVEL CONTINGÊNCIA DE UMA LIBERAÇÃO DOS CORDÕES QUE OS AMARRAM AO JOGO IMPERIALISTA DAS DUAS SUPERPOTÊNCIAS E SEUS PREPOSTOS, CUJOS INDÍCIOS JÁ SÃO PROMISSORES NAQUELE CONTINENTE.

(59) JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. SÃO PAULO, 7 JAN. 1977.

(60) JORNAL DO BRASIL. RIO DE JANEIRO, 8 OUT. 1976.

(61) PESSOA, LENILDO TABOSA. "O BRASIL PERANTE O DESAFIO DO ATLÂNTICO SUL". JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. SÃO PAULO, 12 DEZ. 1976.

O PRIMEIRO SINAL FOI DADO PELO CHANCELER DA NIGÉRIA JOSEPH - GARBA, SUGERINDO A FORMAÇÃO DE UM EIXO DE SEU PAÍS COM A ANGOLA E O BRASIL, PARA TORNAR A REGIÃO LIVRE DE EXPERIÊNCIAS MILITARES E NUCLEARES DE OUTRAS POTÊNCIAS, ADVERTINDO AO MESMO TEMPO DE QUE - ISSO IRIA DESPERTAR UM RELATIVO CRESCIMENTO DAS PREOCUPAÇÕES MILITARES DOS PAÍSES VIZINHOS. CONTUDO, "CONSIDERA QUE NÃO HAVERIA - PROBLEMAS CONTANTO QUE NOSSOS INTERESSES NÃO FOSSEM CONTRARIADOS" (62).

AS AFINIDADES GEOGRÁFICAS, CULTURAIS E RACIAIS, PODERÃO TAM - BÉM INFLUIR NESTA APROXIMAÇÃO, POSTO QUE REPRESENTAM UMA FORMAÇÃO MAIS HOMOGÊNEA DO QUE AQUELAS EFETIVADAS APENAS EM BASES POLÍTI - CAS PELOS GRUPAMENTOS TRANSREGIONAIS CONCENTRADOS NO CONJUNTO AMÉ - RICA DO NORTE, EUROPA OCIDENTAL E JAPÃO, TRANSFORMADO NUMA ESPÉ - CIE DE AUTARQUIA ECONÔMICA.

ALIÁS, NENHUM ARGUMENTO ESTRATÉGICO DE SEGURANÇA PODERIA DE - XAR DE COMPORTAR O BRASIL, DE UM LADO E A ÁFRICA, DE OUTRO. A FORMAÇÃO FUTURA DE UMA COMUNIDADE AFRO-BRASILEIRA É FACTÍVEL, JÁ QUE NÃO HAVERIA OBSTÁCULOS DE ORDEM CULTURAL E RACIONAL PARA A ES - TRUTURAÇÃO DE UMA ALIANÇA DESTA NATUREZA. AS FORÇAS EXTERNAS NEGA - TIVAS, QUE POR VENTURA SE ANTEPUSEREM, TERMINARÃO AO CONTRÁRIO DE SEUS PRESSUPOSTOS, POR FORJAR A COESÃO INDISPENSÁVEL A ESTE POSSÍ - VEL NÚCLEO DE PROTEÇÃO RECÍPROCA. A IDENTIDADE DE PROPÓSITOS EM BUSCA DO DESENVOLVIMENTO E DAS DIFICULDADES QUE ENFRENTAM PARA SE AFIRMAREM INTERNACIONALMENTE, CONSTRUIRÃO OS FUNDAMENTOS DA SUS - TENTAÇÃO PARA, BREVEMENTE, AMPARAR TODO UM PROGRAMA POLÍTICO-ECO - NÔMICO. O DESENCADear DE UMA ALIANÇA DESTA NATUREZA, SÓ PODERIA - ESTAR ENTREGUE A UM PAÍS DO PORTE DO BRASIL, PELA TRADIÇÃO NÃO CO - LONIALISTA E ANTI-SEGREGACIONISTA, COMPROVADAS, E, PELO FATO RECO - NHECIDO DE ESTAR SUBINDO MAIS RAPIDAMENTE OS DEGRAUS DO DESENVOL - VIMENTO. AFINAL, O ATLÂNTICO SUL PERTENCE AOS PAÍSES QUE O MAR - GEIAM.

CONCLUSÕES

DIANTE DO EXPOSTO:

A - CONSIDERAMOS QUE,

- 1º - NÃO HÁ REVERSÃO DA IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICO-POLÍTICA DO ATLÂNTICO SUL E DO CRESCENTE ENVOLVIMENTO BRASILEIRO NA ÁREA;
- 2º - GRANDES POTÊNCIAS, ÁREAS PERIFÉRICAS, ZONAS DE EQUILÍBRIO E BLOCOS DE PODER, INTERRELACIONAM-SE NA PAUTA DOS ACONTECIMENTOS MUNDIAIS;
- 3º - FATORES DE ORDEM ECONÔMICA POSSIBILITARÃO A EXTENSÃO DE OUTROS CAMPOS DE DECISÃO, QUE NÃO OS MILITARES, INTRODUZINDO - NOVOS PROTAGONISTAS NO CENÁRIO MUNDIAL;
- 4º - AS RELAÇÕES DE PODER CARACTERIZAM-SE PELA DISSUAÇÃO OU DOMINAÇÃO;
- 5º - O SISTEMA DE ALIANÇAS OBJETIVA UM EQUILÍBRIO DE FORÇAS;
- 6º - O BRASIL ESTÁ PRESTES A SE TORNAR UMA POTÊNCIA MARÍTIMA, FACE À RESPONSABILIDADE GEO-ESTRATÉGICA QUE LHE CABE NO ATLÂNTICO SUL;
- 7º - ENQUANTO NÃO HOUVER CODIFICAÇÃO DEFINITIVA SOBRE PLATAFORMA CONTINENTAL, MAR TERRITORIAL E O FUNDO DOS OCEANOS, OS ESTADOS PODERÃO AGIR UNILATERALMENTE;
- 8º - AS CONFERÊNCIAS DO DIREITO MARÍTIMO PRECISAM FIXAR NUM ACORDO INTERNACIONAL OS LIMITES DA CONTAMINAÇÃO QUE INTERAGE NO MEIO MARINHO, POR TRANSCENDER AOS LIMITES NACIONAIS E CONTINENTAIS;

- 9º - A ESTRATÉGIA BRASILEIRA DE PROGRESSO INCLUI A INTEGRAÇÃO - COM UMA NOVA ORDEM ECONÔMICA MUNDIAL ;
- 10º - A SUPERAÇÃO DOS INTERESSES CONFLITANTES NA ANTÁRTICA ESTÁ CONDICIONADA AO ESTABELECIMENTO DEFINITIVO E URGENTE DE UM ESTATUTO JURÍDICO BASEADO NO PRINCÍPIO DA DEFRONTAÇÃO;
- 11º - HÁ UM CRESCENTE ENVOLVIMENTO DAS SUPERPOTÊNCIAS NA CONQUISTA DE POSIÇÕES MAIS VANTAJOSAS NO CONTINENTE AFRICANO;
- 12º - O BRASIL RESERVA NA PAUTA DE SUA POLÍTICA EXTERNA UMA SITUAÇÃO DE PRIORIDADE PARA A ÁFRICA, QUE PODE SER IMPLEMENTADA PELA CRIAÇÃO DE UM BANCO AFRO-BRASILEIRO, NOS MOLDES DE UM BANCO DE DESENVOLVIMENTO;
- 13º - DESENVOLVE-SE UMA OFENSIVA BRASILEIRA DE EXPORTAÇÃO PARA O MERCADO AFRICANO, TENDO EM VISTA A RECESSÃO ECONÔMICA DO MERCADO COMUM EUROPEU E DOS ESTADOS UNIDOS;
- 14º - O DESENVOLVIMENTO AFRICANO ESTÁ CONDICIONADO A UMA MAIOR INTEGRAÇÃO À ECONOMIA MUNDIAL, DESDE QUE ASSOCIADO A UM MAIOR GRAU DE COERÊNCIA POLÍTICA;
- 15º - A IMPLANTAÇÃO DO MERCADO COMUM AFRICANO MOVIMENTA ATUALMENTE O PROCESSO MAIS SIGNIFICATIVO PARA SUA ECONOMIA;
- 16º - O TRANSPORTE NATURAL DO BRASIL É O MARÍTIMO POR SER DA ORDEM DE 98% ;
- 17º - PARA SER EFICIENTE, O TRANSPORTE MARÍTIMO DEPENDE DA MODERNIZAÇÃO DO BINÔMIO PORTO X NAVIO PARA O ESCOAMENTO RÁPIDO DAS MERCADORIAS;

- 18º - O MALOGRO DA NAVEGAÇÃO DE CABOTAGEM BRASILEIRA RESIDE NA INEFICIÊNCIA PORTUÁRIA, NA DESATUALIZADA LEGISLAÇÃO E NA BUROCRACIA EMPERRANTE;
- 19º - A POLÍTICA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL É PRECÁRIA, EM VIRTUU DE DAS LIMITAÇÕES ECONÔMICO-FINANCEIRAS;
- 20º - A PESCA CONTINUARÁ GANHANDO IMPORTÂNCIA NA ORDEM JURÍDICA PELAS SUAS CONOTAÇÕES POLÍTICAS, ECONÔMICAS E SOCIAIS;
- 21º - A PESQUISA CIENTÍFICA, O MOTIVO ECONÔMICO E A ESTRATÉGIA MILITAR INTEGRAM-SE NUMA CATALISANTE FORÇA PROPULSORA NACIONAL PARA O MAR;
- 22º - O ENSINO PROFISSIONAL MARÍTIMO ESTÁ AQUÉM DO CRESCIMENTO DAS FROTAS NAVAIS E PARTICULARES, APESAR DO ESFORÇO BRASILEIRO PARA AMPLIÁ-LO ;
- 23º - O TIAR REFLETE A ÉPOCA DO PÓS-GUERRA, ENCONTRANDO-SE DE SAJUSTADO E INEFICAZ NOS DIAS ATUAIS PARA ASSEGURAR A DEFESA DO ATLÂNTICO SUL ;
- 24º - O BRASIL PARA CONSOLIDAR SUA POSIÇÃO DE GRANDE POTÊNCIA - NECESSITA DE UM MELHOR ORDENAMENTO JURÍDICO-INSTITUCIONAL, MILITAR E ECONÔMICO EM SUA ESTRUTURA NACIONAL ;
- 25º - PARA ENFRENTAR OS DESAFIOS EM SEU ESPAÇO GEO-POLÍTICO É PRECISO CONCEBER UM SISTEMA DE RESPONSABILIDADE COMPARTILHADA COM OUTRAS NAÇÕES.

B - CONCLUÍMOS QUE,

1. DA EVIDÊNCIA DOS PROBLEMAS LEVANTADOS, EMERGE UMA SOLUÇÃO;
2. DA CONSIGNAÇÃO DE UMA PROPOSTA ACORDE COM A REALIDADE CIRCUNSTANCIAL, ASSEGURA-SE A GARANTIA DA IMPLEMENTAÇÃO;
3. DA INDICAÇÃO DOS CAMINHOS, ADVÉM O CRITÉRIO DA OPERACIONALIDADE.

CONCEBEMOS O BRASIL COMO POTÊNCIA EMERGENTE.

SE, PARA RAY CLINE, ESPECIALISTA EM ASSUNTOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS, O NOSSO PAÍS OCUPA A 6ª POSIÇÃO NA ESCALA DAS DEZ MAIORES POTÊNCIAS, ISTO CONFIGURA O RECONHECIMENTO DE QUE SOMOS UMA SOCIEDADE AFLUENTE.

ENQUANTO INTERNAMENTE COORDENAMOS A ESTRUTURA SÓCIO-ECONÔMICO-POLÍTICA, ALICERÇADA NO BINÔMIO DESENVOLVIMENTO E SEGURANÇA, EXTERNAMENTE, OPTAMOS PELA COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE COM OS PAÍSES DO TERCEIRO MUNDO.

ASSIM SENDO, A POSIÇÃO BRASILEIRA NO ATLÂNTICO SUL É, E EM SENTIDO RECÍPROCO TAMBÉM, ESTRATÉGICA NO TRIÂNGULO DA AMÉRICA DO SUL, ÁFRICA E ANTÁRTICA.

O MAR NÃO SEPARA, ANTES DE TUDO UNE.

ORA, PARA CONSOLIDAR CONCRETA E INQUESTIONAVELMENTE ESTE POSICIONAMENTO QUE LHE É IMANENTE, O BRASIL DEVE TOMAR INICIATIVAS DECISÓRIAS, SEM ALINHAR-SE AOS DOIS CENTROS DO PODER MUNDIAL: ESTADOS UNIDOS E UNIÃO DAS REPÚBLICAS SOCIALISTAS SOVIÉTICAS.

A PROPOSTA DE FORMULAÇÃO DE UM TRATADO DE SEGURANÇA DO ATLÂNTICO SUL, INDEPENDENTE, OBJETIVO, CONCILIADOR DE INTERESSES DIVERGENTES E IDEOLOGIAS CONFLITANTES, EXPRESSA UMA DIREÇÃO AUTÔNOMA E A FORMAÇÃO DE UM NOVO BLOCO DE PODER.

SERÁ A BASE JURÍDICA PARA LASTREAR TODO UM PROGRAMA POLÍTICO E ECONÔMICO, QUE O DENOMINADO "PROJETO ÁFRICA", DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, COMEÇA A DESCORTINAR.

B I B L I O G R A F I A

01. ABREU, ALCIDES. ANÁLISE SISTÊMICA DOS PARTIDOS POLÍTICOS. RIO GRANDE DO SUL, EDIT. MOVIMENTO/EDIT. DA UDESC, 1977.
02. ACCIOLY, HILDEBRANDO. MANUAL DE DIREITO PÚBLICO. SÃO PAULO, EDIT. SARAIVA, 1966.
03. AMIN, SAMIR. LE DÉVELOPPEMENT INÉGAL. PARIS, LES ÉDITIONS DE MINUIT, 1973.
04. ANGELOPOULOS, ANGELOS. LE TIERS-MONDE FACE AUX PAYS RICHES. - FRANCE, PRESSES UNIVERSITAIRES, 1973.
05. ARON, RAYMOND. OS ESTADOS UNIDOS NO MUNDO DO PÓS-GUERRA. RIO DE JANEIRO, ZAHAR EDITORES, 1975.
06. BARBOSA, GIBSON. CONFERÊNCIA PROFERIDA NO ITAMARATY. BRASÍLIA, ABR. 1972.
07. BATISTA, PAULO NOGUEIRA. COMÉRCIO EXTERIOR. RIO DE JANEIRO, ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1974.
08. BLACK, LLOYD D. A ESTRATÉGIA DA AJUDA EXTERNA. RIO DE JANEIRO, EDIÇÕES O CRUZEIRO, 1968.
09. CACETTA, PAOLO. ÁFRICA. REVISTA VEJA, SÃO PAULO, 20 ABR. 1977.
10. CARVALHO, FERDINANDO DE. O BRASIL E O SISTEMA DE SEGURANÇA COLETIVA. RIO DE JANEIRO, ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1974.
11. CASTRO, J.A. ARAUJO. RELAÇÃO BRASIL-ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA À LUZ DA PROBLEMÁTICA MUNDIAL. RIO DE JANEIRO, ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1974.

12. CASTRO, TEREZINHA DE. ANTÁRTICA: O ASSUNTO DO MOMENTO. RIO - DE JANEIRO, REVISTA DO CLUBE MILITAR, 1956.
13. CASTRO, TEREZINHA DE. É TEMPO DE ACHARMOS A ANTÁRTICA. JOR - NAL O GLOBO. RIO DE JANEIRO, 22 MAR. 1971.
14. CAVARÉ, LOUIS. TRAITÉ DE DROIT INTERNATIONAL PUBLIC. PARIS, - Ed. A, PEDONE, 1951.
15. CLINE, RAY. WORLD POWER ASSESMENT. WASHINGTON, 1975.
16. CERVO & BERVIAN. METODOLOGIA CIENTÍFICA. SÃO PAULO, MC.GRAW- HILL DO BRASIL, 1975.
17. COSTA, JOÃO FRANK DA. TEORIA DOS SETORES POLARES. RIO DE JA - NEIRO, BOLETIM DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE DIREITO INTERNA - CIONAL, v.13-14.
18. DRUKER, PETER. UMA ERA DE DESCONTINUIDADE. RIO DE JANEIRO, ZAHAR EDITORES, 1974.
19. DUVERGER, MAURICE. CIÊNCIA POLÍTICA. RIO DE JANEIRO, ZAHAR E DITORES, 1976.
20. FRAZÃO, SÉRGIO ARMANDO. SEGURANÇA ECONÔMICA COLETIVA: SUA CON - CEITUAÇÃO GERAL E PRINCÍPIOS PARA UMA NOVA FORMA DE ABORDAR O PROBLEMA. RIO DE JANEIRO, ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1973.
21. GIDEL, GILBERT. LA MER TERRITORIALE ET LA ZONE CONTIGUE. PA - RIS, RCADI, 1934.
22. GIDEL, GILBERT. ASPECTOS JURIDICOS DE LA LUCHA POR LA ANTARTI - CA. VALLADOLID, EDIT. IMPRENTA Y LIBRERIE CASA MARTIN, 1951.

23. GOOD & HATT. MÉTODOS EM PESQUISA SOCIAL. SÃO PAULO, EDIT. NACIONAL, 1975.
24. GRAMSCI, ANTONIO MAQUIAVEL. A POLÍTICA E O ESTADO MODERNO. - RIO DE JANEIRO, EDIT. CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1976.
25. GUIMARÃES, JOSÉ CELSO DE LA ROCQUE DE MACEDO SOARES. TRANSPORTES NO BRASIL. RIO DE JANEIRO, EDIT. ARTE, 1976.
26. HENNING, GERALDO AZEVEDO. MARINHA, SEGURANÇA E DESENVOLVIMENTO. RIO DE JANEIRO, REVISTA PORTOS E NAVIOS, JUN. 1976.
27. JAGUARIBE, HÉLIO. BRASIL: CRISES E ALTERNATIVAS. RIO DE JANEIRO, ZAHAR EDITORES, 1974.
28. JARDIM, JORGE. MOÇAMBIQUE - TERRA QUEIMADA. RIO DE JANEIRO, - PORTUGÁLIA EDIT. LTDA., 1976.
29. LAVANÈRE-WANDERLEY, NELSON FREIRE. ALGUNS ASPECTOS ESTRATÉGICOS DO ATLÂNTICO SUL. RIO DE JANEIRO, REVISTA DA ADESG, - 1976.
30. LAPIÈRE, JEAN WILLIAM. L'ANALYSE DES SYSTÈMES POLITIQUES. PARIS, PRESSES UNIVERSITAIRES, 1973.
31. LINHARES, MARCELO. DE MOMBAÇA À MOMBASA. BRASÍLIA, SERVIÇO - GRÁFICO DO SENADO FEDERAL, 1976.
32. LONDERO, MAGDALENA. MAR TERRITORIAL - REGIÕES POLARES E RIOS INTERNACIONAIS. BRASÍLIA, COORDENADA EDIT., 1971.
33. MAGALHÃES, JOÃO PAULO DE ALMEIDA. MODELO BRASILEIRO DE DESENVOLVIMENTO. RIO DE JANEIRO, EDIT. RECORD, 1976.

34. MALINOWSKI, BRONISLAW. UMA TEORIA CIENTÍFICA DE CULTURA. RIO DE JANEIRO, ZAHAR EDITORES, 1962.
35. MARCH, JAMES C. O PODER DO PODER. MODALIDADES DE ANÁLISE POLÍTICA. RIO DE JANEIRO, ZAHAR EDITORES, 1970.
36. MATTOS, CARLOS DE MEIRA. BRASIL - GEOPOLÍTICA E DESTINO. RIO DE JANEIRO, LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO, 1975.
37. MATTOS, CARLOS DE MEIRA. A GEOPOLÍTICA E AS PROJEÇÕES DO PODER. RIO DE JANEIRO, LIVRARIA JOSÉ OLYMPIO, 1977.
38. MEADOWS, DONELLA H. ET ALII. LIMITES DO CRESCIMENTO. SÃO PAULO, EDIT. PERSPECTIVA, 1973.
39. MELLO, CELSO D. ALBUQUERQUE. PLATAFORMA CONTINENTAL. RIO DE JANEIRO, LIVRARIA FREITAS BASTOS S/A., 1965.
40. MELLO, CELSO D. ALBUQUERQUE. MAR TERRITORIAL. RIO DE JANEIRO, LIVRARIA FREITAS BASTOS, 1965.
41. MELO FILHO, MURILO. O DESAFIO BRASILEIRO. RIO DE JANEIRO, BLOCH EDITORES, 1973.
42. MESAROVIC, MIHAJLO E PESTEL, EDUARD. MOMENTO DE DECISÃO. SEGUNDO INFORME AO CLUBE DE ROMA. RIO DE JANEIRO, LIVRARIA - EDIT. AGIR, 1975.
43. MICHELENA, JOSÉ AGUSTIN SILVA. CRISE NO SISTEMA MUNDIAL: POLÍTICA E BLOCOS DE PODER. RIO DE JANEIRO, EDIT. PAZ E TERRA, 1977.
44. MOREIRA, HILTON BERUTTI AUGUSTO. O BRASIL E SUAS RESPONSABILIDADES NO ATLÂNTICO SUL. RIO DE JANEIRO, ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA, 1972.

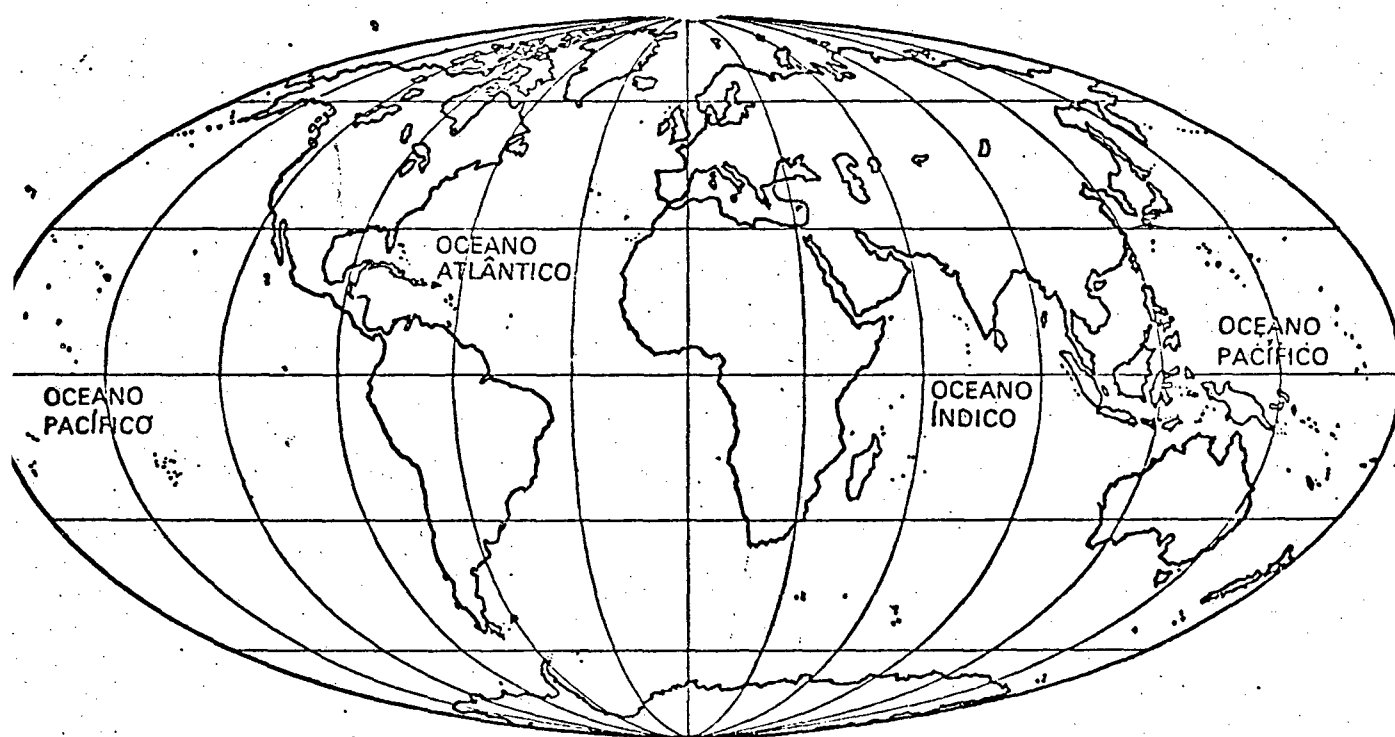
45. NISKIER, ARNALDO. NOSSO BRASIL. RIO DE JANEIRO, BLOCH EDITORES, 1973.
46. OLIVEIRA E CASTRO, LUIZ FELIPE. A NOVA ÁFRICA. LISBOA, EDIÇÃO DO AUTOR, 1967.
47. PEARSON, LESTER B. ET ALII. SÓCIOS NO PROGRESSO. RIO DE JANEIRO, APEC EDIT. S/A., 1971.
48. PEDERNEIRAS, RAUL. O DIREITO INTERNACIONAL COMPENDIADO. RIO DE JANEIRO, ZAHAR EDITORES, 1965.
49. PEREIRA, JOSÉ MARIA NUNES. JORNAL DO BRASIL. RIO DE JANEIRO, 12 FEV. 1977.
50. PERROUX, FRANÇOIS. L'ECONOMIE DU XXÈME SIÈGLE. PARIS, PRESSES UNIVERSITAIRES, 1970.
51. PESSOA, LENILDO TABOSA. O BRASIL PERANTE O DESAFIO DO ATLÂNTICO SUL. JORNAL O ESTADO DE SÃO PAULO. SÃO PAULO, 12 DEZ. 1976.
52. PINHEIRO, LUIZ ADOLFO. BRASIL, GRANDE POTÊNCIA. JORNAL DE BRASÍLIA. DISTRITO FEDERAL, 31 AGO. 1977.
53. PONTES, HÉLIO MONNERAT SOLON DE. BRASIL - 200 MILHAS. NITERÓI, CASA DO HOMEM DE AMANHÃ, 1972.
54. PRADELLE, G. DE LA. RÉVUE GÉNÉRAL DE DROIT INTERNATIONAL PUBLIC. PARIS, 1898.
55. QUARANTA, ALBERTO LUIZ. EL SEXTO CONTINENTE. APUNTES PARA EL ESTUDIO DE LA ANTARTICA. BUENOS AIRES, EDIT. CREPILA, 1950.

56. QUEIROZ, JOSÉ M. VILAR. BRASIL: EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO. RIO DE JANEIRO, APEC EDIT. S/A., 1974.
57. RANGEL, VICENTE MAROTTA. REGIME JURÍDICO DO MAR TERRITORIAL. IN: O MAR, DIREITO E ECOLOGIA. RIO DE JANEIRO, FUND. GETÚLIO VARGAS, 1973.
58. REIS, EVERALDO DE OLIVEIRA. A SEGURANÇA COLETIVA E O SISTEMA INTERAMERICANO. RIO DE JANEIRO, REVISTA DA ADESG, 1976.
59. RODRIGUES, JOSÉ HONÓRIO. BRASIL E ÁFRICA. RIO DE JANEIRO, EDIT. CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1961.
60. ROUSSEAU, CHARLES. DROIT INTERNATIONAL PUBLIC. PARIS, SIREY, - 1953.
61. RUSTIN, BAYARD AND GERSHMAN, CARL. AFRICA, SOVIET IMPERIALISM & THE RETREAT OF AMERICAN POWER. COMMENTARY. NEW YORK, 1977.
62. SIBERT, MARCEL. TRAITÉ DE DROIT INTERNATIONAL PUBLIC. PARIS, DALLOZ, 1951.
63. SILVA, GOLBERY DO COUTO E. GEOPOLÍTICA DO BRASIL. RIO DE JANEIRO, EDIT. JOSÉ OLYMPIO, 1977.
64. SILVA, PAULO DE CASTRO MOREIRA ET ALII. O MAR, DIREITO E ECOLOGIA. RIO DE JANEIRO, FUND. GETÚLIO VARGAS, 1973.
65. SILVA, PAULO DE CASTRO MOREIRA. RECURSOS DO MAR. RIO DE JANEIRO, REVISTA DA ADESG, 1975.
66. SILVEIRA, ANTÔNIO S. AZEREDO DA. O BRASIL E A NOVA ORDEM INTERNACIONAL. PALESTRA PROFERIDA NO PAINEL DE ASSUNTOS INTERNACIONAIS ORGANIZADO PELA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES DA CÂMARA DOS DEPUTADOS, BRASÍLIA, OUT. 1975.

67. SIMONSEN, MÁRIO HENRIQUE. A CONJUNTURA BRASILEIRA E O PANORAMA ECONÔMICO MUNDIAL. RIO DE JANEIRO, REVISTA DA ADESG, 1975.
68. THIAGO, ACÁCIO GARIBALDI SAN. LINHAS DE PESQUISA 1976/79. IN: APRESENTAÇÃO. FLORIANÓPOLIS, UFSC- IMPRENSA UNIVERSITÁRIA, 1976.
69. TOFFLER, ALVIN. O ESPASMO DA ECONOMIA. RIO DE JANEIRO, EDIT. CIVILIZAÇÃO BRASILEIRA, 1977.
70. VALLADÃO, HAROLDO. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO. RIO DE JANEIRO, ZAHAR EDITORES, 1971.
71. ZAPPA, ÍTALO. O BRASIL E A ÁFRICA SUB-SAÁRICA. RIO DE JANEIRO, REVISTA DA ADESG, 1975.
72. WEATHERAL, M. O DESENVOLVIMENTO DO MÉTODO CIENTÍFICO. SÃO PAULO, EDIT. POLÍGONO, 1970.

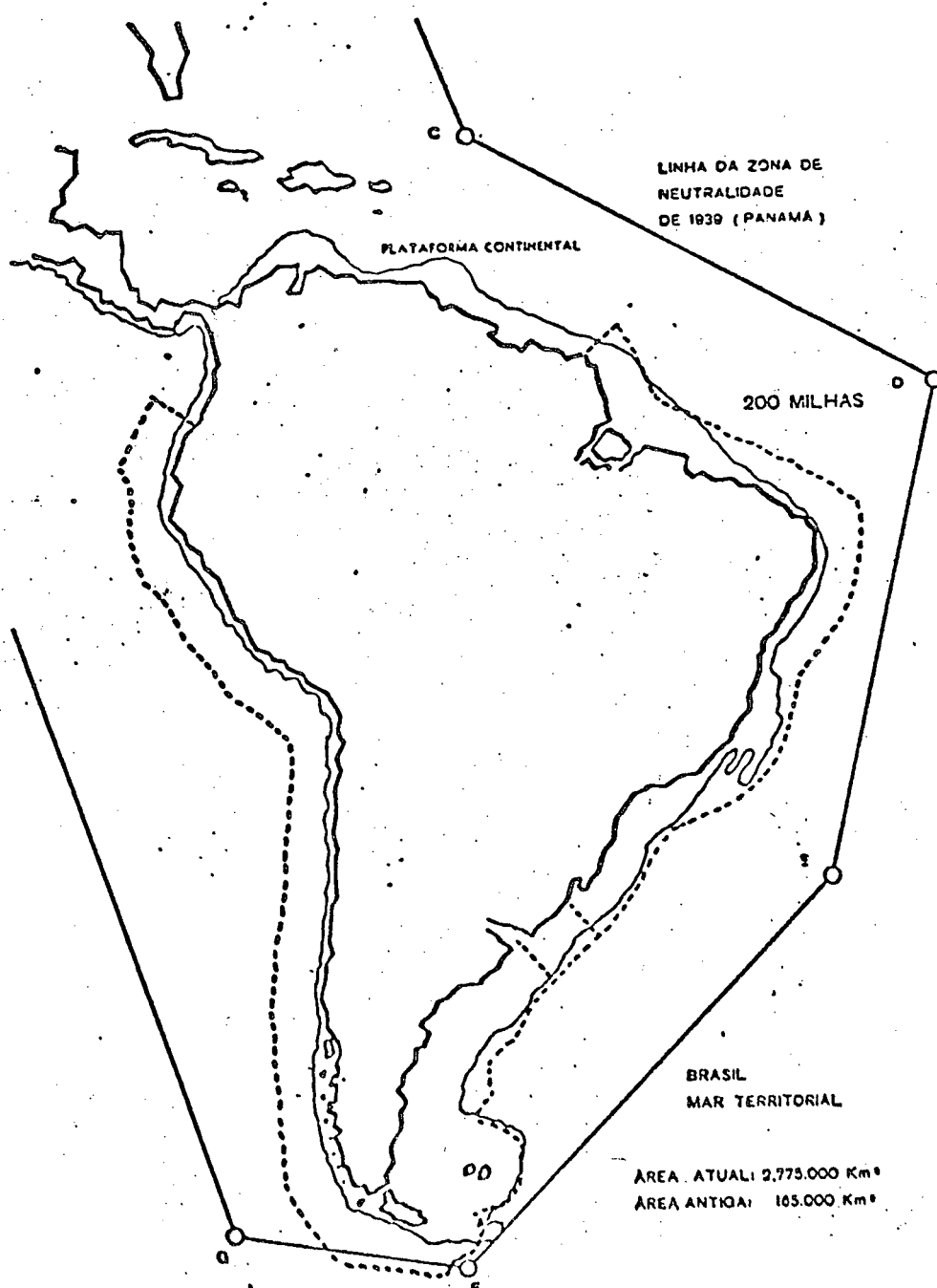
A P É N D I C E

MAPA Nº 1

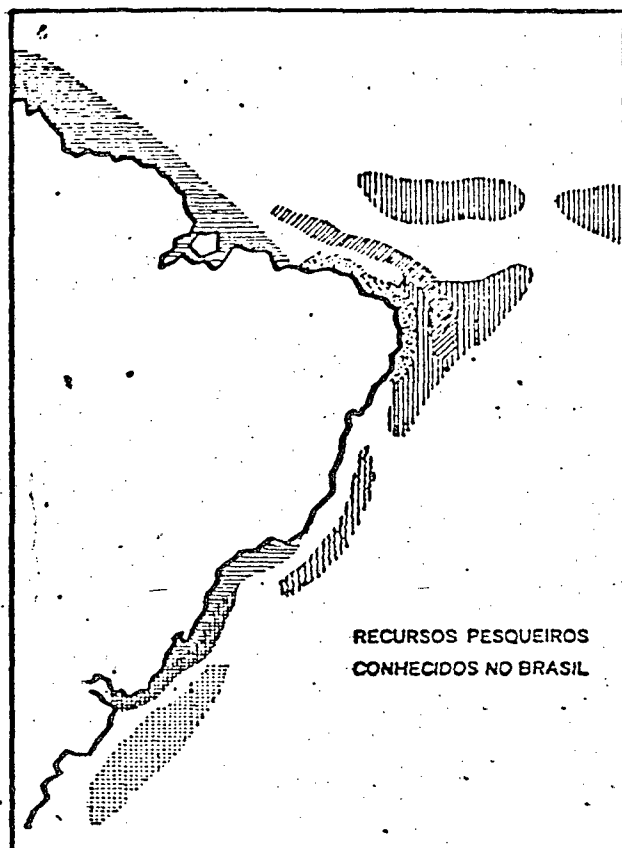


tendendo à falta de limites naturais em torno da Antártida, os três oceanos foram divididos pelos geógrafos conforme estão representados neste mapa. Só o oceano Pacífico ocupa cerca de metade da superfície total dos 361 milhões de quilômetros quadrados da superfície oceânica. O oceano Atlântico – incluindo o oceano Glacial Ártico – abrange aproximadamente 27 por cento dessa superfície, cabendo ao oceano Índico 20 por cento.

MAPA Nº 2



MAPA Nº 4



LEGENDA

RECURSOS PESQUEIROS
CONHECIDOS NO BRASIL

CAMARÃO



ATUM



MERLUSA



LAGOSTA



PARGO



PEIXES FINOS

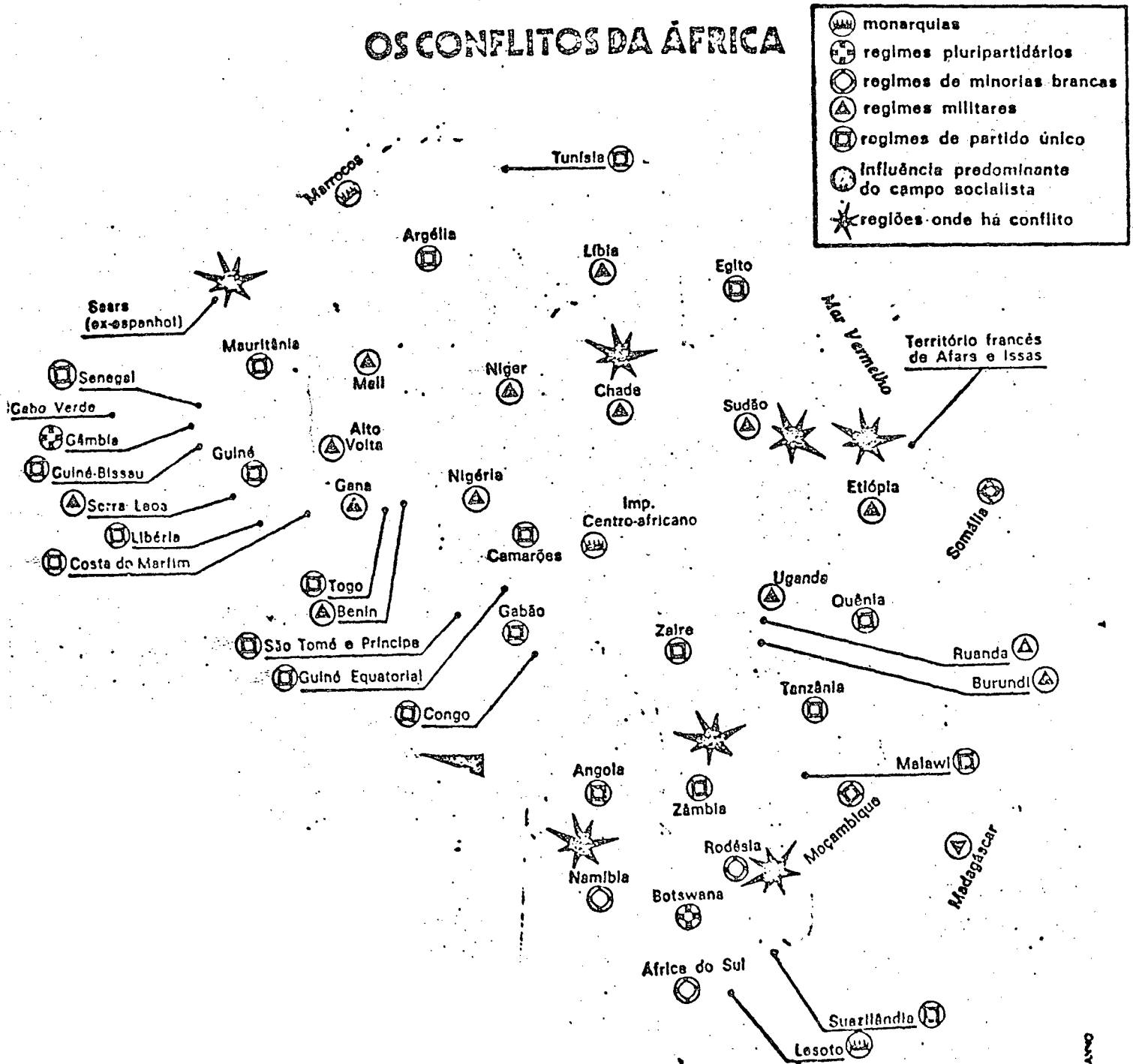


SARDINHA

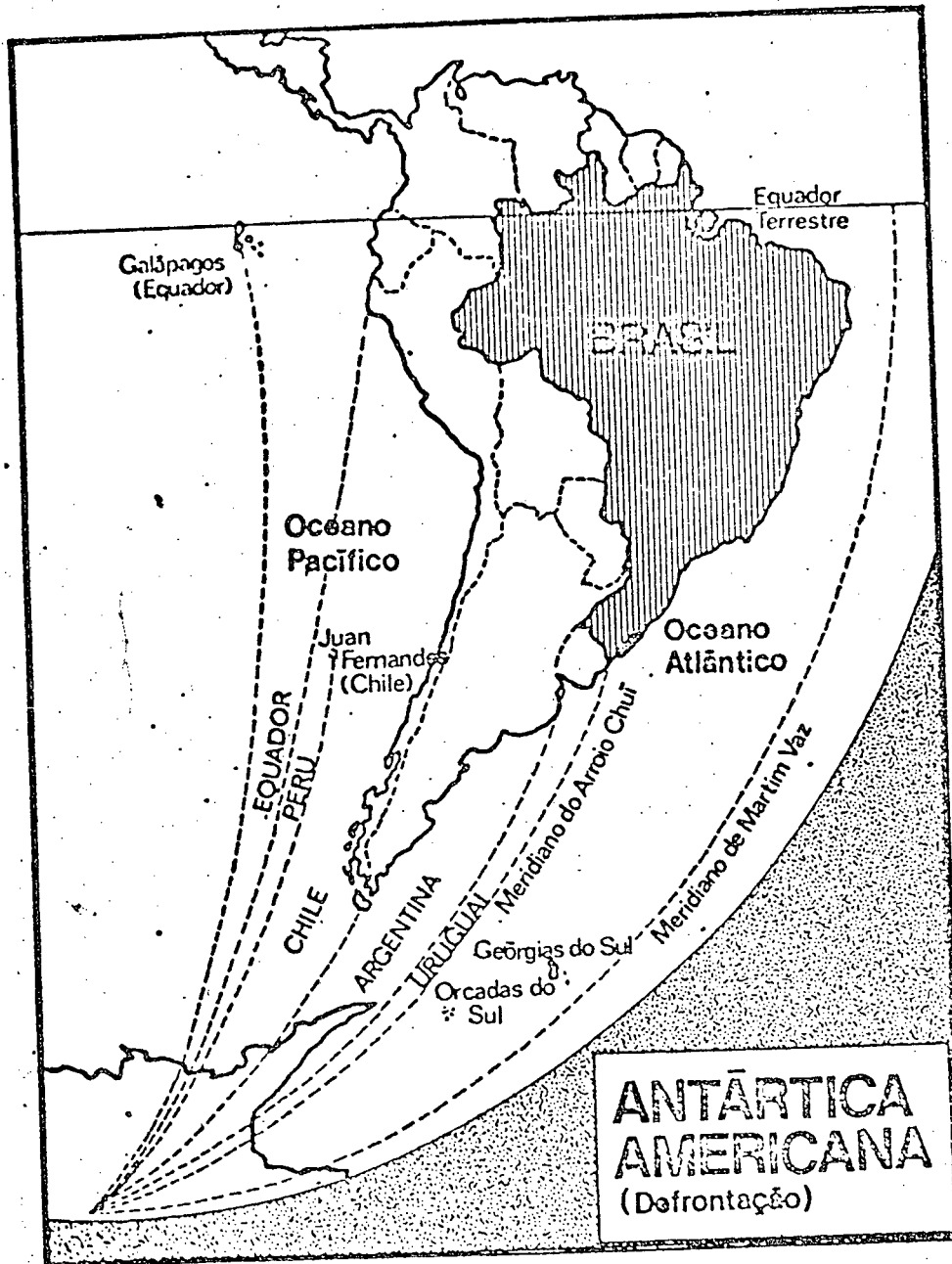


MAPA Nº 5

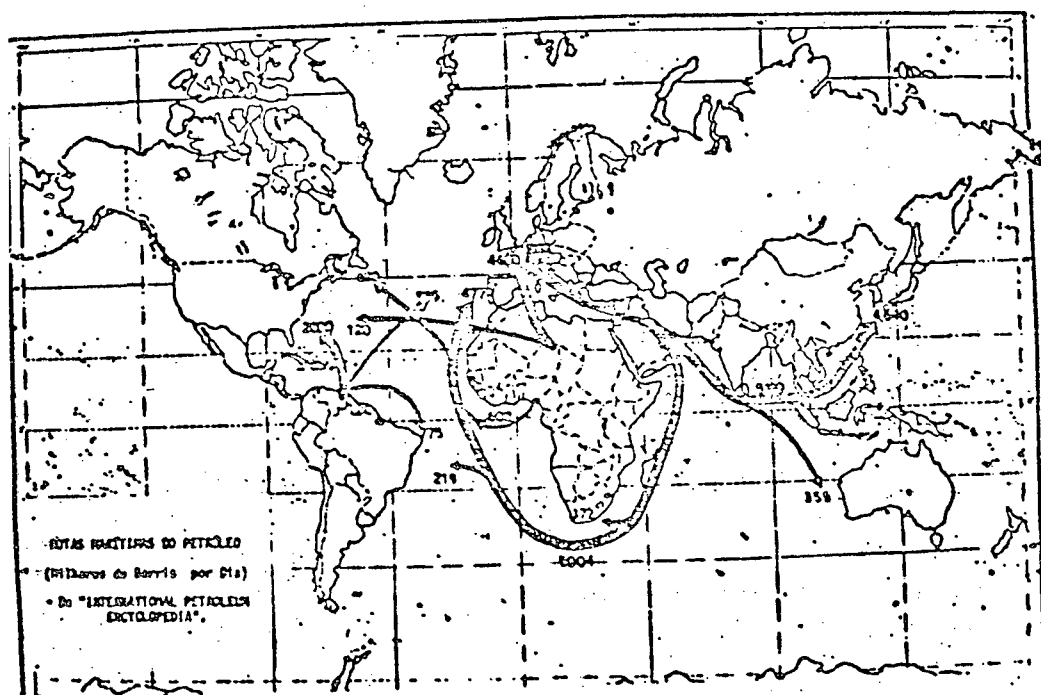
OS CONFLITOS DA ÁFRICA



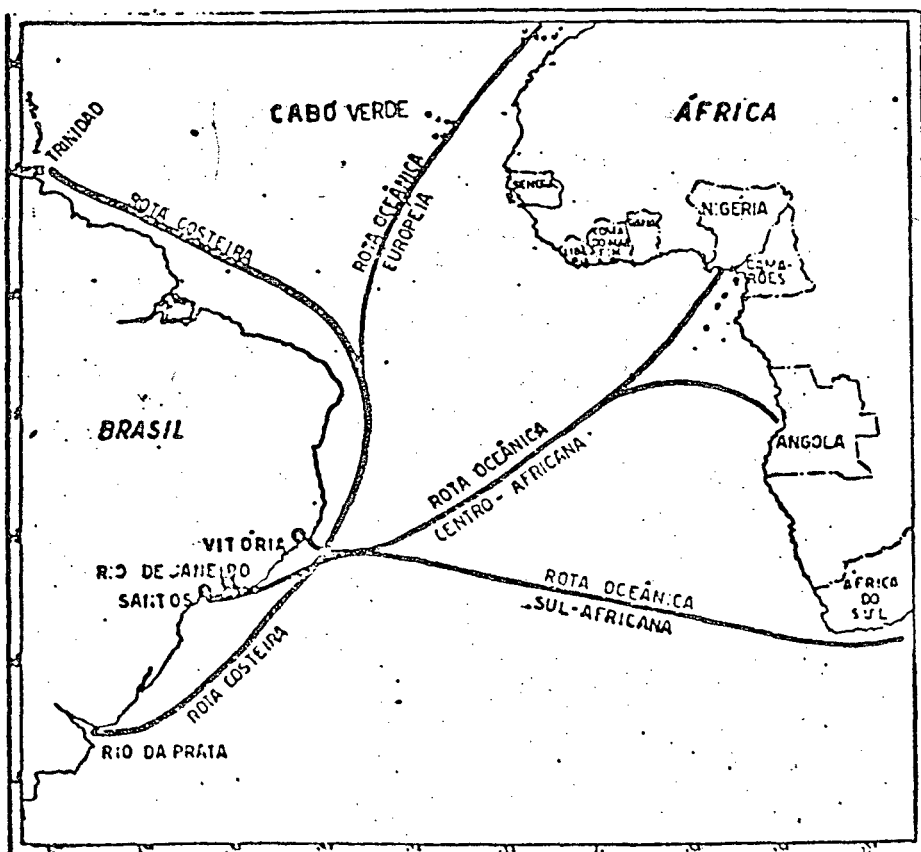
MAPA Nº 7



MAPA Nº 8



MAPA Nº 9



MAPA № 10

